

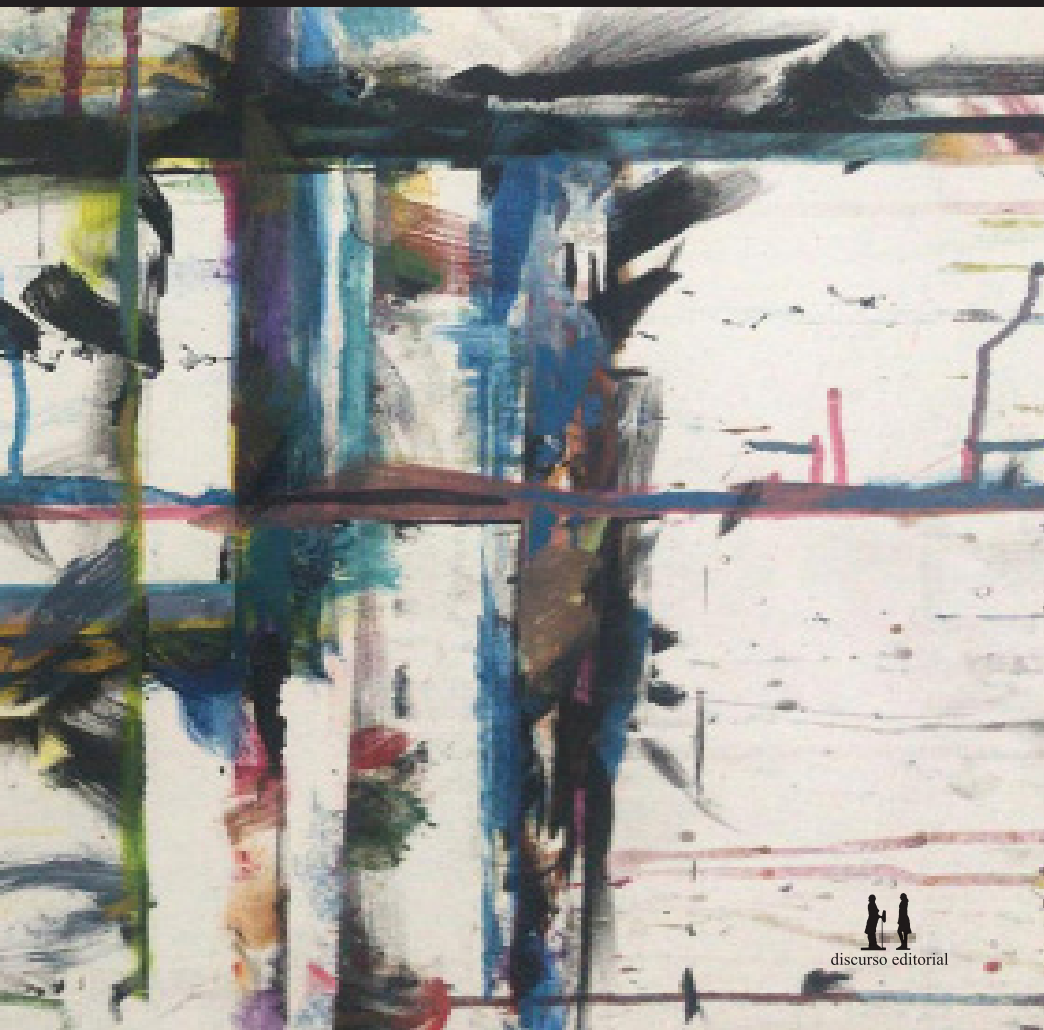
# CALEIDOSCÓPIO

---

## REFLEXÕES SOBRE ÉTICA E POLÍTICA

---

ANTÔNIO CARLOS DOS SANTOS E ANTÔNIO JOSÉ PEREIRA FILHO *Organizadores*





ANTÔNIO CARLOS DOS SANTOS  
ANTÔNIO JOSÉ PEREIRA FILHO

*Organizadores*

# CALEIDOSCÓPIO

## REFLEXÕES SOBRE ÉTICA E POLÍTICA

*1ª edição, maio de 2021, São Paulo*



 República do Livro

Copyright © 2021 Antonio Carlos dos Santos e Antônio José Pereira Filho  
Todos os direitos reservados à editora República do Livro.

CONSELHO EDITORIAL

Alberto Ribeiro Gonçalves de Barros, USP  
Helena Esser dos Reis, UFG  
Jacira de Freitas, UNIFESP  
Luiz Felipe Netto de Andrade e Silva Sadh, UFC  
Márcia Hoffmann do Amaral e Silva Turri, EMAG  
Marly Peres, BASE  
Milton Meira do Nascimento, USP  
Pedro Fernandes Galé, UFscar  
Sílvio Gabriel Serrano Nunes, EGC-TCMSP  
Yanet Aguilera, UNIFESP

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Milton Meira do Nascimento

PREPARAÇÃO DOS ORIGINAIS

Antônio Carlos dos Santos  
Antônio José Pereira Filho

PROJETO E CAPAS

Marcelo Girard

ILUSTRAÇÃO DA CAPA

Título: Caleidoscópio, 2021  
Autor: Gladston Barroso

REVISÃO

Sônia Maria dos Reis

DIAGRAMAÇÃO

IMG3

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

S237e Santos, Antônio Carlos, Pereira Filho, Antônio José (Orgs.).  
Caleidoscópio: reflexões sobre ética e política, 1ª edição, São Paulo, República do Livro/Diálogo Editorial, 2021, 208 p. 14 x 21 cm.  
ISBN: 978-65-87554-12-9

Ética. 2. Política. I. Autor. II. Título

República do Livro  
Rua Cidade de Castro, 401  
Jardim Sarah - 05382-030  
São Paulo-SP  
Tel.: (11) 3814-5383  
e-mail: [editorial@republicadolivro.com.br](mailto:editorial@republicadolivro.com.br)

# SUMÁRIO

Apresentação 9

Prefácio 11

## Seção I

### EXERCÍCIOS DE PENSAMENTO 17

*Antônio Carlos dos Santos*

1. A educação e a falta de políticas públicas 18
  2. Escola sem partido? 20
  3. Implicações éticas do ensino remoto 23
4. Devemos ou não comemorar a data de 31 de março de 1964? 27
  5. Pós-eleição presidencial 30
  6. Juízes, deuses e democracia 32
  7. Erro no poder judiciário 35
8. O *Discurso sobre a servidão voluntária*, de La Boétie 37
  9. A filosofia da vulnerabilidade 40
  10. A filosofia e o Covid-19 42
11. Cem mil vidas perdidas... quando isso poderá parar? 45
  12. “O Coringa”, de Todd Philips 47
13. Pós-verdade, autoverdade e as eleições presidenciais 50
14. “O Brasil à procura da democracia”, de Newton Bignotto 53
15. O processo eleitoral para Reitor da UFS: entre a legalidade e a legitimidade 55
16. A posse do novo presidente dos EUA e o aprendizado para o Brasil em 2022 60
  - Referências 63

**Seção II**  
**“BALBÚRDIA” : NOTAS SOBRE ÉTICA, POLÍTICA E  
PSICOLOGIA SOCIAL 64**

*Antônio José Pereira Filho*

1. Arte, ética e política **65**
2. Mídia e política **67**
3. O Chão possível – sobre a destruição do Museu Nacional **70**
4. Qual o melhor modo de vida? **72**
5. Os limites éticos da pesquisa científica **75**
6. Os limites do humor **77**
7. Narcisismo **80**
8. Fascismo **84**
9. Balbúrdia **86**
10. Sobre a CPMI das *fake news* **89**
11. O direito de resistir à opressão **91**
12. A felicidade **93**
13. A amizade **95**
14. A invasão do Capitólio e a psicologia das massas **97**
- Referências **100**

**Seção III**  
**A EDUCAÇÃO EM PAUTA: UM OLHAR ÉTICO E POLÍTICO 101**

*Christian Lindberg Lopes do Nascimento*

1. Governo Bolsonaro e a educação: 180 dias depois **102**
2. Coronavírus, educação e necropolítica: seja bem-vindo ao governo da nova era **104**
3. MEC publica Medida Provisória e dobra a aposta contra autonomia universitária **107**
4. O ensino remoto em tempo de pandemia e o *homeschooling* **110**
5. Eleição municipal, novo Fundeb e o debate educacional **112**
6. O futuro do Fundeb e a privatização da educação básica **115**
- Referências **117**

**Seção IV**  
**ÉTICA E POLÍTICAS DA NATUREZA 118**

*Evaldo Becker*

1. Filosofia e Democracia 119
2. Ética Ambiental 122
3. Uma nova ética para o uso das águas 124
- Referências 128

**Seção V**  
**BRASIL “TROPICAOS” 130**

*Marcelo de Sant’Anna Alves Primo*

1. O empoderamento da burrice 131
2. A nossa Idade Média 133
3. Não importa quem eu seja: sou melhor do que você 134
4. O vírus da barbárie 137
5. A razão abortada 138
6. Eu sou professor, eu sou Samuel! 140
7. Chegará o esclarecimento? 141
- Referências 143

**Seção VI**  
**INDIVÍDUO, SOCIEDADE, POLÍTICA 144**

*Marcos Balieiro*

1. Considerações sobre a ciência a propósito de uma pandemia 145
2. Que verdades? 147
3. Algumas considerações sobre o decoro 150
4. Os ataques aos cursos de filosofia 152
5. De novo os ataques às humanidades 155
6. Sobre a “ideologia de gênero” 158

- 7. Breves considerações sobre religião e política no Brasil **160**
- 8. A igualdade de direitos e os agentes públicos **163**
- 9. As cidades e a política **165**
- 10. Heróis, corruptos, tiranos **167**
- 11. Que moral? **169**
- 12. Comunistas, liberais, conservadores **171**
- Referências **174**

### **Seção VII**

## **RETRATOS DA IGNOMÍNIA: OBSCURANTISMO, NEGACIONISMO E PANDEMIA NA CRISE SOCIAL BRASILEIRA 175**

*Saulo Henrique Souza Silva*

- 1. A política brasileira e a corrosão da laicidade **176**
- 2. As dúvidas e incertezas das sedições **178**
- 3. O indivíduo e a rotina embriagante da novidade **182**
- 4. O lugar da escola entre a ciência, a moral e o trabalho **184**
- 5. A Universidade – o passado, o presente e o programa Future-se **186**
- 6. Obscurantismo como política de governo: o caso brasileiro **189**
- 8. O coronavírus e as prioridades do povo brasileiro **195**
- 9. Desastres socioambientais, a ciência moderna e a urgência da ética ambiental **197**
- 10. As mulheres e as eleições: a conquista da vida pública **199**
- 11. Os impactos das redes sociais na dinâmica das sociedades conectadas **202**
- Referências **203**

Sobre os autores **205**



## APRESENTAÇÃO

Os textos aqui reunidos refletem o esforço do Grupo de Ética e Filosofia Política da UFS em difundir para um núcleo de leitores mais amplo boa parte do debate atual sobre ética e filosofia política e que está diretamente vinculado à realidade brasileira. O seu fio condutor é pensar temas, problemas ou ainda situações do Brasil contemporâneo, à luz dos clássicos da filosofia. Isto implica dizer que o pensamento e a ação caminham lado a lado e que, em última instância, o pensamento é também uma forma de ação.

O presente volume nasceu, originalmente, de um trabalho de extensão, do aludido Grupo de Pesquisa, em um programa semanal junto à Radio Universitária da Universidade Federal de Sergipe. O título do livro (Caleidoscópio) é o mesmo do programa da rádio e expressa, por um lado, a reflexão multifacetada sobre questões que não se limitam ao ambiente universitário e, por outro, revela que a difusão das ideias de forma arejada, numa linguagem mais direta, pode sensibilizar aqueles que, de um modo ou de outro, entram em contato com elas. O livro tem assim caráter “caleidoscópico”, no sentido de abrir o olhar do leitor para diferentes perspectivas que dialogam entre si. Deste modo, a obra pode ser lida de maneira não linear, uma vez que cada texto é um fragmento que complementa o outro, formando diferentes constelações de sentido sobre temas urgentes no campo da ética e da filosofia política.

Escritos para a divulgação sonora, os textos aqui reunidos são, no fundo, exercícios de pensamento para um ouvinte ou leitor, talvez um pouco apressado, que em meio às suas tarefas, deseja entender um pouco melhor sobre o que se passa no Brasil atual para além do que é divulgado na grande mídia. Boa parte deste material ficou ancorada

no site da Universidade Federal de Sergipe para consulta e registro das atividades do Grupo, mas os seus componentes entenderam que há sempre o perigo iminente da sua exclusão daquele lugar e, por isso, decidiram propor uma outra forma de registro a fim de alcançar outros leitores/ouvintes. O referido programa existe desde 2018 e poderia ficar cansativo inserir aqui todos os episódios, razão pela qual cada autor selecionou o que achava mais apropriado para divulgação na forma escrita.

Os textos estão organizados, portanto, como se fossem constelações temáticas a partir do material proposto por cada autor. Não é a cronologia que os guia, mas a cadência temática: aquilo que perfila pela mesma via de debate, como se fossem escritos por várias mãos que giram o mesmo caleidoscópio. O leitor irá notar que às vezes os temas se repetem, mas jamais da mesma forma ou perspectiva. Há sempre um detalhe não abordado ou uma discussão vista por outro ângulo, diante da mesma problemática.

Da linguagem verbal para a escrita pouca coisa foi alterada. Permanece a mesma preocupação do Grupo de Ética e Filosofia Política da UFS: proporcionar, seja por meio de áudios, seja dos textos aqui reunidos, a ocasião para meditar sobre alguns problemas que inquietam a nossa existência, especialmente em época de pandemia.

Por fim, gostaríamos de agradecer: à Radio UFS, que nos concedeu o espaço, especialmente ao radialista Josafa Neto; aos colegas autores por terem concordado em participar deste projeto; à CAPES, pelo seu financiamento; ao Coordenador do Programa de Pós-graduação em Filosofia da UFS, Prof. Marcos Balieiro, pelo apoio incondicional a esta aventura editorial e, finalmente, à Profa. Maria Isabel Limongi, da UFPR, que gentilmente assinou o prefácio deste livro.

Boa leitura!

*Os organizadores*

## PREFÁCIO

Vivemos tempos difíceis. Tempos de violência abertamente praticada pelos governantes. Tempos em que um governador declara, sem nenhum prurido, que a polícia deve sobrevoar as favelas e do alto mirar a cabeça de suspeitos; em que um deputado federal, posteriormente eleito Presidente da República, dedica seu voto a favor do *impeachment* da Presidenta em exercício ao seu torturador; em que uma placa homenageando uma vereadora assassinada é ruidosamente quebrada por deputados do partido pelo qual se elegeu o Presidente; em que deputados e ativistas de oposição, mas também antigos apoiadores daquele que muitos preferem não nomear, arrependidos diante de tanta truculência, são sistematicamente caluniados e ameaçados de morte; em que o Inominável dá de ombros e diz “e daí?” quando perguntado sobre as mortes por Covid-19 no Brasil, que hoje somam 1/4 das mortes no mundo! Não é preciso lembrar os fatos. Estão frescos na memória e no sentimento, que é de espanto, indignação e tristeza.

São tempos também de mentiras, estrategicamente disseminadas com fins políticos, e de confusão deliberada entre o verdadeiro e o falso. A Terra afinal seria mesmo redonda ou todo o sistema de ensino e a Ciência estariam a nos enganar sobre essa verdade consolidada? A vacinação seria de fato um método eficaz para combater doenças infecciosas? Ou a Organização Mundial de Saúde (OMS) teria interesse em nos confundir quanto a isso? Os técnicos que afirmam a eficiência das urnas eletrônicas não estariam afinal mentindo com o intuito de favorecer a fraude eleitoral?

O clima é de desconfiança das instituições. O Estado não faz nada por nós. Resta-nos empunhar armas uns contra os outros, educar nos-

sas crianças em casa, evitando a interferência do público, considerada abusiva, e apostar no mérito individual. A sensação é que nossa capacidade de comunicação, de costura e articulação entre as diversas perspectivas — políticas, morais, epistêmicas — está se perdendo. No horizonte — não seria exagero dizer — desenha-se a guerra de todos contra todos: cada um por si, com suas convicções, facções e méritos próprios. O tecido social vai assim se esgarçando e o mundo comum se estilhaçando.

Num contexto como este, a Filosofia tem um papel decisivo a desempenhar. Pois, o que faz este domínio do saber, consolidado por séculos e reconhecido como uma área de conhecimento pelas instituições de ensino e as agências de fomento do nosso e de tantos outros países (a Filosofia entendida, assim, como uma certa tradição do pensamento ocidental) senão nos convidar a conversar, ligando-nos uns aos outros, apesar das diferenças e mesmo dos conflitos que nos separam, sem que para isso tenhamos que aderir a uma verdade fixa e incontestável ou nos colocarmos todos de acordo? A Filosofia nos ensina a divergir com respeito e, por meio do exercício inesgotável da palavra, da exploração de suas ambiguidades, atos-falhos, pressupostos impensados ou deliberadamente assumidos, nos faz convergir.

Desde a segunda metade do século XVII, a Filosofia ocidental abdicou da tarefa de dizer como as coisas são, desvendar as essências e revelar o Ser. O filósofo John Locke — não por acaso um dos mais citados no volume que o leitor tem em mãos — teve um papel decisivo nesse processo. Ele atribuiu à Filosofia um papel crítico: o de pôr em questão as opiniões, por vezes suspendê-las, a fim de averiguar os motivos para abraçá-las e refletir sobre as razões para preferi-las em detrimento de outras. A Filosofia lida assim com *opiniões*, reduzindo toda pretensa verdade a este estatuto. Para a Filosofia, a verdade não é senão uma opinião bem fundamentada. E nem mesmo a verdade mais bem sustentada — como, por exemplo, a de que a Terra é redonda — merece adesão incontestada. A Filosofia chega a ser chata com isso: tudo está em questão! Todo discurso tem um pressuposto a que se deve dar o trabalho de desvelar e criticar. Não apenas porque tal

pressuposto pode ser falso ou equivocado, mas sobretudo porque põe em jogo uma determinada relação de poder da qual convém suspeitar. Como escreveu Locke, quando os homens aderem a princípios sem questioná-los e a doutrinas sem discussão tornam-se governados por aqueles “que tem a perícia e função para guiá-los” (Cf. *Ensaio sobre o entendimento humano*, I, 3, #25). Suspeitar de todo o discurso — e até de si mesma, como fazem as filosofias decoloniais em relação a Filosofia ocidental — é portanto uma maneira de produzir liberdade.

Nada é portanto mais anti-filosófico do que a atitude daquele que, depois de exprimir suas opiniões sobre as coisas, bate com o punho na mesa e diz “é ponto final”. Não há ponto final, só reticências e pontos de interrogação para a Filosofia. Por meio do exercício continuado do diálogo e da contestação, assim como da retórica e da persuasão, a Filosofia produz o efeito contrário daquele que os menos avisados poderiam esperar de sua atitude moderadamente cética e desconfiada: no lugar da violência das opiniões que se chocam, a Filosofia conduz à penetrabilidade das opiniões e dos pontos de vista; no lugar do caos e da anarquia, produz medidas comuns e um eixo a partir do qual as diferenças, quando não se deixam aparar, podem ao menos ser compreendidas. Colocar em questão a qualidade esférica dos planetas só leva à consolidação do consenso de que a Terra é, sim, redonda. Apenas aqueles que estão acostumados a fazer e a aceitar afirmações peremptórias, sem contraditório, é que podem acreditar no contrário!

Este efeito ao mesmo tempo libertador, combativo e conciliador da Filosofia envolve um exercício continuado e toda uma formação que se desenvolve no tempo. Eis porque a área de Filosofia no Brasil, ciente deste seu papel e impulsionada pelos ventos da redemocratização, envolveu-se, a partir dos anos 90, de corpo e alma, de Norte a Sul, em dois projetos de fôlego: a expansão do sistema de pós-graduação e a elaboração de um programa para o ensino médio em paralelo à formação de professores. Por trás desse projeto está a ideia de fazer a Filosofia penetrar os poros da sociedade. Não como a erudição inútil de saber quem é quem e quem disse o quê na árvore da tradição, mas como exercício e aprendizado crítico contínuos. Trata-se de um

processo longo e lento, nem um pouco fácil ou incontroverso, cheio de percalços, mas que vinha se desenhando, amadurecendo e consolidando, na base de muita conversa e troca de experiência. Não por acaso, este projeto (que é um projeto de Estado) passou a sofrer duros ataques nesses tempos bichudos. Trata-se efetivamente de *ataques*, por parte de gente acostumada a resolver as coisas batendo com o punho na mesa, quando não à base de bala, e que não se dispõe a conversar, objetar com respeito e sustentar opiniões num debate público sobre a Educação no Brasil e o lugar da Filosofia nela.

Nesse cenário de guerra, os combatentes professores de Filosofia da UFS que assinam este livro abraçaram uma nova e genial estratégia para fazer a Filosofia levar o seu recado: tomaram a rádio da Universidade Federal do Sergipe, revezando-se em falas semanais, em que comentam os acontecimentos políticos no Brasil de 2018 para cá, tendo por referência um arsenal de clássicos da Filosofia: além de Locke, Hume, Aristóteles, Cícero, Marx, Foucault, entre tantos outros filósofos comparecem nessas falas, compiladas e registradas neste livro. O conjunto é uma pérola, por pelo menos dois motivos.

Em primeiro lugar, pelo registro dos acontecimentos, a crônica cotidiana que faz o tempero peculiar e saboroso de falas destinadas a circular no rádio, com o intuito de cativar ouvintes ocupados, em trânsito, imersos em seus afazeres. No *caleidoscópio* das contribuições (para aludir ao título da coletânea, que sintetiza muito bem o que acima se disse acerca do caráter divergente ao mesmo tempo em que convergente da Filosofia), vemos registrados os acontecimentos e discussões que têm nos mobilizado nos últimos anos: o projeto da escola sem partido, os ataques às humanidades, as *fake-news*, a pandemia, a invasão do Capitólio, entre outros. E podemos acompanhar como esses acontecimentos sensibilizaram um grupo de professores de Filosofia, como esses professores vivenciaram esse período, seu espanto diante dos rumos das coisas e a necessidade que sentiram de reagir e resistir. É um belo e precioso registro.

Em segundo lugar, pela coragem com que este grupo de professores toma posição diante dos acontecimentos, espalhando-as aos sete

ventos. Quando a truculência começou a imperar, vi muito professor universitário se acovardar. Pode haver infiltrados nas salas de aula, melhor ter cautela, expor-se o menos possível! Afinal, não sabemos onde tudo isso vai dar e a história recente do país nos brinda com exemplos de prisões, exílios e cassações, que não é insensato esperar possam se repetir contra professores que dizem o que pensam na sala de aula. Este não é o caso dos professores que encamparam o projeto que resultou neste livro. Eles fizeram precisamente o contrário. Procuraram ampliar suas vozes, replicando suas salas de aula na rádio a fim de atingir mais pessoas, mobilizando a Filosofia para exprimir e divulgar com clareza suas posições e opiniões sobre o tempo presente. Sabiam que, ao mostrar o que fazem e divulgar o que discutem nas salas de aula, só poderiam angariar mais adeptos ao tipo de exercício que põem em prática. Sabiam que não há o que contestar diante do exercício ponderado, refletido e aberto da palavra. Não há como atingi-los com punhos na mesa. No máximo, pode-se discordar das opiniões corajosamente sustentadas por eles. Mas, isso não vai contra e sim a favor da Filosofia que sustentam.

Curitiba, 22 de março de 2021.

*Maria Isabel Limongi*

(Departamento de Filosofia da UFPR)





## Seção I

### EXERCÍCIOS DE PENSAMENTO

*Antônio Carlos dos Santos*

## 1.

### A EDUCAÇÃO E A FALTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS

No dia 29 de novembro de 1949, há 70 anos, foi instituída a Escola Normal Rural Murilo Braga, na cidade de Itabaiana, Sergipe. Por que esta data é digna de reflexão e extremamente importante não só para Itabaiana, mas também para toda a sua região? Porque ela marca a interiorização da educação no Estado de Sergipe, fruto de uma política pública do INEP (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos).

Em Itabaiana, o Grupo Escolar Guilhermino Bezerra foi instituído em 1937 e se reduzia ao ensino primário. Focava-se, portanto, nas operações básicas do aprendizado que hoje chamamos de ensino fundamental. Concluída esta fase, os pais tinham três opções para seus filhos, *grosso modo*: 1) continuar os estudos em Aracaju, para quem tinha recursos financeiros consideráveis; 2) ensinar aos filhos uma profissão, como pedreiro, carpinteiro, datilógrafo, dentre outras, dependendo a vocação familiar para a vida profissional; 3) direcioná-los para o comércio, seja como feirante, seja como balconista ou mesmo vendedor de seus próprios produtos originários do campo. Ora, a chegada do Colégio Estadual Murilo Braga significou a democratização do então ginásial, hoje ensino médio, no interior do Estado de Sergipe. Como diz Vladimir de Souza Carvalho, se antes contava-se na palma da mão quem era “doutor” porque tinha feito o ensino médio em Aracaju, com a chegada do Murilo Braga, toda uma geração de jovens, pobres ou ricos, puderam estudar e, concluir o ensino médio na própria cidade. Certamente não haveria Itabaiana, tal qual entendemos hoje, sem o Murilo Braga. Foi ele quem forneceu o chão firme educacional para que a cidade crescesse e se notabilizasse pelo seu comércio ou celeiro de gente empreendedora e pungente. Mas, é importante registrar, que isso só foi possível porque o governo federal da época instituiu uma

política pública educacional de interiorização. Ou seja, o governo queria enfrentar um problema sério no país que era a falta de escola e de professor no interior. Mas, algum ouvinte pode me questionar: por que isso hoje? Haveria alguma importância desse tema hoje?

Responderia a esse ouvinte curioso que sim, especialmente quando o governo federal faz uma ode à ignorância, ao descaso para seus problemas mais urgentes e debocha de toda a comunidade educacional do país, especialmente a universitária. Nós não podemos esquecer que em 2019 as Universidades públicas federais foram acusadas de promover balbúrdias; que tiveram orçamento congelados por meses; que perderam 8 mil bolsas de estudos para estudantes carentes e que o INEP, o mesmo órgão que instituiu o Murilo Braga no final dos anos 40, só em 2019, passou por três presidências diferentes. Não podemos esquecer também que o INEP é o mesmo órgão que organiza o ENEM, e que foi dito que este ano teria sido “o melhor ENEM de todos os tempos”, e que, no dia seguinte, o próprio governo teve que admitir que havia erros de notas e que alguns funcionários disseram que o resultado não era confiável. Como sabemos, o caso foi parar na Justiça, que chegou a impedir a liberação dos aprovados no Sisu durante alguns dias. Em meio à crise, o ministro usou o Twitter para publicar um vídeo tocando gaita e acusar autores de relatos de problemas no Sisu de serem de esquerda. Isto implica dizer que o desempenho de um órgão público, seja ele federal, estadual ou mesmo municipal, é fruto de uma vontade política em querer resolver problemas comuns à maioria da população. Para que o ouvinte tenha uma ideia, no governo atual, há uma baixa execução orçamentária do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), órgão de orçamento bilionário responsável por programas de transporte escolar, alimentação e compra de equipamentos, que é um dos fatores que mais evidenciam o que chamam de gestão “desastrosa” desse ministério. Em dezembro do ano passado, foi publicado um relatório de uma comissão externa instituída na Câmara dos Deputados para acompanhamento dos trabalhos do MEC e apontou que, até julho de 2019, foi executado apenas 4,4% do montante para investimentos do ministério — valor que corresponde

a menos de 40% do executado no mesmo período de 2018. O cenário de baixa execução orçamentária se manteve até dezembro, registrou a *Folha de São Paulo* em 1/2/2020. Ora, por que esses dados não são amplamente divulgados? Porque são questões menos aparentes, tendo em vista que elas atingem populações mais vulneráveis. Trata-se de um problema estrutural na garantia do acesso à educação dos mais pobres e de sua permanência. Sabemos que aluno com fome não vai estudar, e a família vai precisar que ele embarque no trabalho infantil; o aluno sem transporte não vai conseguir chegar na escola...isso gera desnutrição, diminuição no poder de concentração e daí segue uma série de consequências, que podem levar até a morte de crianças e jovens por causa da falta de uma política educacional. A cidade de Itabaiana teve a sua no final dos anos 40. Os jovens interioranos de hoje teriam o mesmo caminho? Certamente não, porque não há política pública educacional.

*Dezembro / 2019*

## 2.

### ESCOLA SEM PARTIDO?

A proposta de lei (PL 7180/2014) que tramita na Câmara Federal e que já recebeu parecer favorável da comissão especial, foi capitaneada pela bancada evangélica, que teve como relator Flavinho, missionário católico na comunidade Canção Nova. Percebam que católicos e evangélicos estão juntos na cruzada contra a educação livre e plural, muito embora o seu pretexto seja, justamente, lutar pela pluralidade de ideias.

A maior justificativa do projeto da “Escola sem Partido” é combater o que seria a doutrinação partidária por professores e discussões sobre gênero em sala de aula. Isto significa dizer que os autores dessa PL su-

põem que os professores no lugar de ensinar, conduzam o aluno à visão crítica e politicamente de esquerda. Ora, essa ideia é tão tosca quanto achar que em todo o país, o professor tenha a capacidade de formatar os estudantes para votarem num certo partido. Se tomarmos como exemplo as últimas eleições, então, ou os professores são absolutamente incompetentes ou essa premissa que defende a “Escola sem partido” é absolutamente falsa, uma vez que a direita, ou melhor, a ultradireita, chegou ao poder democraticamente. Ou seja, a realidade demonstra que a justificativa deste projeto não tem o menor fundamento.

Onde começou essa história toda? Em Alagoas, com uma lei parecida intitulada “Escola livre”, e aprovada em 2016, na qual proíbe “a prática de doutrinação política e ideológica”. Essa lei inspirou muitas outras. Segundo levantamento do Movimento Educação Democrática, já houve ao menos 181 projetos de lei em Câmaras Municipais e Assembleias em todo o país com teor semelhante. A lei alagoana já foi suspensa em março de 2017 por decisão do relator o ministro Luís Roberto Barroso. Falta o plenário do STF deliberar sobre o caso, podendo referendar ou não a decisão do relator. Uma das justificativas de Barroso para suspender a lei de Alagoas é que cabe apenas à União legislar sobre diretrizes e bases da educação. O ministro também levou em conta os direitos à educação e ao pluralismo de ideias e à liberdade de ensinar.

No fundo, o que pretende o projeto da “Escola sem partido”? Uma censura à escola e ao professor sobre a política e a própria ciência. É sim um atraso do ponto de vista da pertinência legal e pedagógica da presença de temas como gênero e combate à desigualdades nas escolas, da valorização da gestão democrática escolar, da reafirmação da escola como ambiente de resolução de conflitos e da reafirmação da relação de trabalho dos professores, seja com a escola ou com o estado.

O que este projeto quer é impedir que diferentes interpretações e compreensões do mundo sejam debatidas nas instituições de ensino, estimulando uma educação para a obediência e para a naturalização das desigualdades sociais, do racismo, do sexismo, da LGBTfobia e de outras discriminações. No fundo, esse projeto compromete totalmente

a qualidade da educação porque estimula a obediência e a mediocridade científica.

Se, de um lado, segundo estudiosos, a abordagem educacional sobre questões de gênero pode colaborar com o combate a problemas como gravidez na adolescência, violência contra mulher e homofobia. Por outro lado, temos visto vários exemplos no Brasil a fora de casos de intolerância na escola causado por esse projeto, conforme mostra a *Folha de S.Paulo* (27/11/2018): “Em outubro, um docente de história em Natal foi ameaçado de morte depois que o pai de um aluno entendeu como ataque político uma explicação dele sobre a Lei Rouanet. Uma escola tradicional do Rio proibiu, no início daquele mês, um livro que foi considerado comunista por pais (a obra *Meninos sem pátria* retrata a vida de família exilada na ditadura)”. Como se percebe, caso este projeto seja aprovado, voltaremos à ditadura na qual o pensamento crítico será intimidado e no seu lugar será instado o pensamento conformista e conservador.

Neste sentido, é preciso combater esse projeto porque ele vai de encontro à própria ideia de escola: “A escola deve ampliar o repertório das crianças em relação à família, mostrar que existem outros valores e diferentes visões de mundo. E ao longo desse processo, vão construindo suas próprias visões de mundo. Quanto mais plural e tolerante à diversidade for esse caminho, mais perto estaremos de uma sociedade democrática”<sup>1</sup>.

Como afirma a Profa. Marilena Chauí: “o mau professor de natação faz duas coisas: primeiro, se joga sozinho na água e diz aos alunos ‘façam como eu’, depois ensina os alunos a nadar na areia, como se areia e água fossem o mesmo; ao contrário, o bom professor de natação é aquele que se joga na água com os alunos e lhes diz ‘façam comigo’, porque a relação não é dos alunos com o professor, mas com a água” (CHAUI, 2018, p. 61).

Novembro / 2020

---

1 Sobre esse tema, ver: <https://educacaointegral.org.br/reportagens/por-que-o-escola-sem-partido-vai-contra-o-papel-da-escola/>

### 3.

## IMPLICAÇÕES ÉTICAS DO ENSINO REMOTO

A pandemia mundial nos impôs uma questão cuja resposta se mostra difícil ou simplesmente impossível<sup>2</sup>: como manter uma suposta vida “normal” diante da possibilidade da morte que nos ameaça ininterruptamente? Ou, dizendo de forma mais direta: como voltar ao trabalho “normalmente” se esta condição pode implicar sofrimento de outras pessoas envolvida com o meu trabalho? Como eu posso trabalhar tranquilamente sem que isso cause sofrimento ou dano para o outro? No momento pelo qual passamos, isso seria possível? Todas essas questões envolvem diretamente os dilemas éticos de nosso trabalho, seja ele qual for, nesta época de pandemia.

Enquanto nos deparamos com várias análises técnicas sobre o trabalho remoto (como aquelas questões envolvendo a digital), outras análises dão ênfases aos aspectos mais pedagógicos (como a falta de planejamento das instituições, a ausência de formação dos professores para o trabalho propriamente remoto, a falta de treinamento para o uso dos aparatos tecnológicos aos docentes etc.). Outras leituras, ainda, chamam a atenção das questões jurídicas (como aquelas relativas à propriedade intelectual da produção docente veiculada durante a pandemia nas aulas remotas, ou seja, quem controlaria essas questões vinculadas ao direito autoral, à instituição, ao professor, ao aluno?). Ora, praticamente não tenho visto discussões éticas nesta volta às aulas remotamente, o que justifica a minha opção por esse tipo de análise.

Antes de nós prosseguirmos, valeria a pena nós pararmos alguns minutos para esclarecermos dois conceitos essenciais: o de ética e o tecnicismo educacional.

A ética, desde o mundo grego, diz respeito à reflexão sobre a vida

---

2 Após ir ao ar, essa versão foi ampliada e publicada originalmente em JL Política (jlpolitica.com.br) em 13/08/2020.

prática, ou seja, sobre a ação. A ação ética é fruto de uma escolha refletida, pensada, deliberada, que pressupõe uma justificativa. Isso nos impõe exigências legítimas e, não raras vezes, complexas, até mesmo incompatíveis com a vida pública. Um bom exemplo é dado por Sófocles, na tragédia de Antígona. O enredo da peça é aparentemente simples: Creonte, rei de Tebas, ordena, em nome das leis da cidade, que o corpo do irmão de Antígona, Polinice, fosse deixado sem sepultura. Ela, apoiando-se nas tradições, confronta Creonte e evoca as traições religiosas, porque afinal, todo aquele que morre tem direito a um enterro digno. Ora, temos, por um lado, a representação do Estado, da moral, das leis, e do outro, as normas coletivas, tradicionais e costumeiras. Mas, como compatibilizar a legitimidade das leis de Creonte com as normas orais da tradição, evocadas por Antígona? Esta personagem de Sófocles é confrontada com um dilema ético de difícil solução: respeitar a lei da cidade em nome da estabilidade política da cidade ou desobedecê-la com base nos costumes religiosos e ancestrais, tendo como consequência a perda da própria vida? Em outras palavras: obedecer à sua vontade pessoal ou as leis do Estado? Haveria alguma saída possível sem causar danos para alguma das partes?

Pensemos agora esse dilema ético no contexto da pandemia: todos sabemos que a quarentena nos foi imposta porque a contaminação rápida nos leva aos hospitais com poucos leitos e, o que é pior, poucos ventiladores eletrônicos. Ficamos sabendo que, na Itália, adotou-se a seguinte regra para resolver esses casos: dar prioridade àqueles doentes com maior probabilidade de sucesso e esperança de vida. Ou seja, no caso extremo entre uma pessoa jovem e outra velha, caberia ao médico decidir quem iria viver ou possivelmente morrer. Uma escolha dessa não é fácil para ninguém, sobretudo em se tratando de uma vida. Ora, num caso como este, o que fazer? Como proceder? Qual seria a saída menos traumática?

Sobre a segunda parada, é preciso registrar que não estamos no tecnicismo educacional, representado pelo ludismo. O ludismo foi um movimento de trabalhadores que se uniram e revoltaram-se contra as máquinas no princípio da Revolução Industrial. Segundo o historiador inglês,



Eric Hobsbawm, (*A Era das Revoluções: 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014, p. 59) o ludismo consistia em invadir uma indústria têxtil e promover a destruição das máquinas que produziam as mercadorias. Este termo ficou conhecido também por significar ou representar toda a posição contrária à tecnologia, automação ou informatização. O que isso tem a ver com o ensino remoto? É que ninguém está sendo contra o uso de aulas por meio de TV, canais no Youtube e aplicativos de celular para encaminhar conteúdos aos estudantes. Isto quer dizer que o debate é de outra natureza, muito mais profundo, embora esta questão apareça de algum modo entre uma parcela dos implicados.

Um dos aspectos mais notáveis do dilema ético do trabalho docente em meio à pandemia é que a instituição, por meio de seus representantes, sente-se pressionada à volta do trabalho, ainda que remotamente, seja pelo governo, seja pela sociedade em geral, porque “os professores estão ganhando sem trabalhar”. Os “vagabundos”, como já disse um antigo presidente, referindo-se aos professores, estão recebendo salário normalmente, mas não estão cumprindo as funções para as quais recebe, que seriam, sobretudo, ensinar. Ora, o pressuposto é totalmente equivocado: quem assim pensa, parte da ideia segundo a qual o trabalho docente se restringiria apenas ao ensino, desconsiderando toda a carga horária gasta no preparo das aulas, nas horas dedicadas à pesquisa, à orientação, à extensão, às questões administrativas, dentre outras. Quem assim pensa, faz-nos pensar que, no lugar da nossa vagabundagem, o melhor seria ajudar os alunos trabalhando remotamente, ainda que não seja o ideal, ainda que haja prejuízos para os alunos, ainda que não haja acesso à internet para todos, ainda que gracieje a improvisação pedagógica. Em épocas de vácuo de política educacional, o governo e parte da sociedade querem que os professores sejam voluntaristas e “heróis da educação”, “pagando o pato do trabalho” remoto sem as condições materiais e tecnológicas adequadas. A lei diz: ninguém pode receber sem trabalhar (quem faz isso é vagabundo); ora, o que diz o sujeito ético? Devo me submeter à lei quando essa mesma lei gera exclusão para muitos estudantes? A quem interessa essa política sistemática de desqualificação, de que o “professor está ganhando para ficar em casa”?

É preciso deixar claro de uma vez por todas que foram suspensas as aulas presenciais, que são as partes mais visíveis da tarefa universitária. Eu, particularmente, nunca trabalhei tanto: tenho mantido as aulas na pós-graduação, as reuniões do grupo de pesquisa, a pesquisa em si, o trabalho de orientação, a tarefa de parecerista em vários periódicos nacionais etc. Ou seja, a única coisa que eu não estou fazendo é ministrar a aula para a graduação. Esse dilema que as instituições querem impor aos docentes, de que “ganhamos sem trabalhar”, precisa ser rebatido por se tratar de uma falácia argumentativa. A pressão para voltar ao trabalho, ainda que em *home office*, é para que a administração, juntamente com parte da sociedade, tenha a sensação de que a normalidade está próxima, e que a vida segue seu ritmo inexorável rumo à estabilidade, pouco importando os problemas reais dos docentes, dos alunos e técnicos envolvidos na questão pedagógica nestes tempos de pandemia.

Então, vamos dar aula remotamente com destaque para os prejuízos ocasionados aos docentes, que tentam administrar problemas relacionados à falta de organização do trabalho, à sua autonomia na disposição dos conteúdos, à sua ausência de formação adequada para o trabalho remoto? E os prejuízos causados aos alunos que não têm acesso à internet, a computador, à alimentação, à saúde mental? A tarefa agora parece não ser do Estado em fomentar as condições materiais para os alunos: o protagonismo agora é do professor, caberá a ele se “reinventar”. Em outras palavras: vire-se, professor! Assim, é-lhe exigido que seja criativo, inventivo, inovador (palavra da moda).

É preciso que sejamos claro: os benefícios da tecnologia não podem ocultar os malefícios embutidos em todo o processo educacional do ensino. O fato é que a transformação brusca imposta pelo ensino remoto exige o desenvolvimento, habilidade e competência em grande velocidade que tanto professores quanto alunos, tampouco a instituição pode oferecer a curto prazo. O processo de aprendizagem é lento, leva tempo, e como a instituição passou boa parte da sua responsabilidade para o professor, isso gera enorme sensação de fracasso, de frustração e impotência diante da tarefa de se reinventar para seu aluno, por um lado, e da culpabilização institucional de que o professor “ganha sem trabalhar”, por outro.

Para encerrar, vimos que, do lado de Antígona, houve a desobediência das leis de seu país. Do lado de Creonte, a ocultação das tradições locais. Foi assim que cada um foi punido ao final: Antígona, por sua desobediência, provocou a morte de mais duas pessoas; Creonte, por sua ambição e por seu despotismo, perdeu seu filho e sua esposa, evidenciando que devemos pensar sobre a responsabilidade de nossas ações no mundo.

O que faremos? Trata-se de uma questão ética, mas a resposta não é tão simples assim. Podemos respondê-la com outras perguntas: Reinventar-se sem as condições materiais? Adaptar-se às novas tecnologias ou sucumbir ao tempo? Moldar-se às novas metodologias? Ceder à pressão institucional da normalidade acima de tudo e de todos? Os dilemas estão aí e cada um é livre para, eventualmente, poder escolher. Neste momento, penso, o máximo que podemos fazer é preservar nossas vidas, é cuidar dos enfermos, é encorajar os já fragilizados, é dar apoio moral e afetivo a quem precisa. Qualquer coisa que ultrapassa isso, não pode ser levado a sério. Para encerrar, no livro “Vida Precária: Os Poderes do Luto e da Violência”, a filósofa americana Judith Butler defende a ideia segundo a qual embora todas as vidas sejam precárias e o vírus possa contaminar qualquer um, a desigualdade social e econômica permitem que o vírus discrimine. Termino com suas palavras: “Por que nós, como povo, ainda nos opomos à ideia de tratar todas as vidas como se tivessem o mesmo valor?”.

*Agosto / 2020*

#### 4.

### DEVEMOS OU NÃO COMEMORAR A DATA DE 31 DE MARÇO DE 1964?

Ao longo das últimas semanas, seguimos uma verdadeira novela diária em torno de uma das polêmicas do atual presidente do país, ao determinar às forças armadas que comemorassem o dia 31 de março. Então,

temos duas sérias consequências: a de comemorar a chamada “revolução” de 1964, no Brasil, e a atribuição do Nazismo à esquerda, na esfera internacional. Essas duas falas do presidente, que foram veiculadas por todos os meios de comunicação precisam ser combatidas, criticadas, rechaçadas vivamente, porque elas não são ancoradas em fatos.

Segundo Michel Gherman<sup>3</sup>, especialista nas questões judaicas, em vídeo divulgado pelas mídias sociais, o Museu do Holocausto foi pensado para ser local de memória dos judeus especialmente porque na época que ele foi pensado havia uma onda de revisionismo histórico. Ou seja, naquele momento, havia dúvida se o número de mortos correspondia à realidade; se a quantidade de campos de concentração teria sido menor e que, por fim, haveria dúvida da própria ideia de Holocausto. Esses argumentos são formas de negar a história que ficou conhecida como negacionismo ou revisionismo histórico. Se essas ideias parecem antigas, desde o final da Segunda Guerra Mundial, há um aspecto inteiramente novo nessa nova onda do negacionismo: tratar o Holocausto a partir de agendas políticas contemporânea locais. O que isto representa? O que isso significa?

Que se eu assumo ser de direita, e isso traz consequências políticas historicamente bem marcadas, eu mudo o fato histórico em função de minhas premissas ideológicas, abandonando o fundamento do fato histórico baseado numa historiografia. Isto significa dizer que todos os argumentos constituídos historicamente e embasado segundo documentos e provas são abandonados em função de interesses políticos, de cunho ideológico e subjetivo. Negar o Holocausto, ou o Golpe de 1964, é negar a natureza política de um fenômeno histórico. Se assim fosse, deste ponto de vista, o Holocausto sugeriria quase como um fenômeno natural, desencarnado da história, e que por isso pode servir a não importa qual interesse. Ora, isso é altamente perigoso e NÃO podemos aceitar, jamais! Se aceitarmos essa premissa, corremos o risco de aceitarmos a não existência da escravidão, a relativização das

---

3 Ver vídeo: <https://www.cafehistoria.com.br/historiador-grava-video-no-qual-aponta-a-relacao-entre-fala-de-bolsonaro-e-o-holocausto/>

atrocidades cometidas pelo exército brasileiro na Guerra do Paraguai, e porque não dizer, a inexistência do Golpe de 1964. Ora, alguém deve estar se perguntando: qual a relação dessa fala do Nazismo feito pelo presidente com o Golpe de 1964, aqui no Brasil?

Se entendermos que o Nazismo se constituiu historicamente como um grupo que se fortaleceu no combate a um eventual sistema internacional, o comunismo, e grupos internos que degeneram a humanidade, e que no caso da Alemanha, foram os judeus, a justificativa para a legitimação de Golpe de 1964 no Brasil foi a suposta ameaça comunista e, por consequência, “caça às bruxas” aos comunistas no país. Encontramos aqui a filiação desses dois episódios, filhos da mesma raiz: a extrema-direita que, agora no poder, tenta se afastar dos fatos, atribuindo então à esquerda seja o Nazismo, seja a justificativa do Golpe militar, cuja culpa pelas mortes dos que lutaram contra ele, hoje são denominando de terroristas. O presidente do país, ao negar esses fatos históricos, nega a historiografia, nega os historiadores, nega a testemunha e a memória viva dos que lutaram contra a opressão, seja na Alemanha, seja no Brasil. Ao visitar o Museu do Holocausto e atribuir à esquerda o fenômeno histórico, o presidente do país negou a história e desqualificou o trabalho dos historiadores. Ao mandar as forças armadas comemorar o 31 de março, esse mesmo presidente quer produzir uma nova ideia passando por cima dos fatos registrados na história.

Aqui, o ponto mais importante não é saber se o Nazismo é de direita ou de esquerda porque afinal, foi a extrema-direita que acabou produzindo o Holocausto na Alemanha e, no Brasil, o Golpe de 1964. O ponto fundamental é que não podemos admitir que a mentira seja objeto de justificativa e de sustentação de regimes totalitários ou de governos que desprezam a democracia. O Holocausto, assim como o dia 31 de março jamais devem ser esquecidos. Deve ser um dia de meditação, lembrança e de protesto para que isso nunca mais se repita.

## PÓS-ELEIÇÃO PRESIDENCIAL

Estamos passando por um momento dos mais delicados da história do Brasil e não podemos fugir à luta. Após o resultado das eleições presidenciais deste último domingo, fiquei pensando em Jean-Baptiste Alphonse Karr, escritor francês do século XIX, que no meio de um de seus romances, publicado em 1908, registra uma discussão no parlamento francês sobre o fim da pena de morte. No meio do caloroso debate, alguém fervorosamente defende acabar com aquela barbárie porque os franceses se acham civilizados, razão pela qual não poderia admitir a possibilidade de conviver com ela, a barbárie. Naquele momento, alguém irrompe a assembleia e afirma: “Senhores, que comecem os assassinatos”. E o escritor segue registrando: “trata-se de uma das falas mais miseráveis que se tenha podido pronunciar. O maior culpado não é quem começou, mas aquele que continuou”. O que esta frase tem a ver com o que está acontecendo neste país com consequências graves para a democracia? Como essas eleições estão marcadas pelo radicalismo extremado — de um lado, a extrema direita, do outro, as forças progressistas —, nosso intuito aqui é possibilitar o debate e o esclarecimento de eventuais dúvidas que os leitores possam ter.

Para começo de conversa, precisamos limpar o terreno da linguagem, das nomenclaturas. A palavra “esquerda” significa historicamente o lado daquelas pessoas que lutam e se preocupam com o direito das minorias. Desde 1988, a partir de nossa Constituição cidadã, tivemos vários direitos consolidados pela luta da esquerda e dos partidos progressistas. Por exemplo, a diminuição da jornada de trabalho, a carteira assinada dos empregados domésticos, o acesso à educação e à saúde, à ampliação das vagas em escolas públicas, etc., são alguns dos vários exemplos. Tudo isso é uma realidade que parece eterna, mas foi fruto de muita luta e que, em termos históricos, é recentíssima.

Já a direita se identifica com valores tradicionais e defendem os interesses dos ricos e poderosos. Por exemplo: nestas eleições, isso ficou claríssimo, quando o candidato da extrema direita divulgou amplamente via entrevistas ou discursos que desprezava as minorias sociais, como a comunidade dos gays, lésbicas, trans, etc., mas também demonstrou não ter a menor simpatia pelos negros e pelos índios. O vice do candidato da extrema direita também exalou preconceitos contra os negros e os índios brasileiros, negando, certamente, suas próprias raízes. Se esses são dados que apontam para um discurso fascista da sociedade, antidemocrático e altamente perigoso para a vida política do país, o mesmo acontece com relação aos direitos políticos conquistados há duras penas. Por exemplo, em várias entrevistas, programas de rádio e TV, tanto esse candidato quanto o seu vice deixaram claro que vai encolher o bolso do trabalhador através de políticas econômicas austeras. Os exemplos são assustadores: retirar o 13 salário, as férias, aumentar a quantidade de horas de trabalho semanais, aumentar o percentual de pagamento de imposto de renda, aumentar o tempo para alguém se aposentar, etc. Prestem atenção: esses dados são reais à medida que esse candidato se gabou de ter votado contra os direitos dos empregados domésticos, contra as pessoas que têm algum grau de deficiência, e a favor da estagnação das verbas para a saúde e educação em 20 anos. Imaginem que durante este tempo o povo continuará a viver e a aumentar, mas as verbas, já poucas, continuarão à mingua, e cada um, especialmente o idoso, é que terá que arcar com as consequências. Então, este é o retrato de alguém que é de direita ou de extrema-direita: é contra o apoio humano aos mais pobres da parte do Estado e apresenta, enfim, enorme desprezo pela democracia, razão pela qual usa pouco argumentos convincentes e extrapola em força, em violência. E é aqui que mora o maior perigo à jovem democracia brasileira: ao apoiarmos um candidato que instiga a violência, que usa da força física para coagir o eleitor, que sustenta retirar os direitos dos trabalhadores alcançados com tanto suor e luta, nós estamos dando cheque em branco para que ele, na condição mandatário mor do país, legitime a exclusão daqueles já excluídos da sociedade. Temos, portan-

to, de um lado, a carência dos pobres, combatida pela esquerda, e do outro, a manutenção dos privilégios, defendida pela direita.

Como disse há pouco, voltando à fala do francês, o maior perigo não está em quem começou a barbárie, mas em quem a continuou; em quem o segue, apoia, sustenta e dissemina o ódio e a intolerância. Numa situação como a atual, não devemos instigar o ódio, apenas demonstrar que estamos em perigo de entrarmos numa barbárie e que a sua eventual saída não é fácil e muito menos rápida. Contra ela, o melhor é o esclarecimento, a educação e a democracia.

*Outubro / 2018*

## 6.

### JUÍZES, DEUSES E DEMOCRACIA

Não faz muito tempo, ao ser convidado para participar de um Congresso Internacional sobre Direitos Humanos, na região Norte do Brasil, fiquei entendendo um pouco melhor como funciona a cabeça de um juiz.

O tema do Congresso era “A democratização do poder judiciário”. Apesar de minha hesitação inicial, aceitei o desafio. Feitos os protocolos de abertura, um dos desembargadores, o anfitrião, falou dos “imensos” avanços democráticos do poder judiciário. Quando chegou a minha vez, comecei deixando claro dois desconfortos: 1) por não ser um especialista do direito, e, 2) por discordar dos antecessores. No primeiro caso, disse, falaria como cidadão, no segundo, como professor de filosofia. Em sendo assim, exporia o ponto de vista de quem é afetado pela justiça e de quem está fora do direito. Nos dois casos, registrei que minha função ali era “animar” o debate. Meus argumentos eram simples: dos três poderes, o judiciário era o mais aristocrático (no sentido de manter privilégios), o menos transparente (recorre quase sempre



ao argumento da autoridade) e o menos democrático (acesso à justiça para poucos). A plateia reagiu de imediato com aplausos efusivos, que não esperava. Dei dois exemplos daquele período, que foram largamente veiculados em rede e mídias sociais: 1) um juiz que ordenou voz de prisão a uma guarda de trânsito no Rio de Janeiro porque ela o autuou por infração e ela teria dito que “ele era juiz, não deus”; 2) um outro caso de juiz, desta feita no Maranhão, que deu voz de prisão a três funcionários de cia aérea após ter chegado atrasado para o voo. Poderíamos repetir *ad infinitum* esses exemplos. Vê-se, pois, que não se trata de casos isolados. Trata-se, pois, de um modo de ser e de agir cuja base se encontra na formação desses profissionais. Eles não são formados para lidar com a democracia, mas com a aristocracia na qual eles mandam e os outros obedecem.

Na sequência, falou um segundo desembargador. Começou de forma direta: “o senhor está errado, Professor! O senhor precisa se informar mais sobre o judiciário!”, esbravejou, com o dedo em riste apontando para mim. Após essa prédica da verdade, seguiu jorrando as benesses do judiciário, sua história, sua longa democracia. Mas, o melhor, estava por vir. Disse ele: “quando comecei minha vida de juiz, no interior de São Paulo, pensava que poderia ser deus, Professor, mas quando me tornei desembargador do Estado de São Paulo, aí sim, eu tive a certeza de que era um”. A plateia ficou imóvel. Um silêncio mórbido se apossou no vasto auditório. Todos ouviram um atestado de confissão. Ou seria de contrição? Fiquei me perguntando se ele teria noção da gravidade do que dissera. Se um desembargador pensa assim, avalie quem está no Supremo... pensei silenciosamente. Daí para frente foi só diversão... terminada a rodada, tivemos a réplica. Na minha vez, comecei perguntando ao emérito desembargador a qual país ele estava se referindo... porque o Brasil não poderia ser (na falta de seriedade, o melhor é usar a sátira).

Por que estou evocando essa longa história? Porque os argumentos utilizados naquele episódio são válidos para entender o que está acontecendo com o país, do ponto de vista político. O que estamos vendo? Uma marcha em direção a um sistema político conservador

e autoritário, encabeçada pelo poder judiciário, que se mostra como uma *Casta Diva* das instituições brasileiras.

Montesquieu já tinha preconizado no capítulo XI do *Espírito das Leis* que os três poderes são livres, independentes, mas harmônicos. Desde a Constituição de 1988 que os poderes executivo e legislativos, nas várias instâncias, são eletivos, ou seja, precisam passar pelo crivo do voto. Já o poder judiciário, como não é eletivo, precisa ter estabilidade, legal e financeira, para julgar-se a si mesmo e as outras instâncias, necessitando do concurso público. Ora, tem-se aqui uma enorme aporia: de um lado, dois poderes que se submetem à opinião do voto, que têm se aperfeiçoado quanto ao aprendizado da democracia; do outro lado, um poder que se cristalizou com o manto sagrado da toga, intocável, inquestionável, dogmático. Ele julga, mas parece não se submeter às leis.

Ora, a democracia, parafraseando Espinosa, foi o melhor dos regimes que os homens puderam inventar, mas também o mais difícil de exercer. Ele requer o debate, a participação, o exercício no poder de forma dinâmica e em constante renovação. Além disso, temos um problema suplementar: se por definição a democracia é o regime que *todos mandam e todos obedecem*, ela exige a formação republicana, ou seja, a ideia de que *todos* têm um “bem comum” que devem cuidar.

Enquanto isso, juízes vão se expondo na mídia como astros de Hollywood e parecem não se importar com o que pode acontecer ao país. O cenário que se apresenta é o pior da economia, junto com o pior de políticos humanamente profissionais com juízes de outra constelação. Sem mediação entre os homens, que sustentam a democracia, e os deuses, compostos por juízes, a quem recorrer? Salve-se quem puder.

Julho / 2018

## ERRO NO PODER JUDICIÁRIO

Começo com uma história verídica, ocorrida na Cidade de Toulouse, na região Sudoeste da França, no dia 13 de outubro de 1761. O Senhor Calas e sua mulher encontram um de seus filhos enforcado numa barra de madeira, num dos cômodos de sua casa. Chega a polícia, reúne-se uma multidão do lado de fora. Na confusão, alguém diz: “Marco Antônio foi enforcado por seus pais huguenotes porque se converteu ao catolicismo!”. Um rumor anônimo espalha-se pela cidade. Todas as pessoas que se encontram na casa são presas. O processo é levado ao Parlamento de Toulouse. O jovem morto começa a ser considerado pelo povo como um novo mártir da religião; as irmandades religiosas desfilam nas ruas pedindo reparação; os padres, em seus púlpitos, pedem um castigo exemplar para os supostos assassinos. Uma paixão fanática domina a cidade. O Tribunal, sob a pressão da opinião pública, condena o pai à tortura e à morte. A mãe, a empregada e um amigo da família que estavam lá no momento da morte são inocentados; o irmão Pedro é banido e as irmãs postas num convento. Os bens dos Calas são confiscados. Isto porque o magistrado que se ocupava do caso estava convicto, assim como a maioria da população, de que o jovem teria sido assassinado pela própria família. Além disso, a elite de Toulouse era totalmente católica, e o poder judiciário em boa parte dominado pelos Penitentes Brancos (uma irmandade católica). Matadores de protestantes costumavam ser celebrados como heróis. Mas havia aqueles católicos mais que fervorosos, febris. Corria pela região a história de que os protestantes haviam se reunido em um sínodo, na cidade de Nîmes, no qual se decidiu que os pais e mães eram obrigados a matar seus filhos se estes tentassem mudar de religião. Por mais absurdo que isso pareça, foi justamente essa história delirante de uma conspiração protestante para matar Marc-Antoine a base da argumentação da acusação. Os

outros protestantes, de Toulouse e da região, ficaram escandalizados com tal acusação. Denunciaram que o suposto sínodo em Nîmes nunca acontecera. Mas o magistrado não lhes deu atenção. Ele tinha outra preocupação: se não havia qualquer prova de que os Calas haviam matado o filho, era preciso ao menos provar que havia um motivo para que eles o tivessem feito, provar que Marc-Antoine de fato pretendia se converter ao catolicismo. Portanto, não havia provas, e os testemunhos eram bem frágeis<sup>4</sup>. Condenados à morte na primeira instância, os Calas recorreram à segunda instância, que era a Corte de Justiça de Toulouse. Mas ali também não havia esperança, até porque diversos os juízes eram da irmandade dos Penitentes Brancos. Às quatro horas da manhã do dia 10 de março de 1762, depois de passar a noite na *infernet* (masmorra reservada aos condenados à morte), foi levado à câmara de torturas. Dois padres ainda tentaram convencê-lo a converter-se ao catolicismo, para assim salvar sua alma já que a vida estava perdida. Mas ele se recusou. Jean Calas foi condenado a ser morto na roda, uma das mais cruéis formas de execução: a vítima é posta sobre uma roda, seus ossos são quebrados e ela fica ali, às vezes sendo comida viva pelos corvos e aves de rapina, até que morra de dor ou que a autoridade tenha a misericórdia de dar o golpe final. Calas ficou duas horas agonizando naquela roda, até que o carrasco o estrangulou. Seu corpo foi então lançado a uma fogueira.

Naquela época, Voltaire vivia do outro lado da França, em Ferney, na fronteira com a Suíça. O filósofo aceitava como fato que Jean Calas era um fanático que matou o filho porque este queria se tornar católico. Indignado com o ocorrido, Voltaire começou uma espécie de investigação para chegar à verdade. Mandou cartas para amigos que podiam saber mais do caso. “Quero saber de que lado nesse caso está o horror do fanatismo”, diz em uma das cartas. Por fim, se convenceu da inocência de Calas. E iniciou a épica campanha para que a verdade viesse a público. Seu célebre *Tratado sobre a Tolerância*, de 1763, é

---

4 <https://www.sinprodf.org.br/o-fim-do-iluminismo-lula-esta-presos-voltaire-esta-morto-ba-bacas/>

parte dessa campanha que alcançou a vitória no dia 9 de março de 1765, quando o Conselho Real, em Paris, reabilitou Jean Calas e sua família, que foi indenizada pelo rei. Exatamente três anos depois da sentença que condenou Calas à morte. O magistrado, tempos depois de ter perdido o cargo, enlouqueceu. Tentou suicídio duas vezes. Na segunda tentativa foi bem-sucedido. O que é notável nessa história toda é a maneira pela qual Voltaire soube mobilizar a opinião pública em nome da justiça, ao mesmo tempo que alertava para o grande perigo do fanatismo. Conta-se que, ao receber a notícia de que Calas era inocente, Voltaire abraçou o mensageiro e, emocionado, disse aos presentes: “Foi a filosofia sozinha que obteve esta vitória”.

Se o tempo de Voltaire era caracterizado pelo fanatismo, o nosso é certamente pelo fascismo. No caso de Voltaire, a filosofia militou a tal ponto que o erro judicial foi revertido, mesmo tardiamente. Teríamos como contornar os erros atuais do poder judiciário brasileiro? Quantas pessoas inocentes terão que ser condenadas?

*Fevereiro / 2019*

## 8.

### O DISCURSO SOBRE A SERVIDÃO VOLUNTÁRIA, DE LA BOÉTIE

Para início de conversa, o termo “servidão voluntária” é paradoxal. Afinal, como seria possível alguém querer ser servo voluntariamente? O normal seria tornar-se servo pela via da força, da opressão de terceiros, como tradicionalmente se vê na história. Então, como seria possível alguém querer ser voluntariamente servo? É essa questão que, em 1544, com apenas 18 anos, ainda estudante de direito, La Boétie se propôs a responder.

Etienne de La Boétie escreveu um panfleto que revolucionou a forma de se pensar a tirania. O texto está dividido em duas partes: na

primeira, apresenta a questão de como é possível que todos os animais lutem pela própria liberdade, exceto o homem que se submete à servidão; na segunda, questiona por que servimos ao tirano. No conjunto do texto, a grande questão é: por que sob a tirania as pessoas não se revoltam, não obstante serem tão exploradas? A originalidade desse pequeno texto está no fato de que a tradição da filosofia política, de Aristóteles aos contemporâneos, como Hannah Arendt, por exemplo, o tratamento à tirania ou ao totalitarismo, sempre incidiu sobre o tirano, descrito como corrupto, mal, opressor. La Boétie muda a perspectiva de leitura do tirano. Em vez de analisar o tirano, ele pensa o tiranizado. Afirma o francês: “gostaria apenas de entender como pode ser que tantos homens, tantos burgos, tantas cidades, tantas nações suportam às vezes um tirano só, que tem apenas o poderio que eles lhe dão (...) quando preferem tolerá-lo a contradizê-lo” (LA BOËTIE, 1986, p. 12). E conclui o amigo de Montaigne: “que vício infeliz ver um número infinito de pessoas não obedecer, mas servir, não serem governados mas tiranizados?”. Sua resposta é simples: o tirano tem as armas, os exércitos, sua estrutura de poder que lhe dá suporte e por isso domina toda a sociedade. Por medo, por conveniência, ou por covardia, o tiranizado se submete à sua vontade. Mas La Boétie insiste com uma questão que incomoda o leitor: se olharmos com atenção o tirano não é diferente de nós, posto que ele tem dois olhos, dois braços, duas pernas etc. Mas como explicar que ele tenha milhões de olhos nos vigiando e dominando nossas vidas? De onde veio esse tirano que, com apenas dois pés, nos esmaga com a sua multiplicação de pés? De onde surgiu esse mau encontro? E, de forma desconcertante, diz o francês, “fomos nós que demos para ele”. Isto significa dizer que nós demos para ele nossos olhos, ouvidos, mãos, e enfim, a nossa alma para que ele nos dominasse e fizessemos de nós o que quisesse e desejasse. É por isso que a servidão é voluntária. Não é que ele, o tirano, nos impõe, somos nós permitimos. Insiste ainda La Boétie: por que fazemos isso? Por que concedemos isso ao tirano? E responde o francês: “porque nós todos somos tiranetes”. Cada um de nós quer submeter, controlar e dominar quem está abaixo de nós ou mesmo os

demais. Com essa ideia, La Boétie demonstra que a sociedade inteira é tirânica. A tirania não depende necessariamente do mal caráter do tirano, mas da sociedade que é construída tiranicamente pelo desejo de dominar o outro. A causa da servidão está em nós mesmos que desejosos de poder, impera sobre quem quer que seja, desde que esteja numa situação fragilizada. Nas palavras do francês: “é o povo que se sujeita, que se degola, que, tendo a escolha entre ser servo ou ser livre, abandona sua franquia e aceita o jugo” (LA BOËTIE, 1986, p.14). Qual seria a saída? Responde o autor: “decidi não mais servir e sereis livres; não pretendo que o empurreis ou sacudais, somente não mais o sustentai, e o vereis como um grande colosso, de quem subtraiu-se a base, desmanchar-se com seu próprio peso e rebentar-se” (*Id., ibid.*, 1986, p.16). Para esse jovem francês, nós podemos e devemos nos libertar de jugo do tirano porque nós nascemos naturalmente livres e, nessa condição, vivemos em companhia do outro e por isso só a amizade pode ser incompatível com a servidão voluntária. O antídoto à tirania é a amizade porque entre os amigos só pode haver a igualdade e por isso o bem querer; entre os maus, como os ladrões, só há cúmplices, e então, eles se entre-temem; entre os amigos, ao contrário, eles se entre-amam. Para concluir, La Boétie instiga seu leitor a se perguntar: e agora, o que fazer? Certamente sua resposta não é fácil, mas ele induz que devemos nutrir amizades que sejam fortalecidas pela liberdade e a alegria de um bom encontro.

Ora, seria atual esse texto de mais de 400 anos? Certamente que sim por duas razões principais. A primeira, a tendência que nós temos em naturalizar a dominação, no lugar de depositá-la na cultura, fruto de uma criação humana. A segunda, a pergunta que ele fez tem tudo a ver conosco, o Brasil de 2019. Podemos nos perguntar: por que submetemos tão facilmente a poderes autoritários? Como é possível que, vivendo numa democracia, ainda que frágil, tenha uma parcela considerável da população que aspire por um poder político autoritário e mesmo, militarizado? Certamente porque o autoritarismo, como defendeu o francês, está internalizado em cada um de nós. Cada um acha que tem o poder e a autoridade para oprimir o outro. Se quisermos

compreender o modo de funcionamento do autoritarismo como algo que está interiorizado nos corações e mentes das pessoas, La Boétie está mais atual do que nunca.

*Agosto / 2019*

## 9.

### À FILOSOFIA DA VULNERABILIDADE

Nesta semana, o Brasil passou dos 60 mil mortos pela Covid-19, segundo dados oficiais<sup>5</sup>. Em meio a números alarmantes por todo o país, o presidente da república fez pouco caso da pandemia, denominando-a de “gripezinha”, ou evocando o lugar-comum de que “todos nós vamos morrer um dia...”. Também nestes últimos dias, numa lei do Congresso que obrigava o uso de máscara em lugares públicos, reforçou o que já vem fazendo ao negar a pandemia: vetou a obrigatoriedade do uso das máscaras em lugares públicos. Deprendemos deste gesto do presidente o pouco caso pela vida e a falta respeito pela morte alheia. Ora, o que a filosofia pode nos ser útil neste momento de dor, de perda de ente queridos e de isolamento social?

Se nós partirmos do pressuposto de uma certa concepção de filosofia, a de um modo de vida, entenderemos que a filosofia nos ajuda a viver e a enfrentar um dos aspectos mais impactantes de todo o ser finito: a própria morte. Montaigne, filósofo da Renascença francesa do século XVI, pode nos ajudar nesta tarefa. Para este pensador, não há sabedoria quem exala erudição vazia ou exibição de conhecimento. Mesmo para essas pessoas, ninguém está imune às intempéries da vida. Para ele, o ser humano é vulnerável, frágil, sujeito a todo o tipo de

---

<sup>5</sup> Este texto foi largamente inspirado na publicação de Telma Birchall: “Montaigne, suas couves e a peste: uma filosofia da vulnerabilidade”, em 15/06/2020. <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/montaigne-suas-couves-e-a-peste-uma-filosofia-da-vulnerabilidade>



ameaça e sofrimento e não se trata de mera abstração: a vida real nos provoca privações. Dada à vulnerabilidade, Montaigne nos fornece os meios para combatê-la graças à sabedoria prática, o nosso autoconhecimento e reflexão do dia a dia.

No seu livro intitulado *Ensaaios*, precisamente no capítulo “Filosofar é aprender a morrer”, Montaigne nos diz como gostaria de viver e de morrer: “Quero [...] que prolonguemos as tarefas da vida tanto quanto pudermos, e que a morte me encontre plantando minhas couves, e despreocupado dela, assim como de meu jardim imperfeito”. Dois pontos são notáveis nesta breve passagem.

A primeira, que precisamos lutar para viver; ou seja, o fato inexorável de que vamos morrer um dia não significa dizer que devemos desprezar a vida, e que devemos abreviá-la, já que vamos morrer de qualquer modo. Longe disso: o que Montaigne nos diz é que precisamos pensar sobre a morte para que ela não seja fator de grande sofrimento quando sentirmos a sua aproximação. Isto implica dizer que a filosofia nos ajuda a entender que, pensando sobre a morte, nós nos preparamos melhor para a vida. A questão não é a morte em si, mas a maneira mais adequada de encarar a vida e quando dela não mais restar. E isso não pode nos distanciar das coisas mais cotidianas, como o cultivo de uma horta, por exemplo.

A segunda razão é que, na condição de vulnerável, estamos sujeitos à morte a qualquer momento, uma vez que não sabemos que dia e hora ela poderá ocorrer. A preocupação constante de que a morte seja um castigo divino, ou de como será e de suas circunstâncias faz com que nós passemos a nos escravizar das convenções sociais e de seus costumes. Ora, o que propõe Montaigne, é simplesmente a libertação dessas convenções e defesa da liberdade de nossa condição de fragilidade. Por isso, afirma o filósofo em outro trecho: “A premeditação da morte é premeditação da liberdade”. Uma vez assumida nossa fraqueza, vamos nos preocupar em viver e, assim, seremos mais livres.

É importante destacar que Montaigne enfrentou a peste que assolou a cidade de Bordeaux e foi obrigado a ficar no isolamento cerca de seis meses. É também digno de nota registrar que esse filósofo sofria de cálculos

renais e que ele fazia também dessa vulnerabilidade uma busca constante de valorização da vida por meio de leituras, viagens e escrita filosófica.

Assim, retomemos à questão inicial: em que medida a filosofia pode nos ser útil nesse momento de dor e sofrimento? Nesse momento de isolamento, como podemos transformar nossa dor em autoconhecimento? Ora, embora estejamos em outro momento histórico, o ensinamento de Montaigne não está tão distante de nós: se o momento exige o recolhimento, devemos fazer dele uma forma de libertação interior da dor e de tudo o que nos oprime e mata graças à leitura dos clássicos que nos conduz para o autoconhecimento. Alimentando nosso espírito, damos vida ao corpo, à nossa própria existência e, com isso, passamos a nos preocupar com os amigos, com a comunidade, enfim, com os outros. Para alcançarmos esse estágio não precisamos de erudição, mas de reflexão, ou melhor, de auto reflexão. Ora, neste aspecto, a filosofia é um conhecimento que nos ajuda a viver e a saber morrer: haveria um conhecimento mais útil do que esse?

*Junho / 2020*

## 10.

### A FILOSOFIA E O COVID-19

O que a filosofia tem a dizer sobre a situação mundial causada pela pandemia do Covid-19? Se temos as ciências médicas trabalhando para amenizar a dor real dos infectados; se temos a psicologia, por meio de seus profissionais, analisando virtualmente a angústia de muitos que estão perdendo seus entes queridos ou estão com problemas dos mais variados com o confinamento; se temos a sociologia debatendo os rumos do trabalho e do trabalhador num ambiente pós-pandemia, nós podemos nos perguntar: qual seria a tarefa da filosofia? Em que ela poderia nos ajudar neste momento?

Há várias possibilidades. A *Folha de São Paulo*, por exemplo, no Caderno Ilustríssima, de 12/04/2020, publicou um texto de Úrsula Passos, no qual faz um resumo das opiniões dos principais filósofos contemporâneos que estão debatendo o problema da pandemia atual. Contudo, para mim, ninguém melhor do que Epicuro para nos convidar à reflexão neste momento. Ora, o que esse filósofo do século IV antes de Cristo tem a nos dizer hoje, em pleno século XXI?

Epicuro nasceu em 341 aC, em Samos, filho de um mestre-escola e de uma benzedeira. Viveu pobre e sempre teve saúde frágil. Até o final de sua vida, teve problemas daquilo que hoje chamamos cálculo renal e complicações estomacais, o que lhe exigia frequentemente certo recolhimento. Se a sua vida pessoal lhe trazia dificuldades, a social não lhe era diferente: a Grécia de sua época não era a mesma do período clássico, agora ela estava subjugada ao Império macedônico, o que significava dizer o fim da polis e de sua liberdade pública. Ora, como viver num espaço no qual as dores pessoais consomem o corpo e que, no plano político, não há mais espaço para intervenção nos rumos da cidade? O que fazer quando o corpo já não responde nem tampouco a vida comum é mais possível? O que fazer quando a morte nos ameaça, seja pela via de um vírus ou de um verme?

Surpreendentemente, é em meio a esta adversidade que Epicuro nos convida a pensar e a construir uma vida serena, alegre e prazerosa. Se a vida exterior, no plano político, está difícil, ainda resta a interior, o da subjetividade. Nele, podemos nos libertar das falsas crendices e daquilo que atormenta a nossa alma. Se não é possível uma vida pública agitada, por vezes carregada de ilusões, ao menos podemos administrar melhor nossa vida interna na busca de uma serenidade para não perturbarmos nosso espírito e conseguirmos avançar no tempo. A filosofia, então, torna-se o meio pelo qual podemos atingir os fins almejados, a vida serena e feliz. A ética epicurista parte, portanto, deste pressuposto, o de que nascemos para ser feliz. Mas, essa felicidade não é dada, ela é adquirida pelo esforço de cada um, na busca pelo prazer e na recusa da dor. Isso não significa dizer que todo e qualquer prazer seja válido, mas somente aquele que nos causa satisfação e que não perturbe o espírito.

Esse prazer chega porque escolhemos, não porque nos impuseram, ou porque se trata de um prazer da moda ou da artificialidade humana. Na verdade, Epicuro afirma que não precisamos de muita coisa para ser feliz porque há coisas que não são necessárias para a nossa existência. Então, defende ele, é possível um prazer com medida e senso do limite que cada um vai se autoimpor porque é dono da sua nau interior. A ética epicurista, assim, convida a qualquer um de nós a pensar sobre a qualidade de nossos afetos, de nossos desejos, de nossa vontade, posto que não é a quantidade de coisas que conta, mas como lidamos com elas, especialmente numa época de confinamento social.

Ora, se a pergunta ética por excelência é “o que fazer?”, cada um de nós podemos nos perguntar: numa situação pós-pandemia, vou manter a minha vida tal qual levava antes desta situação? Que lição posso tirar dela? Como posso melhorar a minha vida no trato para com os demais? Como alcançar a serenidade num ambiente de stress e de angústia do mundo contemporâneo? Ora, podemos aprender muito com Epicuro...

Qual seria o remédio? Diz Epicuro, o *logos* filosófico, a racionalidade como base de nossas ações para expulsar os males da alma e amenizar os do corpo. José Américo da Mota Pessanha sintetiza em quatro ingredientes essenciais a ética epicurista: 1) não há que se preocupar com os deuses porque eles vivem no Olimpo e não se importam com os humanos; 2) Não há que temer a morte porque quando ela chega, não estamos mais aqui; 3) podemos alcançar a felicidade, mas isso é um trabalho interno, quotidiano, da razão, a fim de evitarmos as perturbações da alma e buscarmos a serenidade; 4) podemos suportar a dor na medida em que contrapormos momentos de lembrança alegres e prazerosas. Trata-se de uma técnica para lidarmos com a dor e o sofrimento. Enfim, Epicuro nos ensina que nunca é tarde para filosofar ou mesmo para ser feliz, mesmo em época de pandemia, como ele mesmo afirma: “quem diz que a hora do filosofar ainda não chegou ou já passou assemelha-se ao que diz que ainda não chegou ou já passou a hora de ser feliz”.

Março / 2020

## CEM MIL VIDAS PERDIDAS... QUANDO ISSO PODERÁ PARAR?

Nestas duas últimas semanas, o Brasil ultrapassou a marca de mais de 100 mil mortes por Covid-19 sem comoção. Não se viu ou ouviu falar de choro ou vela, exceto raras e honrosas exceções bem localizadas, individualmente. Os poderes judiciário e legislativo federais fizeram notas de pesar e decretaram luto, respectivamente 3 e 4 dias, pela perda de familiares, amigos e pessoas do nosso convívio social. Já o representante do poder executivo, o presidente do país, restringiu-se a uma sonora e lacônica frase: “Já deu 100 mil, aí? Então toca pra frente, vai tocando”, disse em tom jocoso. Diante deste fato, poderíamos nos perguntar: o que está acontecendo com o povo brasileiro? Perdemos a capacidade de nos solidarizar? Por que estamos reagindo com frieza, indiferença e até mesmo sendo refratários à compaixão e à empatia para com aqueles que estão sofrendo nesta pandemia? Por onde anda a nossa tão exaltada sensibilidade? Até quando vamos ignorar a morte que também nos ameaça? Quais as consequências dessa ausência de luto coletivo?

O presidente do país, apoiado por boa parte da população, não só aposta na morte como também promove uma profusão de atos para negar a ciência e todo o tipo de saber que traga de alguma forma a possibilidade de diminuir o sofrimento, seja daqueles contaminados, seja dos seus familiares e amigos. Esta atitude do presidente atrapalhou muito o entendimento da população sobre quais são os verdadeiros riscos da Covid-19 e o que a sociedade como um todo poderia fazer tanto para evitar os males quanto para cuidar dos infectados de forma solidária. O que mais nos impressiona é que uma pesquisa do DATA Folha desta semana aponta que 47% da população não acha que o presidente tenha culpa pela tragédia anunciada...

Desde o século XVIII, Rousseau nos ensinou um conceito fundamental do pensamento moderno, o da piedade. Apiedar-se é uma

paixão natural que nos faz mover-se pela piedade e compaixão diante da dor alheia. Trata-se daquele momento em que nos movemos para fora de si e nos identificamos com a dor do outro; é aquela justa ocasião em que nos transportamos de nosso egoísmo, característico do amor de si, para abraçarmos o amor do outro, representado naquele que vemos sofrer. É neste reconhecimento da dor alheia, que pode ser também nossa, que a piedade denota um dos traços de nossa própria humanidade. Esta comiseração, como defende Rousseau, faz com que se encurta a distância entre o expectador e aquele que está sob o peso do infortúnio, é natural, mas, conforme o homem vá se desenvolvendo na sociedade civil, ele vai perdendo essas características naturais e passa a abraçar outras, artificiais, que passam a corrompê-lo e a torná-lo egoísta e vil. Ora, como evitar isso? Defende Rousseau no *Emílio*, seu livro que marca a educação moderna: só com uma educação que possibilite à criança crescer e entrar na sociedade civil sem perder seu elo com o mundo natural. Mas, isso não é feito sem esforço: é preciso muito trabalho de toda uma sociedade para que nos preocupemos com todos, não apenas com o amor-próprio.

Mas, desde que esse governo de extrema-direita se instalou, uma série de ações retrógradas vem se consolidando no país: de censurar professor até tutelar a imprensa e perseguir jornalista; de execrar artista e combater escritores; de tributar livros e demonizar a ciência; de promover o reino da idiotice e do patético a banalizar o uso da arma como forma de eventual proteção. Certamente nada disso deve ter sido surpresa para quem ficou quase 30 anos no parlamento e pouco fez por aquela casa. Muito menos é de se surpreender quando o presidente tentou retirar a biblioteca do Palácio da Alvorada para dar lugar a uma banheira de luxo para o escritório da Madame-mor daquele lugar. Não é de cair o queixo as atitudes desse atual mandatário do país tendo em vista quem ele indicou para ser ministro da educação. Há, em tudo que ele faz, um ódio ao conhecimento, em geral, e à universidade, em particular. Ora, o que podemos fazer?

Um dos maiores traços do século das Luzes é que a razão não é um dado, mas uma conquista. Ou seja, a nossa capacidade de pensar é

natural, mas não o uso crítico da razão, que é a possibilidade de pensar por si mesmo. Isso não deixa de trazer certo desconforto, percepção de seus limites e o alcance de seu uso público. Na esteira de Rousseau, a razão crítica é adquirida, mas não significa dizer que ela será eterna. É preciso ter clareza de que o que foi conquistado com tanto esforço pode se perder em pouco tempo. A emancipação, para lembrarmos Kant, exige o combate constante da ameaça da minoridade. Talvez nós, brasileiros, tenhamos perdido nossa capacidade de nos indignar e, com ela, a sensibilização para com o outro, especialmente com aqueles que sofrem. Escolher a minoridade intelectual tem consequências terríveis para a nossa cultura a médio longo prazo. A emancipação, como antídoto, é provisória, e exige constante renovação. Está em boa hora de renovarmos nossos posicionamentos para conosco mesmos e para com o outro, levando em consideração que não estamos sós no mundo.

*Agosto / 2020*

### 13.

#### “O CORINGA”, DE TODD PHILIPS

O filme é tocante e desconcerta o espectador; é violento e ao mesmo tempo humano, demasiadamente humano, como diz o título de um dos livros de Nietzsche, razão pela qual ele incomoda e por isso precisamos conversar sobre ele. Há várias leituras possíveis do filme. Podemos vê-lo de diferentes perspectivas. Mas o foco de nossa análise será o viés político que porta o filme. Diante de tantos aspectos importantes, vamos nos concentrar em dois pontos notáveis.

O primeiro deles, é que o espectador vai melhor entendendo as origens do personagem Coringa. Quem gosta das histórias de quadrinhos, que há muitos anos vem sendo projetado na telona do cinema, conhece o Coringa, mas na sua relação com o Batman. Ou seja, só co-

nhecemos o estereótipo consagrado por Hollywood na qual o homem morcego representa o bem, o defensor das causas impossíveis, mesmo sem ser santo, e, por outro lado, o Coringa, símbolo do malfeitor de Gotham City. É essa visão estereotipada que estamos acostumados. Ora, o primeiro ponto importante no filme, portanto, é que ele não apenas desconstrói essa visão estanque do bem e do mal, mas visa a demonstrar que não há o bem sem o mal e vice-versa, e o que é mais notável, as razões pelas quais alguém se torna bom ou mal, o que é o caso do Coringa. Então, esse personagem é mostrado como simplesmente humano, sem poderes excepcionais, e que sofre as mesmas dificuldades que qualquer ser humano padece. Isso faz com que o expectador entenda o que faz com que um simples palhaço que luta para sobreviver de sua arte, numa cidade grande e desumanizada, mas que tem limitações de toda ordem. Embora seja palhaço, ele quer ser levado a sério enquanto profissional, mas é constantemente humilhado e acusado de coisas que não cometera. Ao mesmo tempo, ele é obrigado a cuidar da mãe, também visivelmente doente. Assim, o expectador se pergunta: como pode um doente cuidar de outro doente? Quem cuida de quem? O que fazer numa situação tão dramática como essa? Evidentemente, o filme conduz o expectador a se simpatizar com o Coringa que é fruto de uma situação familiar desestruturada psíquica e psicologicamente, de um contexto social de extrema exploração e pobreza, e ao mesmo tempo, de uma necessidade incrível de ser livre, de viver e de busca o sentido da vida em meio a tanta loucura. É nesta busca do entendimento de si mesmo que ele descobre suas origens, a doença da mãe, o abuso do pai, o sofrimento psíquico de ter que enfrentar a dura realidade que o cerca. Daí a difícil personalidade desse personagem: ele pode ser doce, mas também amargo feito fel; compreensível, mas também impulsivo quando quer; humano, e ao mesmo tempo assassino quando se vê manipulado e explorado. O filme, portanto, não busca isentar as atitudes reprováveis do Coringa, mas quer que nós compreendamos as razões pelas quais levaram-no a agir daquela forma.

O segundo aspecto que merece a atenção do expectador, que é consequência do primeiro, é que o Coringa, como os laços familiares são



desestruturados, os sociais são desajustados, marcados pela competição selvagem de colegas que não apresentam nenhuma sociabilidade ou solidariedade, força o Coringa a entrar num mundo imaginativo. Ele cria um mundo no qual é ouvido, amado e que, não obstante suas loucuras, consegue viver. Ali, no mundo imaginário, tem o afeto de uma mulher que lhe dá atenção e que lhe renova a vida. É neste momento, paradoxalmente, que ele começa a reagir à violência sofrida, assassinando três rapazes que lhe insultam. Na sequência, percebe que a sua ação chamou a atenção da imprensa local, que isso incomodou a sociedade, e que a sua ação importa. Numa das cenas mais espetaculares do filme, o Coringa para num banheiro para fugir da polícia, olha-se no espelho e dança lentamente como se fosse a sua estreia, ou um rito de passagem. Ali, parece ter deixado o pacato palhaço, meio ingênuo, meio louco, para, de fato, transformar-se num personagem assassino e doentio: ele aprende que a partir daquele momento ninguém iria pisar nele sem que pudesse reagir. Diante do espelho, ele ganha autoestima, vê-se grande e poderoso, ainda que momentaneamente. Ali, diante de si mesmo, ele dá-se conta de que está vivo, de que tem direito a lutar por seu mundo, ainda que imaginário. Nesta cena, vemos nascer como a violência é muitas vezes fruto desse ambiente explorador e relações sociais complexas. A partir daí, o filme toma outro rumo: o Coringa se torna o ícone de muita gente que se identifica com ele a tal ponto de usar a mesma máscara, a de palhaço. Isso denota que o Coringa não estava só, que o seu sofrimento não estava isolado, que milhares de pessoas padeciam do mesmo mal. Ele percebe que várias pessoas, também como ele, são feitas de palhaço, são manipuladas e exploradas e que começam a reagir em conjunto numa espécie de revolução social.

Enfim, o Coringa quer nos questionar: até quando vamos suportar a opressão de um governo que não se preocupa com a vida? Até quando vamos aguentar as queimadas na Amazônia ou o óleo nas praias do NE? O coringa mostra que, por trás de toda a loucura, há sempre um fundo de verdade.

*Outubro /2 019*

## PÓS-VERDADE, AUTOVERDADE E AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS

Eliane Brum, escritora, repórter e documentarista, autora de vários livros de não ficção, como *Coluna Prestes*, no dia 16 de julho passado publicou um importante artigo no jornal online *El país* sobre a relação entre o candidato à presidente da república da extrema direita e a pós-verdade<sup>6</sup>. Com base neste artigo, vou comentar aqui a relação entre a pós-verdade e a autoverdade, e como esse par é nefasto para a democracia. Combatê-lo não é questão de ser de esquerda ou mesmo de direita, mas um imperativo ético que todos nós que acreditamos na democracia devemos exercê-lo.

De início, precisamos entender é o que significa a tão falada “pós-verdade” e a “autoverdade”. Esses termos varrem a rede mundial de computadores e eles podem pesar na balança das eleições deste ano.

Tradicionalmente, a verdade era um valor que se configurava numa correspondência entre o que penso e a coisa, ou seja, na ligação entre pensamento e o fato. Mas nos últimos, a verdade ganhou novos contornos. O que seria então?

*Grosso modo*, a pós-verdade é quando perdemos o nexos com a realidade e, de forma absoluta, e passamos a utilizar um discurso cujo critério do que é falso ou verdadeiro é tomado apenas segundo as convicções pessoais. Na pós-verdade, fatos e evidência são desconsiderados. Nesse sentido, perdemos o nexos com a objetividade e aderimos sem crítica a tudo que é virtual e que nos agrada e rechaçamos o que não nos agrada. Esse discurso de tão repetido e absorvido por gente sem crítica passa a ser interpretado por esse mesmo povo de forma verdadeira. Um exemplo recente pode nos esclarecer como age a pós-verdade. O

---

6 Este texto é largamente inspirado em Eliane Brum, publicado em *El País*, 16/07/2018: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/16/politica/1531751001\\_113905.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/16/politica/1531751001_113905.html)

candidato à presidência da extrema direita disse no primeiro debate televisivo dessas eleições que os portugueses jamais estiveram na África. Ora, sabemos que isso não é verdadeiro graças aos mais variados registros históricos e documental que os portugueses estiveram lá sim e fizeram o comércio de escravo para o Brasil. Mas esse discurso, que é tirado da cabeça do candidato, colabora com uma vasta gama de seu eleitorado que é contra o sistema de cotas, fruto de políticas públicas dos últimos anos do governo de esquerda que tivemos. A pós-verdade amplia o discurso requerido pela extrema direita.

Já a auto verdade, como diz Eliane, “está muito menos no que é dito e muito mais no fato de dizer. “Dizer tudo” é o único fato que importa. Ou, pelo menos, é o fato que mais importa. Ainda segundo a autora, “o uso das redes sociais, a utilização de vídeos curtos e apelativos, o meme como ferramenta de comunicação, a figura heroica e juvenil do ‘mito’, falas irreverentes e até ridículas, falas fortes, destrutivas, contra todos, são aspectos que atraem os jovens. Se, nos anos 70, ser rebelde era ser de esquerda, agora, para muitos destes jovens, é votar nesta nova direita que se apresenta de uma forma cool, disfarçando seu discurso de ódio em formas de memes e de vídeos divertidos”

Nesta perspectiva, registra ainda a autora, esse candidato, nas palavras dela “não seria homofóbico ou misógino ou mesmo racista para aqueles que aderem a ele, mas um “homem de bem” exercendo a “liberdade de expressão”. Estes são os adjetivos que aparecem com frequência colados ao candidato de extrema-direita por seus eleitores: “sincero”, “verdadeiro”, “autêntico”, “honesto” e “politicamente incorreto” (este último também como um elogio). Isto significa dizer que o ato de dizer “tudo” e o como diz o que diz parece ser mais importante do que o conteúdo. A estética é decodificada como “ética.”

Para Eliane, “quando a imprensa mostra que o candidato da extrema direita se revelou um deputado medíocre, que ganhou seu salário e benefícios fazendo quase nada no Congresso, quando mostra que ele nada tem de novo, mas sim é um político tão tradicional como outros ou até mais tradicional do que muitos, quando mostra que falta consistência no seu discurso, assim como projeto que justifique seu

pleito à presidência, há pouco ou nenhum efeito sobre os seus eleitores. Porque o conteúdo pouco importa. A lógica em que a imprensa opera, quando faz jornalismo sério, que é a do conteúdo, não atinge esse candidato porque seu eleitorado opera em lógica diversa. Esse é um dado bastante trágico, na medida em que os instrumentos disponíveis para expor verdades que mereçam esse nome, para iluminar fatos que de fato existem, passam a girar em falso”.

A auto verdade desloca o poder para a verdade do um, destruindo a essência da política como mediadora do desejo de muitos. Se o valor está no ato de dizer e não no conteúdo do que é dito, não há como perceber que não há nenhuma verdade no que é dito. O candidato da extrema direita não está dizendo a verdade quando estimula o ódio aos gays, mas sendo homofóbico. Não está dizendo a verdade quando agride negros, mas sendo racista. Não está dizendo a verdade quando diz que não vai estuprar uma mulher porque ela é feia, mas incitando a violência contra as mulheres e sendo misógino. Há nome na língua para tudo isso e também artigos no Código Penal.

Muitos daqueles que o aplaudem, não percebem que o discurso da meritocracia proclamado pela extrema-direita que que ele representa é justamente a sacanagem que os mantêm no lugar cimentado do qual gostariam de sair. Não existe meritocracia, ascensão apenas por méritos próprios, sem partir de bases minimamente igualitárias.

O desafio imposto tanto pela pós-verdade quanto pela autoverdade é saber como devolver à verdade seu lugar “legítimo”. Não faremos isso sem tomar partido por escola de qualidade para todos, apoiando aqueles que lutam por isso de maneira muito mais contundente do que fazemos hoje, assim como pressionando por políticas públicas e investimento, e questionando fortemente os candidatos para além da retórica fácil. Nem faremos isso sem a recuperação do sentido de comunidade, o que implica a reapropriação do espaço público para a convivência entre os diferentes, assim como a retomada da cidade. Temos que voltar a conviver com o corpo presente, compartilhando os espaços mesmo e — principalmente — quando as opiniões divergem. Temos que retomar o hábito tão humano de conversar. E conversar

em todas as oportunidades possíveis. As eleições presidenciais estão aí para isso: mudar o quadro atual e nos indicar alguma esperança de vida, objeto de luxo da maioria dos brasileiros.

Ou seja, precisamos fazer com que as eleições presidenciais deste ano deixem de lado a estética e provoquem a ética. O dever ético de todos nós. Não é por acaso que a escola pública, já tão desvalorizada e desprestigiada, esteja sofrendo o brutal ataque representado pelo movimento político e ideológico nomeado como “Escola Sem Partido”. O pensamento múltiplo e o debate das ideias são os principais instrumentos para devolver importância aos fatos e ao conteúdo, assim como repensar a questão da verdade.

*Julho / 2019*

## 15.

### “O BRASIL À PROCURA DA DEMOCRACIA”, DE NEWTON BIGNOTTO

O tema de nosso encontro de hoje é sobre o livro de Newton Bignotto, da UFMG, que acabou de publicar “O Brasil à procura da democracia: da Proclamação da República ao século XXI”, pela editora Bazar do tempo. Gostaríamos de sugerir este livro para o nosso ouvinte.

O livro é composto por quatro capítulos, além da introdução e conclusão, e tem como objeto central o percurso das ideias democráticas desde a Proclamação da República até a eleição do atual presidente do Brasil. Assim, no primeiro capítulo, o autor aborda a “primeira república (1880-1930)” e demonstra como nesta fase a república era destituída de democracia. No segundo, a análise recai sobre a “era Vargas e a segunda república (1930-1964) na qual o Brasil lutou ardentemente, criando um movimento para entrar na direção da modernidade democrática. No terceiro capítulo, intitulado “A terceira república ou a

era da esperança (1964-2010)” passa em revista como das entranhas da ditadura militar as ideias democráticas se movimentaram e forjaram uma nova perspectiva política para o país. No último capítulo, denominado “De Dilma a Bolsonaro: a crise da democracia brasileira no século XXI (2010-2018) o autor perscruta como a luta pela redução das desigualdades gerou um antídoto venenoso e letal.

Sob vários aspectos livro, este livro é iluminador! Destacaria apenas três pontos principais.

O primeiro é que, apesar de o autor insistir desde as primeiras páginas que o seu registro é no campo da história das ideias, é o olhar da filosofia política sobre o Brasil que ganha relevo. No momento pelo qual passa o nosso país, isto se torna da maior importância. Isso porque há uma certa concepção de filosofia que ignora olímpicamente a realidade.

Em segundo lugar, o autor demonstra para o leitor ao longo do livro como as ideias de nossa república foram se instalando em nossas terras, desamparada de um de suas pilastras fundamentais, a igualdade, sempre fazendo um zigue-zague entre ideias conservadoras e progressistas, sem jamais perder o rumo, o foco de sua análise. Nesta leitura, é preciso destacar a herança colonial e escravagista que ainda hoje pesa sobre nós e que não conseguimos superar.

Em terceiro lugar, se a tentativa do livro é compreender o país politicamente à luz da trajetória das ideias democráticas, ele fecha o último capítulo com um argumento plenamente inovador: a democracia está em perigo por causa da “guerra de facção”. O que isso quer dizer? O que isso representa? Para Newton Bignotto, o Brasil passa por um estágio de degradação institucional de tamanha ordem que põe em xeque a própria democracia. Isso porque não há um interesse comum, não há um pensamento que costure os anseios, mas apenas desejos particulares se apossando do bem público: é isso que leva à guerra de facções. Bignotto se utiliza dos elementos conceituais de Maquiavel, quando ele se referia à Roma para pensar Florença, e os aplica para pensar o Brasil. É claro que é uma outra realidade e contexto, mas os princípios são os mesmos. Afinal, quem achava que Mussolini jamais chegaria ao poder, enganou-se. Maquiavel já nos dizia no século XVI:

é preciso olharmos para a história; é necessário que aprendamos com ela...Por isso, registra Bignotto: “o que assistimos no Brasil hoje é a formação de novas estruturas criminosas que disputam o poder local com outras estruturas do mesmo tipo, mas que não se associaram de forma explícita a um partido no poder. O assassinato de Marielle Franco mostra que já existem conexões entre a esfera criminal e a esfera política que geram apreensões”.

Após a leitura de cada capítulo passamos a ter uma ponta de tristeza ao nos depararmos com a luta eterna em busca da democracia. Mas, no final, damos-nos conta que, de fato, é uma eterna luta e que muitos que nos precederam fizeram a parte que lhes cabia. Agora é a nossa vez de intervir deste debate. As eleições municipais serão realizadas no próximo mês e têm muitos candidatos que parecem que surgiram do nada ou dos porões dos inimigos da democracia. Ora, precisamos fortalecer a arena política democrática brasileira e essa luta começa pelo voto em candidatos ou candidatas identificadas com a democracia. Como diz Espinosa, numa tradução livre, “o regime democrático é o mais imperfeito dos regimes, mas foi o melhor que os homens inventaram”. O livro de Newton Bignotto nos ajuda a compreender essa importância.

*Outubro / 2020*

## 16.

### O PROCESSO ELEITORAL PARA REITOR DA UFS: ENTRE A LEGALIDADE E A LEGITIMIDADE<sup>7</sup>

Certamente todo mundo há de se lembrar da fábula “O lobo e o cordeiro”, de La Fontaine. Há várias versões, mas a moral da história é quase sempre a mesma. Conta ela que, certa vez, um cordeiro saciava

---

<sup>7</sup> Após ir ao ar, o texto foi ampliado e publicado originalmente no site [jlpolitica.com.br](http://jlpolitica.com.br) em 25/07/2020.

a sede numa fonte de água cristalina. De longe, um lobo faminto viu o animalzinho, que, de tão tranquilo e inocente, não percebeu o perigo à sua volta. O lobo aproximou-se dele e perguntou-lhe o que ele estava fazendo em suas terras. O cordeiro, sem muita demora, afirmou que só tomava água, pois estava de passagem. O lobo, não satisfeito com a resposta e sem querer atacar o pobre animal de forma súbita, perguntou-lhe: “E como ousa turvar a água que irei beber?” O cordeirinho não se fez de rogado e respondeu-lhe à altura: “Senhor, estou bebendo num canto da fonte, de tal forma que a água não chega a turvar o lado em que o senhor está!”. Já sem paciência com as respostas diretas do cordeiro, o lobo aumenta o tom da conversa, já buscando um novo pretexto para o seu ataque fatal: “Além do mais, soube que andou falando mal de mim há uns três ou quatro meses”. Imediatamente, o cordeiro respondeu: “Mas senhor, isto não pode ser verdade, tenho apenas dois meses!”. Impaciente, o lobo replicou: “Se não foi você foi seu pai ou sua mãe!”. Mal o cordeiro abriu a boca para dizer-lhe que não tinha nem um nem outro, o lobo devorou-o sem dó nem piedade.

Ora, qual é a moral desta história? De imediato, concluímos que, numa luta entre eventuais iguais, vence quem é mais forte. Pouco adianta os argumentos, quando, valendo-se apenas da truculência e da estupidez, aquele que ataca é mais forte do que quem é atacado. Mas, sobre este debate, é preciso maior reflexão e calma. Afinal, ambos animais não eram inocentes, muito menos despreparados. Cada um usou as armas que possuía: o cordeiro, a língua afiada; o lobo, a força bruta. Ambos procuravam se legitimar na relação de poder que ali fora estabelecido. Aqui está o grande embate da política moderna, assim que Maquiavel selou em “O Príncipe”: de um lado estão os grandes com o desejo de dominar, e de outro, o povo, com o desejo de não ser dominado. Mas, como administrar esse conflito de forma tal que tanto sua legitimidade quanto sua legalidade estejam preservadas? É à luz desta questão que gostaria de analisar o processo eleitoral para Reitor e Vice-reitor da Universidade Federal de Sergipe, na tentativa de colaborar com o debate que vem sendo travado por boa parte da comunidade universitária ao longo deste ano. Muitos alegam que todo



a eleição feita pelo Colégio Eleitoral Especial (15/07) foi legal, uma vez que foi baseado na legislação em vigor. Ora, a legalidade andaria necessariamente de mãos dadas com a legitimidade? Onde começaria o fio da meada da (i)legitimidade neste caso?

O processo de eleição para Reitor e Vice-reitor da UFS não é simples, muito menos fácil. Para que o leitor possa melhor compreender todo o processo, é necessário rememorar as experiências históricas de meados da década dos anos 80 do século passado, quando, pela primeira vez, a comunidade universitária pode opinar para o dirigente da instituição de forma mais direta.

*Grosso modo*, a eleição é composta por duas partes. Na primeira, as entidades que compõem a comunidade universitária, a Associação dos Docentes (ADUFS), o Diretório Acadêmico dos Estudantes (DCE), e Sindicato dos Funcionários Técnicos-administrativos (SINTUFS), são convocadas para organizar uma consulta pública junto aos seus associados. Juntas, estas entidades formam a Comissão Eleitoral da Consulta Pública para a reitoria e vice-reitoria da UFS. É ela que estabelece o cronograma de todo o processo eleitoral, promove debates entre as chapas, estabelece os critérios da campanha eleitoral, dentre outras tarefas. Uma vez feita a campanha e consultados todos os três seguimentos da comunidade universitária (docentes, técnicos e discentes), os três nomes mais votados são encaminhados à reitoria a fim de que esses mesmos nomes sejam encabeçados na lista tríplice do Colégio Eleitoral Especial da UFS (constituído pela reunião do Conselho Universitário, do Conselho do Ensino, da Pesquisa e da Extensão e do Conselho Diretor da Fundação Universidade Federal de Sergipe) para que ele possa, efetivamente, referendar o mais votado. Aqui, consiste a segunda parte deste processo, tão importante quanto a primeira. Embora a consulta não seja prevista em lei, ela se tornou, com o tempo, uma fonte moralmente legal da norma local para o processo eleitoral há 36 anos. É esta consulta que fornece a legitimidade para que o Colégio Eleitoral possa votar nos nomes mais indicados pela comunidade universitária. É nesse microcosmo democrático que é lavrada em ata e encaminhada ao presidente da república para que ele, de acordo com

as regras vigentes, possa escolher um dos três mais indicados, o que se espera que seja, naturalmente, o primeiro da lista.

Mas, o que aconteceu em 2020 para que houvesse uma forte mudança em todo esse processo? Dois fatores foram decisivos para esta alteração do rito eleitoral: a publicação de dois documentos federais. O primeiro, a Medida Provisória de Número 914, publicada no dia 24 de dezembro de 2019, gerou enorme insegurança jurídica porque introduzia inúmeras alterações no processo eleitoral para reitores das instituições públicas de ensino superior. O segundo, a Portaria N°544, editada pelo governo Federal em 16 de junho de 2020, autorizando, em caráter excepcional, a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais causada pelo novo coronavírus. Ainda neste período, uma segunda Medida Provisória foi editada versando sobre a eleição para Reitor e Vice-reitor das IES (de Número 979/2020), que de tão absurda, mal passou um dia em vigência. Embora a Medida Provisória 914/2019 tenha perdido a sua validade no dia 2 de junho de 2020, o fato é que as contingências políticas, aliadas às sanitárias, impediram que a Comissão Eleitoral terminasse o processo de consulta, já iniciado no final de 2019. Nesse período, quatro chapas se inscreveram, apresentaram propostas e participaram de debates públicos em cinco, dos seis Campi da instituição. A consulta pública estava prevista para meados de março, mas foi suspensa devido à crescente pandemia da Covid-19. Ora, qual alternativa possível diante deste quadro? Duas possibilidades foram analisadas: a primeira, adiar as eleições, o que poderia esbarrar no prazo legal para enviar a documentação à presidência da república, o que se tornaria inviável; a segunda, o uso do sistema interno de eleição da UFS, o SIGEleição, que permitia a possibilidade de todos votarem remotamente. Este mesmo sistema foi usado nas últimas eleições (2016) e, na época, não houve questionamentos. Contudo, a reitoria se opôs veementemente ao uso desse veículo, impossibilitando o término da consulta à comunidade. No dia 2 de junho deste mesmo ano, um grupo de professores formado por Pró-Reitores, Diretores de Campi e de Centros da instituição entrou em contato com as entidades a fim de solicitar a inclusão de uma nova chapa, composta por dois do-

centes da atual gestão da reitoria, após quatro meses de encerramento das inscrições de chapa. Dias depois, é publicada a portaria 442, na qual o Reitor convoca o Colégio Eleitoral Especial para o dia 15 de julho de 2020, com a única pauta: formação da lista tríplice. A eleição virtual foi bastante tensa e conturbada. A lista foi composta e, como já era esperado, os dois últimos nomes participaram de todo o processo eleitoral. No entanto, o primeiro colocado, poucos sabem de quem se trata, a que veio, e o que fará, caso a sua indicação seja homologada. Ele pode ganhar o cargo a Reitor, mas a pergunta que não quer calar é: seria legítimo?

A legitimidade é a capacidade de um determinado poder conseguir obediência sem necessidade de recorrer à coerção e à força. Ela ocorre quando há o consenso entre os membros da comunidade para aceitar a autoridade vigente. Mas, a legitimidade não pode ser confundida com a legalidade. Ambas são utilizadas para determinar a conformidade de determinadas atividades com normas vigentes do ordenamento jurídico. A legalidade diz respeito à lei e aos seus trâmites; já a legitimidade, é o aval procedimental compartilhado por todos, inclusive, pelos eventuais perdedores. Dizendo de outro modo, a legitimidade não aparece do nada, como se fosse algo espontâneo: ela é o resultado de um processo que, necessariamente, passa pelo consentimento de toda a comunidade envolvida. Por isso, parafraseando Habermas, a fé cega na legalidade não garante, por si só, a legitimidade. Para o filósofo alemão, a legitimidade exige uma moral convencional, plasmada em normas prévias, que possibilita ao poder político justificar a sua autoridade coercitiva. Por esta razão, inclusive, a teoria do direito como força é ilegítima por natureza. Rousseau já dizia no século XVIII, em sua obra “O contrato social”: “o mais forte nunca é suficientemente forte para ser sempre senhor, senão transformando sua força em direito e a obediência em dever” (cap. III, 1978, p. 25).

Portanto, como o mais votado da lista tríplice não participou do processo eleitoral, tendo sido apoiado por docentes que fizeram pressão para que as entidades aceitassem nova inscrição de chapa, mesmo fora do trâmite legal, esse eventual Reitor já nasce minguado,

fraco, desmilinguido. Analisando os fatos, acompanhando os vários artigos nos jornais, sites, mídias sociais e todo o debate que se seguiu nos rádios, TV's, dentre outros, fica evidente que houve uma carência notória de legitimidade nessas eleições para Reitor e Vice-reitor da UFS. É verdade também que a radicalidade política nacional contaminou o ânimo dos envolvidos neste pleito na esfera local. Não penso, contudo, que o processo tenha sido ilegal: o rito aparente da legalidade foi sofrivelmente realizado. Mas, a que preço? Com que legitimidade o possível Reitor comandará os Conselhos Superiores da UFS? Como lidará com os vários conflitos e problemas da instituição? Quais seus eventuais planos para ela? Ninguém sabe. O fato é que a consulta à comunidade não foi feita, o processo eleitoral se perdeu no caminho, sendo marcada por casuísmos, atalhos legalistas e arremedos democráticos que feriram a legitimidade da disputa.

*Julho / 2020*

## 17.

### A POSSE DO NOVO PRESIDENTE DOS EUA E O APRENDIZADO PARA O BRASIL EM 2022

Em seu curso no Collège de France, entre 1975 e 1976, Michel Foucault forjou a expressão “poder grotesco”<sup>8</sup>. O que isso quer dizer? Segundo o filósofo francês, o poder grotesco é operado por uma racionalidade paradoxal porque se manifesta pela irracionalidade de seus discursos e de suas decisões. Isto quer dizer que, apesar de suas manifestações de incompetências no exercício do cargo, delas emanam um discurso de

---

<sup>8</sup> Sobre esse debate, ver originalmente o texto de Christian Salmon, publicado em 8/01/2021. Depois, ele foi traduzido e publicado em *A Terra é Redonda*. <https://aoc.media/analyse/2021/01/07/occupation-du-capitole-la-face-obscure-de-lamerique-revelee/>

poder qualificado cujo efeito deveria ser exatamente contrário. Segundo Foucault, “o grotesco é uma das precondições essenciais da soberania arbitrária. A indignidade do poder não elimina seus efeitos, que são, ao contrário, tão mais violentos e arrasadores quanto mais o poder for grotesco”. Assim, o poder grotesco se caracteriza pelo governo desqualificado, violento, arbitrário, negacionista, dentre outras misérias, que se ergue sob um eventual mecanismo oculto ou “acidente de percurso”, quando, na verdade, faz parte do próprio estilo de poder. O contorno mais bem acabado do poder grotesco é a negação da ciência, daquilo que diz a imprensa investigativa, do que sustenta os registros históricos; como dizem os apoiadores de Trump, “nós somos contra o sistema”. Contudo, ninguém saberia dizer a qual sistema eles se referem.

O conceito de Foucault, pouco desenvolvido entre seus especialistas, ao que tudo indica, tem tudo a ver com o que aconteceu no último 6 de janeiro de 2021, quando um bando de apoiadores de Trump invadiu o Capitólio e deixou um rastro de destruição e cinco mortes. Qual a razão? Simplesmente porque não aceitaram o resultado das eleições presidenciais que deram a vitória a Joe Biden. As imagens falaram por si sós: o templo sagrado da democracia, tão exaltado pelos americanos e pelo resto do mundo, foi duramente profanado. Maculado por bando de gente branca, armada até os dentes, preconceituosa e soberanista, passou por cima da lei, da regra legítima, dos costumes seculares americanos. Naquele momento o que mais importava era a força, a violência, a defesa de um presidente em final de mandato que incitou seus seguidores à não obedecerem a lei. Ao ofender o Capitólio, o bando não respeitou o rito, o local, as estátuas eternizadas solenemente no Rotunda. No carnaval desonroso do Capitólio, tudo virou escárnio, deboche, self, ofensa, insulto. O que antes era espaço da política, virou pura barbárie, violência em estado puro. Em uma palavra, tornou-se grotesco.

Mas, o que aconteceu em Washington no dia 6 de janeiro de 2021 tem a ver com o Brasil? Não podemos fazer exercício de futurologia, mas o presidente do Brasil, naquele mesmo dia, disse publicamente que aquilo poderia acontecer de forma ainda mais grave no país se não houver a volta das cédulas impressas nas próximas eleições presidenciais

em 2022, deixando claro o seu descrédito para com as instituições que delas se ocupam. A imprensa noticiou amplamente a chantagem feita pelo mandatário do Brasil. E isso aconteceu na mesma semana em que o país passou de mais de 200 mil pessoas mortas pela Covid-19, sem que tenhamos ainda um planejamento claro sobre a vacinação. Enquanto isso, boa parcela da população continua em negar a pandemia, difundir notícias falsas sobre as vacinas e sobre o próprio governo, que insiste em se opor à própria ciência. Temos, portanto, os dois lados da mesma moeda: de um lado, um presidente largamente incompetente que tem colaborado para a ampliação do número de mortes, à medida que ele próprio insiste e tem fomentado à aglomeração de gente em torno de si por onde anda, e por outro lado, um grupo de apoiadores que são capazes de incendiar o país com armas e com milícias, virtuais ou reais. Esses dois argumentos só reforçam o mesmo discurso de Trump: a não aceitação da derrota nas eleições presidenciais.

Alguém teria alguma dúvida se coisa pior não possa acontecer aqui no Brasil com um governo tão grotesco, para retomarmos a expressão de Foucault? Certamente, não. Há uma proximidade deste governo com as milícias, com grupos armados e paramilitares; ele tem um flerte com gente fora da lei; apresenta tendência a cooptar evangélicos e pentecostais, dentre outras razões. Tudo isso é uma areia movediça na qual o mandatário do país está bem próximo, o que não é novidade. Mas, seria bom que as instituições brasileiras que velam pela democracia ficassem atentas. Temos apenas dois anos para nos preparar. Infelizmente, temos péssimo exemplo: dois anos antes das eleições presidenciais brasileiras, um deputado de baixo clero na hora de votar a favor do impeachment da ex-presidenta Dilma, fez uma ode a um torturador. E mesmo assim, ele se tornou presidente sem que nenhuma instituição o repreendesse. O poder grotesco não surgiu por acaso: ele foi forjado por gente, como ele, que admira o burlesco, o kitsch. Oxalá que as instituições democráticas brasileiras, desta vez, não durmam no ponto. A democracia tupiniquim não pode esmorecer, mais uma vez, quando 2022 chegar.

*Janeiro / 2021*

## Referências

- BIRCHAL, T. “Montaigne, suas couves e a peste: uma filosofia da vulnerabilidade”, em 15/06/2020. <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/montaigne-suas-couves-e-a-peste-uma-filosofia-da-vulnerabilidade>
- BIRCHAL, T. *O eu nos ensaios de Montaigne*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007.
- BRUM, Eliane. *El Pais*. 16/07/2018: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/16/politica/1531751001\\_113905.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/16/politica/1531751001_113905.html)
- CHAUI, M. *Em defesa da educação pública, gratuita e democrática*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.
- LA BOÉTIE. *Discurso da servidão voluntária*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- MATUOKA, I. *Por que o Escola Sem Partido vai contra o papel da escola*. Publicado em 24/05/2018. <https://educacaointegral.org.br/reportagens/por-que-o-escola-sem-partido-vai-contra-o-papel-da-escola>.
- MONTAIGNE, M. *Ensaaios*. Trad. E notas de Sérgio Milliet. São Paulo: Editora 34, 2016.
- NASCIMENTO, M. *Voltaire: a razão militante*. São Paulo: Moderna, 1993.
- PESSANHA, J. A. As delícias do jardim. In: NOVAES, A. *Ética*. São Paulo: Cia das Letras, 1992, p. 57-86.
- SALMON, C. *Analyse Opinion Critique*. 8/01/2021. <https://aoc.media/analyse/2021/01/07/occupation-du-capitole-la-face-obscur-de-lamerique-revelee/>

## Seção II

“BALBÚRDIA”: NOTAS SOBRE ÉTICA, POLÍTICA E  
PSICOLOGIA SOCIAL

Antônio José Pereira Filho



## 1.

### ARTE, ÉTICA E POLÍTICA

Não faz muito tempo que uma série de manifestações de grupos políticos de extrema direita fecharam a famosa exposição artística *Queermuseu* na cidade de Porto Alegre. Para esses grupos, a exposição exibia obras que supostamente promoviam a pedofilia, a zoofilia e o desrespeito a símbolos religiosos. Na ocasião, houve reação imediata dos artistas e curadores. Os artistas alegaram que, ao menos desde os movimentos de vanguarda do início do século XX, a arte passou a ter um papel transgressor, no sentido de abrir caminhos que nos fazem meditar sobre nossos valores, nossa identidade e nosso lugar no mundo. Diante disso, cabe perguntar: que relação há entre arte, ética e política?

Se olharmos para o teto da Capela Sistina no Vaticano, veremos uma procissão de nus na obra genial pintada por Michelangelo, e isso parece não ser motivo de escândalo. O curioso é que ainda em vida, Michelangelo viu sua obra ser desfigurada quando a Igreja ordenou que outros pintores cobrissem algumas partes consideradas indecentes. Inclusive, durante a execução da pintura, o mestre de cerimônias do vaticano, padre Biaggio Martinelli, que tinha fama de devasso, argumentou que tantos nus não condiziam com um lugar tão honorável. Na visão de Biaggio, tais figuras caberiam melhor nas paredes de uma taberna, mas nunca na capela do santo padre. A reação de Michelangelo veio com humor. O artista pintou Minos, o juiz dos infernos, com a cara de Biaggio, acrescentando-lhe orelhas de burro, para estampar sua estupidez e hipocrisia<sup>1</sup>.

Seja qual for o ponto de vista que adotemos acerca dos limites éticos da arte, penso, por exemplo, na postura de artistas performá-

---

<sup>1</sup> Sobre esse curioso relato ver: Land, N.E. *A concise history of the tale of Michelangelo and Biaggio da Cesena*. In: Notes in the History of art 32,4, 2013.

ticos que podem causar sofrimento a animais ou a seres humanos em processos interativos, uma coisa me parece certa: a questão deve ser debatida com cuidado; afinal, sob pretexto de se defender ou impor este ou aquele valor absoluto, corre-se o risco de se propor o fim da liberdade de criação e de expressão, como fez Hitler com artistas que o regime nazista considerava “degenerados”.

Cabe lembrar que, no Brasil, a liberdade artística está assegurada na Constituição Federal que, em seu artigo 5º, parágrafo IX, afirma “ser livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença”. Mas, além de levarmos em conta o que diz a lei, é preciso não confundir a expressão artística com a linguagem que empregamos em nosso cotidiano, incluindo o repertório de signos que compõem o imaginário social, pois uma das características da arte é ressignificar ou repor o simbólico em outra dimensão. Por exemplo, o poeta Carlos Drummond de Andrade, em seu poema “Elegia 1938” diz o seguinte:

*Aceitas a chuva, a guerra, o desemprego e a injusta distribuição  
porque não podes, sozinho, dinamitar a ilha de Manhattan*

É difícil conceber que Drummond faça apologia do terrorismo nesses versos. Afinal, seria o poeta o tutor profético de Osama Bin Laden? Talvez o poeta apenas esteja indicando a impotência e a fragilidade do sujeito diante de um sistema econômico apoiado no individualismo, sistema este que ele considera injusto e opressor. “Dinamitar a ilha de Manhattan”, neste caso, evidentemente, é força de expressão.

Este simples exemplo mostra que a expressão artística é capaz de provocar choques em nossa percepção ordinária. É assim que, ao menos desde o movimento modernista, da arte de vanguarda, bem como da assim chamada “arte contemporânea”, artistas de diferentes linhagens despertam nossa capacidade de refletir. É bem verdade que isso pode causar muitas vezes incomodo ou desconforto em algumas pessoas. Mas esse incômodo é proposital e, na maioria das vezes, nada tem a ver com apologia a crimes, como a pedofilia ou ofensas

a símbolos religiosos. Sobre esse ponto, aliás, quando há invasão do espaço sagrado (seja um terreiro de Candomblé ou um templo evangélico), onde “o divino se manifesta”, o código penal brasileiro é bem claro e prevê pena de um ano de reclusão aos que escarnecerem, vilipendiarem, impedirem ou perturbarem pessoas e práticas *de qualquer religião*.

No que diz respeito à relação entre arte e sociedade, eu gostaria de lembrar, por fim, que o papel do artista, em face de uma visão extremista, talvez seja justamente o de entrar pelos olhos, pele e ouvidos, até parir ideias e gerar ações, arejando corpos e mentes numa sociedade dinâmica, embora conservadora. Para tanto, é preciso ocupar os espaços públicos, reinventar o descartável, produzir, descobrir e pesquisar novas formas de expressão, como fazem os coletivos de arte nos centros urbanos e na periferia. Nesse sentido, o trabalho do artista é visceralmente ético e político.

Maio / 2018

## 2.

### MÍDIA E POLÍTICA

Muito se tem falado atualmente em *fake news* e como a disseminação destas notícias falsas podem ser decisivas numa disputa eleitoral, o que constitui uma grave ameaça à democracia. Essa prática, ao contrário do que se pensa, não é uma invenção desses nossos tempos de mídia digital. Já no final do século XIX, o francês Gustave Le Bon, em sua obra *Psicologia das Multidões* (1895), afirmava que quando vemos repetida num jornal a afirmação de que A é um patife e B um homem honesto, acabamos por ficar convencidos de que isso é verdade. Sempre que uma afirmação é repetida com unanimidade, como acontece com certos grupos de mídia que podem ser donos de todos os meios de comunicação, forma-se uma “corrente de opinião”, como diz Le

Bon. Trata-se do efeito mimético “maria vai com as outras”, diríamos hoje, o que mostra a eficácia de uma poderosa arma de manipulação. Essa tática que falseia a informação e a transforma em propaganda foi amplamente usada por Mussolini e Hitler, que, além da imprensa escrita, utilizaram as tecnologias disponíveis na época, como o rádio e o cinema, para disseminar o ódio contra seus inimigos, pouco se importando com a assim chamada *objetividade dos fatos*, ou seja, com seu teor de verdade. Na sua famosa obra *Minha luta*, o líder nazista indica que não se deve buscar a verdade objetivamente, na medida em que ela pode ser favorável igualmente aos adversários, expondo-a de modo imparcial ao alcance de todos. Ao contrário, deve-se servir sempre e exclusivamente de sua própria verdade, reforçando o processo de identificação de um grupo político através de laços afetivos. Segundo esse preceito, a política é um palco de guerra e para se obter vitória nesse campo deve-se jogar sujo, mentir deliberadamente, acusar o adversário e evitar qualquer tipo de debate mais aprofundado, alimentando uma seita de fanáticos que amam seu líder acima de tudo, enquanto odeiam seus inimigos. Nas palavras do próprio Hitler:

A fé é mais difícil de abalar do que o saber, o amor é menos sujeito a transformação do que a inteligência, o ódio é mais durável que a simples antipatia, e a força motriz das grandes evoluções, em todos os tempos, não foi o conhecimento científico das grandes massas, mas sim um fanatismo entusiasmado e, às vezes, uma onda histórica que as impulsionava. Quem quiser conquistar as massas deve conhecer a chave que abre as portas do seu coração. Essa chave não se chama objetividade, isto é, debilidade, mas sim vontade e força. A conquista da alma do povo só é realizável quando, ao mesmo tempo em que se luta pelos próprios fins, se aniquila o adversário dos mesmos (HITLER, A. *Minha luta*, Brasília: Ed Carmo, 2016, p.262).

Quando hoje, portanto, alguns falam que vivemos na “era da pós-verdade”, podemos dizer que estamos repetindo a postura de Hitler e os riscos dessa atitude pode ser fatal para nossa frágil democracia. Todavia, é preciso dizer que não basta tocar o alerta de incêndio, esta-

belecendo semelhanças entre nossa época e a era do nazifascismo. A questão mais urgente aqui é esta: como coibir tais práticas?

Não custa lembrar que o artigo 54 da Constituição brasileira proíbe políticos de “firmar ou manter contrato”, “aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado” em empresa concessionária de serviço público, como é o caso de rádio difusoras. A punição é a perda de mandato. Na prática, porém, muitos driblam essa lei, com o uso de familiares e laranjas na direção das rádios e tvs, o que pode gerar monopólio da informação. No caso específico das *fake news*, o Brasil segue uma tendência preocupante, já identificada em diversos países, e estudos recentes apontam para a existência de um verdadeiro exército virtual de perfis *fakes* e robôs que buscam influenciar os usuários nas redes com intuito de assassinar reputações<sup>2</sup>. Um caso emblemático é o da vereadora Marielle Franco que, mesmo depois de morta, foi vítima de difamação, sendo acusada por grupos políticos de extrema-direita de pertencer a uma facção criminosa. Inquéritos foram abertos, alguns perfis foram denunciados e sumiram do ar, mas até hoje a pergunta ecoa: quem matou Marielle Franco e Anderson Gomes? A falta de punição aos culpados é assustadora. A falta de punição aos divulgadores de mentiras, bem como dos defensores dos prováveis assassinos, nos enche de pavor.

No que diz respeito às eleições deste ano (2018), é verdade que recentemente o Superior Tribunal Eleitoral tem demonstrado preocupação e declarou que, caso haja vitória de um candidato em função de *fake news* a eleição poderá, inclusive, ser anulada com base no artigo 323, que considera crime eleitoral o ato de “divulgar, na propaganda, fatos que sabe inverídicos, em relação a partidos ou candidatos e capazes de exercerem influência perante o eleitorado”. A pena é de um ano de reclusão e multa. Segundo o ministro Luiz Fux, as agências de checagem de fatos e a imprensa tradicional, tida por ele como fonte

---

2 A esse respeito ver a entrevista sobre o trabalho de investigação conduzido pelo cientista da computação Fabrício Benevenuto (UFMG): <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/575772-a-democracia-em-xeque-mate-frente-as-fake-news-entrevista-especial-com-fabricio-benevenuto>.

primária de informação, são peças importantes para filtrar as informações antes de divulgá-las e, assim, impedir que uma candidatura derreta da noite para o dia. Contudo, o problema parece ser mais grave do que supõe o ministro, pois, se a imprensa tradicional for considerada como portadora da verdade, a questão que fica é saber quem checa a grande imprensa e suas preferências ideológicas. É muito fácil punir um blog de pequeno porte que luta quixotesicamente contra a grande imprensa quando denunciam seus mecanismos sutis de manipulação, mas quem coibirá os abusos da grande mídia? Quem irá garantir isenção e neutralidade nas agências de checagem de *fake news*? Daí muitos jornalistas independentes considerarem que, na prática, haverá censura e perseguição, o que pode nos levar para o pior dos mundos, onde a verdade vale tanto quanto as narrativas mais delirantes. É importante, portanto, ficar de olhos e ouvidos bem atentos.

*Julho / 2018*

### 3.

## O CHÃO POSSÍVEL – SOBRE A DESTRUIÇÃO DO MUSEU NACIONAL

Minha intenção hoje era dar continuidade a um tema que já tratei anteriormente; de modo mais direto, eu pretendia abordar a necessidade urgente de “regulação da mídia” e “democratização dos meios de comunicação”. Havia pensado em falar também sobre a política entendida como prática feita na transparência da esfera pública, hoje cada vez mais ameaçada pelo monopólio midiático, a qual caberia contrapor uma outra maneira de fazer política, uma forma de fazer política que fosse mais aberta, ampliada, e que valorizasse práticas democráticas diretas, com ampla participação popular, independente do sistema político de representação atual, certamente necessário, mas cheio de perigos, atravessado por uma crise já vivenciada em outros momentos

da história. Não por acaso, foi através das brechas nesse sistema de representação que Mussolini e Hitler chegaram ao poder e, de forma golpista, destruíram o estado de direito. Daí a necessidade de garantir formas de coibir extremismos e práticas autoritárias. Mas tudo isso eu pensei antes da tragédia que foi a perda do Museu Nacional no Rio de Janeiro, na noite do último domingo. Confesso que ainda estou abalado, assim como todos os brasileiros que valorizam a arte, a educação, a cultura, a história e a ciência, que são pilares de uma verdadeira nação. Diante desse abalo, só consigo me expressar hoje através da poesia, pois acredito que a poesia é o meio de falar mais diretamente a quem nos ouve agora e não compactua com ideologias fascistas, defendidas por aqueles que, em suas falas ameaçadoras, numa celebração entusiasmada e bestial da era da pós-verdade, louvam o boato, assassina reputações, gozam com a dor alheia, negam os afetos do amor e da alegria e renunciam à liberdade, à criatividade, à esperança, à alteridade... Penso que, nesses tempos difíceis, é preciso reconquistar o imaginário social. Nesse sentido, peço que tomem esses versos com um desabafo, um grito, uma espécie de pássaro que sobrevoa as ruínas do que sobrou de nossa memória.

#### O CHÃO POSSÍVEL

Lágrimas não apagam incêndios.  
Não basta deixar pistas aos arqueólogos  
que virão (do futuro) pesquisar nosso fracasso  
enquanto espécie.

Nunca valeu a pena viver à sombra do medo.  
Viver-navegar só vale a pena  
quando navegar-viver é preciso.

É preciso andar de mãos dadas  
pela causa perdida que sonhamos  
pelo sonho partilhado que perdemos

pelo canto do cisne nos escombros  
pelo que sobrou das asas de um anjo.

É preciso andar de mãos dadas,  
mesmo que, de agora em diante,  
só caiba no poema esse mínimo,  
esse apelo, essa dor, esse grito  
de gente, de planta, de bicho.

É preciso andar juntos,  
de mãos dadas,  
É preciso andar juntos,  
de mãos livres!

É preciso ouvir a voz dos que clamam no deserto  
deste tempo maltrapilho  
É preciso compor mais uma vez a narrativa heroica dos vencidos  
É preciso atravessar este mar de destroços e algoritmos  
É preciso insistir no sonho da outra margem,  
na terra à vista,  
para que a pomba encontre a terra firme,  
e a esperança, enfim,  
o chão possível.

*Setembro / 2018*

#### 4.

### QUAL O MELHOR MODO DE VIDA?

Hoje gostaria de lançar uma pergunta e tentar respondê-la brevemente.  
A pergunta é a seguinte: dada a forma atual da nossa sociedade, qual  
seria o melhor modo de vida: a vida urbana ou a vida isolada, no



campo, longe das maquinações, do luxo e das máscaras? Posta nestes termos, a questão soa um tanto abstrata ou forçada, pois parece haver vantagens em um e em outro modo de vida. Alguns dirão que o melhor é ir de vez para o mato, afastar-se da cidade que nos corrompe a alma; o melhor é viver próximo da natureza, do rio, ou do que resta do rio e aguardar resignado o fim do mundo, sendo feliz consigo mesmo, cercado de passarinhos ou, quem sabe, gnomos e duendes. Esse tipo de vida, dizem, seria uma forma de autocuidado e resistência. Para outros, ao contrário, o prazer do luxo é o que vale a pena; pois, embora haja sofrimento psíquico, crises depressivas, ansiedade, violência e pânico, tudo isso pode ser facilmente resolvido com um coquetel de remédios de tarja preta, uma cerca elétrica no alto do muro, uma arma no armário e um cão pitbull que guarda a casa de quem pode pagar as contas, evidentemente. Assim, fica tudo resolvido: é uma simples questão de bolso e que se lixe a Amazônia, o resto das pessoas, o resto do planeta. Para quem pensa dessa forma, é como se vivêssemos em um vale de lágrimas cibernéticas de mimimi esquerdista, só nos restando, enfim, aplaudir a catástrofe e gozar nosso pessimismo confortável depois do jantar, resignados e protegidos no “Grande Hotel Abismo”, abrigo de intelectuais sem esperança, como disse um dia o filósofo húngaro Georg Lukács ao se referir aos pensadores irracionalistas e pessimistas do seu tempo. Mas há também quem veja a sociedade contemporânea como “o império da loucura” e, mesmo assim, preferem o gozo fácil, que vem acompanhado de sofrimento na cidade do ódio e do tédio, do que lutar por uma vida digna em comum, vista como um sonho impossível; já outros simplesmente tentam sobreviver ao naufrágio dos nossos dias e, com a casca dura da pobreza, roem o osso até o final para enganar a fome. Para quem vive nessa condição, tendo que pegar no pesado todo santo dia, a simplicidade da vida rústica, a virtude pastoril ou a brisa na praia é coisa de cinema, romance epistolar ou novela de época.

No início da modernidade, quando a máquina mercante expandia seus tentáculos colonizadores, essa mesma questão atormentava poetas e filósofos. De um lado, se defendia a vida mundana, de outro,

a solidão meditativa, vista como um caminho para a conquista da felicidade. Nessa perspectiva, a felicidade consiste em fugir da inconstância, recusando as coisas do mundo, optando por uma vida simples que encontra seu ponto fixo em Deus ou na Natureza.

São muitos os autores que descrevem o sábio segundo esse modelo de autossuficiência. O pensador Baltasar Gracián, por exemplo, no século XVII, reconhece em um de seus aforismos o possível nexos entre felicidade e solidão.

Que cada um seja esse amigo para si mesmo, e será capaz de viver para si só. De quem poderia sentir falta, se nenhum gosto ou intelecto é superior ao seu? Dependerá apenas de si próprio; e a maior felicidade é assemelhar-se ao Ente Supremo. Quem for capaz de viver por si só não terá nada de bruto, mas muito de sábio, e tudo de Deus (GRACIÁN, B. *A Arte da prudência*, Aforismo137).

Mas afinal, quem de nós, meros mortais de carne e osso, poderia assemelhar-se ao Ser Supremo, segundo as regras desse ascetismo radical que renuncia aos manjares do mundo? É o próprio Gracián que nos mostra o outro lado da moeda, e afirma que essa relação ideal entre vida beata e solidão meditativa é no fundo uma utopia. Diz ainda Gracián:

Antes ser louco acompanhado de muitos do que sensato sozinho. Dizem os políticos. Se todos são loucos, não haverá prejuízo. E se você for o único sensato, sozinho, irão tomá-lo por louco. O importante é seguir a corrente. Às vezes, a maior sabedoria é não saber ou fingir não saber. Temos de viver com os outros, e a maioria é ignorante. Para viver só, é preciso ter muito de Deus ou tudo de besta. Mas eu moderaria esse aforismo, dizendo: antes sensato com a maioria do que louco sozinho. Alguns querem ser notáveis através de quimeras (*Id., ibid.*, Aforismo 133).

É preciso, portanto, admitir que, apesar de tudo, o mais sensato é viver com os outros do que ser um louco solitário, fugindo do mundo e suas intrigas. Isso não significa, porém, que se deva aderir à corrupção,

à ganância, à busca desenfreada por poder, fama e dinheiro que movem o mundo. Isto não significa que o rio deva ser tingido de sangue pela máquina capitalista, nem que a esperança de uma sociedade mais justa deva ser enterrada na lama.

*Fevereiro / 2019*

## 5.

### OS LIMITES ÉTICOS DA PESQUISA CIENTÍFICA

Nos últimos tempos, temos presenciado um estupendo desenvolvimento da tecnociência. Os progressos científicos mais recentes, sobretudo no campo da engenharia genética, resultaram em conquistas extremamente relevantes. É fato que já há alguns anos os cientistas passaram a interferir diretamente na ordem natural, intervindo no programa genético de diferentes seres vivos, seja para corrigir certos defeitos, curar doenças ou produzir seres híbridos. O ganhador do Nobel por seus estudos de fisiologia, François Jacob, afirmou certa vez “não haver nada que impedisse aplicar aos seres humanos os procedimentos de seleção utilizados para cavalos de corrida, os ratos de laboratório ou as vacas leiteiras (...). Este não é mais um assunto da biologia”, dizia o eminente pesquisador na década de 70 do século passado<sup>3</sup>. Esse prognóstico se confirmou, mas trouxe consigo a necessidade de impor limites éticos para a pesquisa científica com seres humanos.

Em resposta à tese de François Jacob, pode-se dizer que justamente onde parece terminar a tarefa do cientista, supostamente neutro, é que tem início e adquire a mais alta importância a tarefa do filósofo. Ao se debruçar sobre o avanço das novas tecnologias e suas consequências, a reflexão filosófica pretende lançar luzes e fomentar um debate legítimo num terreno ainda obscuro. Afinal, seria o cientista uma figura

---

<sup>3</sup> JACOB, F. *Lógica da vida*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

que está além do bem e do mal, pautado exclusivamente pela pesquisa objetiva? Nesse caso, podemos objetar: as armas químicas não são um assunto da química? As armas atômicas de destruição em massa não são assunto da física? A eugenia não é um assunto da biologia?...e assim por diante. Não devemos esquecer que a ciência é um conhecimento produzido socialmente e, nesse sentido, qualquer cientista tem sua parcela de responsabilidade, e sua tarefa, longe de ser neutra, serve a um sistema e suas demandas quer ele queira, quer não.

Nas últimas semanas, por exemplo, foi divulgado pela BBC um experimento chocante envolvendo seres humanos<sup>4</sup>. O cientista chinês He Jiankui afirma ter sido bem-sucedido ao produzir duas meninas gêmeas que tiveram seus DNAs alterados enquanto ainda eram embriões, para evitar que contraíssem o vírus HIV. A reação da comunidade científica foi imediata e muitos consideram a pesquisa, que aparentemente pretende trazer algo de bom, uma aberração ética, o que levou o governo da China a investigar o caso. Em sua defesa, o cientista alegou que queria evitar o sofrimento das crianças. Mas o que teria feito He Jiankui? Ele deletou ou editou informações genéticas nos embriões, e foi além, pois não descartou esses embriões *in vitro*, mas produziu bebês, que irão crescer entre outras crianças consideradas “normais”. A maioria dos países rejeita essa prática. No Brasil, por exemplo, a Lei de Biossegurança, de 2005, veta toda forma de experimento envolvendo edição genética de embriões humanos, independentemente de serem descartados ou não. Mas alguém dirá: qual é de fato os riscos desse tipo de pesquisa para a sociedade?

Especialistas alertam que a edição genética é uma técnica experimental que pode provocar mutações “colaterais” capazes de gerar problemas genéticos ao longo da vida. Não imagino que as crianças se tornem X-Mens, mas podem simplesmente ficar vulneráveis ou desenvolverem outras doenças ainda mais graves, pois nada disso é garantido pelo experimento. Em segundo lugar, a pesquisa desperta

---

4 A esse respeito ver a reportagem: O dilema ético envolvendo a criação de bebês geneticamente editados. In: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46394589>

antigos temores, pois, paralelamente à esperança de cura de doenças hereditárias que beneficiariam milhões de seres humanos, o mau uso da genética com finalidades comerciais pode perfeitamente avançar no sentido da eugenia. O melhoramento da raça não foi em outros tempos o sonho de Hitler e o pesadelo de milhões de humanos considerados inferiores? Além disso, na era da informação, o material genético humano torna-se mais do que informação genética ele é moeda de troca e o risco é que esse material possa ser vendido no mercado, escapando completamente do controle. Por fim, isso também faz lembrar o filme *Gattaca*, de Andrew Niccol, que trata de um universo em que há dois tipos de humanos: os que ainda nascem de um processo de reprodução natural e os que são filhos da segunda natureza, ou seja, foram gestados segundo os procedimentos da engenharia genética. Neste caso, se o quadro desenhado a partir de pesquisas como a de He Jiankui se confirmar, parece que o ser humano, tal como o conhecemos hoje, estaria em vias de extinção. O debate acerca do futuro do humano está, portanto, escancarado e intervir nessa discussão é urgente, seja de um ponto de vista ético ou político.

*Dezembro / 2018*

## 6.

### OS LIMITES DO HUMOR

Deve haver limites para o humor e para a liberdade de expressão? Esta pergunta veio à baila recentemente com a condenação do famoso humorista brasileiro, Danilo Gentile, que, segundo a justiça, teria ofendido a deputada Maria do Rosário, em vídeo que viralizou na internet. Não vou aproveitar este espaço para me deter nesse caso específico, mas apenas tecer algumas considerações gerais para contribuir com o debate.

Começemos por admitir que o riso é algo necessário para arejar a mente e renovar os laços sociais, como mostra a função cômica da

sinergia do carnaval, festa popular que tem suas origens na antiguidade e na Idade Média, quando a própria Igreja se auto ridicularizava, como mostrou o teórico da literatura Michail Bakhtin<sup>5</sup>. O filósofo francês Henri Bergson dizia que o riso é uma espécie de trote social, um modo de correção frente à rigidez e ameaça de mecanização da vida<sup>6</sup>. Para Bergson, quando vemos alguém cheio de pompa caminhar mecanicamente e escorregar numa casca de banana, rimos porque a rigidez foi quebrada, e os grandes mímicos sabem explorar essas situações ridículas e transformá-los em gestos para nosso deleite. É por isso que uma sociedade rígida, autoritária, não combina com o humor. Numa democracia, nós rimos frequentemente quando alguém cheio de si, ocupa um posto elevado, como é o caso de um juiz-bufão que tropeça nas palavras e na gramática ou “faz merda”, como diz o povo. Mas parece inconcebível, porque indigno, que alguém possa achar graça diante da notícia de um carro alvejado com oitenta tiros e de uma família destrozada pelo assassinato de um pai, como ocorreu recentemente no Rio de Janeiro. Ou então quando um humorista ofende uma mulher, devido a sua condição, ou pratica abertamente o racismo ou o preconceito com pessoas negras, pobres, índios, gays, obesos, deficientes, nordestinos etc. O espantoso é que não são poucos os que acham isso engraçado. Nestes nossos tempos de maldade líquida, como diria Zygmunt Bauman, isso tem se tornado cada vez mais banal. Cabe aos sociólogos e psicólogos sociais entender como chegamos a essa situação e compete às instituições apontar caminhos para sairmos dela, sem ferir os preceitos da liberdade de criação e expressão artística, ou seja, sem configurar censura. Neste caso, podemos perguntar: deve haver limites para o humor?

Vejamos. Quando o humor tem finalidade artística, mesmo temas tabus ou delicados, como é o caso da representação dos horrores do nazismo, podem produzir um efeito interessante, que não ultrapassa os limites da ética. Temos vários exemplos em que isso ocorre, por

---

5 Bakhtin, M. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec, 1999

6 Bergson, H. *O riso: ensaio sobre a significação da comicidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

exemplo, quando um humorista encarna um certo tipo social e dá forma a uma personagem grotesca para produzir um efeito cômico. Basta lembrar o filme *Vida é Bela*, de Roberto Benigni, que mostra Guido, um judeu italiano, usando o humor e a criatividade para proteger seu filho dos traumas de estar em um campo de concentração cercado por ridículos soldados alemães. Esse tipo de humor também se nota em peças de teatro, como *Arturo Ui*, de Bertold Brecht, que usa o cômico de forma distanciada, temperando-o com a reflexão inteligente, seja para falar do cotidiano numa situação extrema, seja para ironizar líderes fascistas e rebaixá-los à categoria de *gangsters*. No Brasil, o famoso humor machadiano satirizava a elite da época que, no plano das ideias defendia a bandeira da liberdade, mas insistia em manter o relho na mão e os negros no cabresto. O resultado é uma obra literária genial, que não adere à perspectiva dos donos do poder, mas, ao contrário, expõe as vísceras de uma sociedade desigual, injusta e violenta. O cineasta Quentin Tarantino também ficou famoso por misturar humor e violência em seus filmes de forma exagerada, às vezes até chocante. Mas isso é muito diferente do ato de praticar a violência servindo-se da máscara do humor, como fazem muitos humoristas de nível rasteiro, que não saíram da fase do *bulling* escolar que, muito provavelmente, praticavam na infância e na adolescência.

Penso que causar o riso como forma de correção social, como pensa Bergson, ou de denúncia, como propõe Brecht, ou mesmo o velho besteiro de *stand-up*, desde que não dirigido para ofender uma pessoa particular, é muito diferente da postura de quem usa um canal de concessão pública para caluniar e difamar alguém com intuito de humilhar e gozar com sua dor para delírio de um rebanho patético. Fazer humor de forma artística, como um gesto crítico, livre e reflexivo, é algo necessário. Às vezes, rir de si mesmo ou debochar de sua própria condição é importante para romper com certa visão enrijecida de uma sociedade tacanha; porém, se servir o tempo todo da imagem de humorista profissional para tecer abertamente em redes sociais comentários ofensivos que atingem a honra de uma pessoa é ultrapassar, não apenas o limite do bom senso, mas da legalidade, seja na esfera civil ou criminal.

No caso de Gentile, tenho dúvidas se não seria mais útil exigir uma forma de retratação pública do que uma punição que lhe sirva de troféu, e dê ao humorista o papel de vítima, quando deveria ser o contrário. Há quem diga que não se pode impor limites à liberdade de expressão e muitos colegas do humorista saíram em sua defesa. Isso não é tão simples assim. Temos o direito de nos expressar livremente, segundo a própria Constituição, mas não temos o direito de praticar a violência verbal ou física. Liberdade de expressão nada tem a ver com insulto.

*Abril / 2019*

## 7.

### NARCISISMO

Hoje gostaria de abordar um problema que tem chamado a atenção de psicólogos, filósofos e sociólogos que buscam entender a sociedade contemporânea, e que podemos resumir com a seguinte pergunta: por que temos cada vez mais a sensação de que as pessoas já não escutam umas às outras? No Brasil, sobretudo depois das últimas eleições, por conta da polarização, famílias estão destroçadas e o ódio tem se cristalizado, o que impede o diálogo, o poder transformador do uso racional da palavra. Parece haver uma incapacidade generalizada das pessoas dialogarem. No caso da política, a fragmentação exagerada indica a dificuldade de se encontrar demandas comuns, mesmo quando se trata de um mesmo espectro político, como é o caso da esquerda. Diante das ameaças da direita e da extrema-direita, que atualmente governa o país, a esquerda vai definhando talvez devido à sua incapacidade de buscar unidade na multiplicidade, articulando demandas, seja no âmbito do parlamento, seja em meio às fraturas dos movimentos sociais que insistem na luta verticalizada das pautas identitárias, certamente importantes, mas ineficazes diante da ameaça de políticas fascistas. A



desarticulação entre os diversos lugares de fala, acaba gerando apatia, pânico, sensação de paralisia e desânimo, que, por um lado, se manifesta na forma de um pessimismo confortável, típico das redes sociais, o que faz muitos lamentarem queimadas na Amazônia, por exemplo, mas, por outro lado, essas mesmas pessoas ficam imóveis ou sem forças para reagir, enquanto a barbárie avança. Já se disse que vivemos num país doente, tomado pelo autoritarismo perverso que corrompe o espírito democrático e as instituições da república. Mas, para além das disputas políticas, é assustador constatar que toda essa insanidade tem afetado igualmente as relações entre as pessoas, enfraquecendo os laços afetivos saudáveis, como é caso dos relacionamentos amorosos na sociedade atual, relacionamentos marcados pela incapacidade de ouvir o outro como outro gostaria de ser ouvido, não como uma projeção do nosso próprio eu, o que podemos definir como “narcisismo”, assunto muito explorado pela psicanálise, mas que é tema recorrente na mitologia grega e latina.

O poeta latino Ovídio, em seu livro *As Metamorfoses*, ilustra bem esse fenômeno sobre incapacidade de escuta ao retratar a relação de amor frustrado entre Narciso e a ninfa Eco, que indica uma relação paralisada, sem movimento, que se consuma numa relação patológica consigo mesmo. No seu poema, Ovídio nos mostra Narciso como filho da ninfa Liríope, cujo nome está na raiz da palavra delírio; já o nome “Narciso” liga-se ao termo *narcke*, donde a palavra “narcótico”, que também causa o delírio. O nome da ninfa “Eco” indica um som que se repete sob uma superfície dura, como as pedras de um penhasco<sup>7</sup>. No poema, como Narciso não corresponde aos apelos da ninfa, condenada pelos deuses a repetir sempre a mesma palavra que lhe dirigem, ela, apaixonada perdidamente por Narciso, não dialoga, mas apenas repete o que diz o amado. O encontro entre ambos se converte em frustração; o círculo do amor não se completa, culminando na transformação da ninfa numa rocha e na morte de Narciso que, em sua inércia, consome

---

7 Sigo aqui as preciosas indicações filológicas de Junito de Souza Brandão em seu livro *Mitologia I*. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 2001.

a si mesmo ao ver sua imagem projetada num lago. Vale a pena ler um trecho da bela narrativa de Ovídio:

Narciso deitou-se e tentando matar a sede, outra mais forte achou. Enquanto bebia, viu-se na água e ficou embevecido com a própria imagem. Julga corpo, o que é sombra, e a sombra adora. Extasiado diante de si mesmo, sem mover-se do lugar, o rosto fixo, Narciso parece uma estátua de mármore de Páros. Admira tudo quanto admiram nele. Em sua ingenuidade deseja a si mesmo. A si próprio exalta e louva. Inspira ele mesmo os ardores que sente. É uma chama que a si própria alimenta. (Trad. de Brandão, J. In: *Mitologia I.*)

O que esse poema nos mostra é um duplo imobilismo atravessado pela incapacidade de escuta. Se o desejo é o desejo do outro enquanto outro, se o desejo é um movimento que se realiza perfeitamente quando se ama e se é amado por outro, quando se deseja e se é desejado por outro, Narciso e Eco não nos mostram nada disso. No fundo, Narciso é incapaz de ver a si mesmo; vazio, ele só é capaz de ver sua imagem, sua casca, sua sombra, projetada no espelho da água parada ou, dito de outro modo, na projeção do seu próprio olhar no olhar do outro que, para Narciso, no entanto, também é espelho, ou seja, nada. A rigor, Narciso é incapaz de reflexão, de transformação, de movimento, pois a palavra “re/flexão”, composta pelo sufixo latino *rhe* (de novo) e *flectere* (o ato de dobrar), mostra que Narciso não se desdobra, porque é incapaz de ver *o fundo de si mesmo*, que ele recalca ou oculta; por isso, Narciso permanece imóvel diante da imagem que projeta de si mesmo. Como diz o poema, ele se alimenta de ilusão. Já a ninfa Eco se vê ao final transformada em rocha, pois também seu desejo, seu amor insano por Narciso, cuja interioridade lhe é oculta, a leva à frustração, que também é um efeito do seu imobilismo. De um lado, imaturo, Narciso é incapaz de sair de si, vivendo de sua chama, num desejo doentio por sua autoimagem, do outro lado, Eco reforça e repete esse desejo infantil, sendo igualmente incapaz de reflexão, de voltar a si. Podemos dizer, em suma, que ambos deliram e não *dia-logam*, não são

atravessados pela via comum do reconhecimento de si no outro, ou seja, pela maturidade da vida adulta.

Hoje parece que todo esse narcisismo delirante que contamina as relações entre as pessoas tem levado cada vez mais ao isolamento, a um modo de vida em que os afetos da alegria e do prazer saudável vão sendo substituídos pelo ódio ou pela perversão, fruto de um ressentimento que se converte no gozo da ofensa, no desejo em machucar, em demonizar, em cancelar quem pensa de modo diferente ou vive segundo outros costumes. Esse assunto foi amplamente discutido por Freud, por exemplo, em sua obra *A psicologia das massas e análise do eu* (1921), que analisa duas instituições atravessadas pelo narcisismo de seus membros, a saber: a Igreja e as Forças Armadas, que se apoiam em processos de identificação libidinal segundo a lógica de inclusão e exclusão, ou seja, amor ao líder e aos membros do rebanho e ódio aos de fora<sup>8</sup>.

Haveria, no entanto, formas menos patológicas de processos identitários? Acredito que sim. Penso, por exemplo, na necessidade de se mover os afetos em outra direção, seja na vida pessoal, seja na vida social e, sinceramente, acredito que a arte, a educação e a cultura compartilhada em jogos e festas têm muito a contribuir para despertar nossa capacidade de escuta e de transparência, nossa capacidade de viver junto, de amar junto, de sofrer junto, apesar das diferenças. Caso contrário, estaremos sempre na deriva do fascismo.

Junho / 2019

---

8 FREUD, S. *Psicologia das massas e análise do eu*. Ed. L & PM. Porto Alegre: 2019. A esse respeito ver também: ADORNO, T.: A teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista. In: *Ensaio sobre psicologia social e psicanálise*. Editora Unesp. São Paulo: 2015.

## 8.

### FASCISMO

A palavra “fascismo” vem carregada de sentido histórico e é empregada em geral para se referir ao movimento político italiano, fundado por Benito Mussolini, e que se caracterizava, entre outras coisas, por ser um movimento intolerante que mobilizava as massas em torno da figura de um líder nacionalista. Há cerca de cem anos, em 1919, ocorreram os primeiros ataques das chamadas brigadas fascistas que, com o passar do tempo, se tornariam milícias paramilitares que queriam destruir políticos de esquerda, homossexuais, artistas, intelectuais e órgãos de imprensa livre. Estes fascistas ficariam conhecidos como os “camisas negras” e, ao chegarem ao poder, prenderam ou mataram seus inimigos políticos, fundando um estado imperialista e totalitário e, para tanto, foram apoiados por grandes empresários, pela pequena burguesia, pela classe média, por parcela da classe trabalhadora e por instituições tradicionais, como é o caso da Igreja e das forças armadas. Foi esse regime que inspirou Hitler em sua política extremista baseada nos valores da tradição, em nome da família, da religião e da pátria, e que foi responsável pela perseguição desumana a judeus, ciganos, artistas e intelectuais que tiveram suas vidas ceifadas em campos de concentração. O que conhecemos hoje como nazifascismo foi marcado, portanto, por uma ideologia que tinha sede de sangue, que corrompeu todo sistema político e cometeu crimes, que hoje conhecemos como crimes contra a humanidade.

Depois dos horrores do nazifascismo, acreditava-se que essa experiência histórica jamais se repetiria. Há inclusive historiadores importantes, como é o caso do italiano Emilio Gentile, autor de diversos livros sobre o tema, que acreditam não ser mais possível um retorno dos regimes políticos fascistas, como os liderados por Hitler e Mussolini. Porém, talvez o fenômeno da nova onda “fascista” (e não necessariamente do assim chamado “fascismo histórico”) seja algo mais complexo, como mostrou recentemente Jason Stanley, professor de filosofia da

universidade de Yale, em seu livro intitulado *Como funciona o fascismo* (2018). Para Stanley, as estratégias de domínio e as políticas fascistas estão ocorrendo novamente em nossos dias, às vezes de forma silenciosa, travestida por um arremedo de democracia iliberal, às vezes de forma mais sanguinária. Hoje, quando dizemos, por exemplo, que um governo é fascista, um governante é fascista, queremos dizer com isso que se trata de um governo autoritário, violento e que deseja impor um único ponto de vista sobre a política e os costumes em geral. Nesse sentido, um governo fascista não deseja apenas a aniquilação política do outro, visto como inimigo que deve ser reduzido ao silêncio, mas, de forma mais extrema, um governo com características fascistas deseja inclusive eliminar fisicamente seus adversários, e os seguidores de líderes fascistas destilam o ódio, praticam a violência e a intolerância de forma aberta. Em nome da supremacia branca, por exemplo, negros e latinos são mortos e perseguidos nos EUA, crianças são afastadas dos pais, imigrantes são expulsos ou vistos como uma ameaça ao redor do mundo. Em nome da família patriarcal, centrada na figura masculina, mulheres são desprezadas ou vistas apenas como máquinas de sexo ou meras donas de casa. Em nome do passado mítico da nação, da pureza da raça e da religião, o monstro do preconceito vai sendo alimentado com xingamentos e ofensas cotidianas. É assim, por exemplo, que o nordestino é visto pejorativamente como “paraíba”, como se fosse gente de menor valor. Para um governante fascista típico, o pobre não deve pensar, deve ser tutelado como gado. Estudar em universidade pública, seria um luxo ou um desperdício que o neoliberalismo fascista não comporta. Para um governante fascista dos tempos atuais, pobre deve trabalhar até morrer, pois privilégios de classe devem ser mantidos no interior da nação, que está acima de todos.

O fascismo, no entanto, não diz respeito apenas a uma forma de governo, como aquela praticada por Hitler ou Mussolini, diz respeito também a um tipo de comportamento, que teóricos como Gilles Deleuze e Félix Guattari, denominam “microfascismo”, para diferenciar do “macrofascismo” das instituições, sendo que ambas as formas de fascismo seriam inerentes ao modo de produção capitalista e sua má-

quina colonizadora de desejos<sup>9</sup>. Nesse sentido, muitas vezes, o fascista pode estar do nosso lado, na nossa família, no nosso trabalho, no púlpito de uma igreja, pregando hipocritamente o “amor”, mas destilando mentiras, *fake news*, provocando uma raiva venenosa contra quem não faz parte do rebanho e que deve, segundo sua lógica perversa, ser excluído. Às vezes o fascista, pode estar escondido até dentro da gente, como uma força destrutiva que nos faz ser movidos pelo desejo de se impor ao outro, ao invés de abraçá-lo, o que fica cada vez mais difícil no ambiente de competição desenfreada que nos cerca.

Cabe a você, cara ou caro ouvinte, refletir até que ponto seu comportamento tem sido ou não um comportamento fascista ou microfascista. Para quem defende a verdade, para aqueles que buscam uma vida ética que respeite os diversos modos de vida, é preciso lutar contra essa perversão, e nunca é demais alertar amigos e familiares do perigo que o fascismo representa. Defender uma sociedade mais justa, que promova a existência plena e plural dos seres humanos é, portanto, uma tarefa urgente. Se o fascismo quer a morte da democracia e da liberdade, então é preciso se unir contra essa aberração que insiste em nos oprimir e retirar nossa dignidade.

Agosto / 2019

## 8.

### BALBÚRDIA

Hoje gostaria de lembrar que estudantes, profissionais da educação, trabalhadores em geral e diversos movimentos sociais se mobilizam e saem às ruas do país em defesa das universidades públicas, que têm sofrido ataques em todas as mídias, seja na TV, na internet ou em grupos

---

<sup>9</sup> Ver a esse respeito: Introdução a vida não fascista, de Michel Foucault. Preface in: Gilles Deleuze e Félix Guattari. *Anti-Oedipus: Capitalism and Schizophrenia*, New York, Viking Press, 1977, pp. XI-XIV.

de WhatsApp que propagam mentiras e divulgam dados fraudulentos, como é o caso da UFS, que, inclusive, já emitiu nota esclarecedora a esse respeito. Muitas universidades foram acusadas de promoverem “balbúrdia” e cursos de humanidades, como é o caso do curso de filosofia, foram qualificados como inúteis. Gostaria de refutar essa visão equivocada.

É importante perguntar pelos motivos desses ataques, vindo muitas vezes de gestores, como ministros de Estado, pois a impressão que fica é que há o desejo de desmontar ou até mesmo acabar com o ensino público, gratuito e de qualidade em todos os níveis, o que seria uma tragédia, sobretudo para os mais pobres. Quanto a isso devo dizer que eu mesmo não ocuparia o posto de professor universitário se não fosse a escola pública e a universidade pública, pois nasci numa família de oito irmãos, com pai e mãe lavradores, retirantes nordestinos, que jamais poderiam arcar com as despesas de educação. Tenho certeza de que meus colegas de trabalho, de uma forma ou de outra, também passaram por inúmeras dificuldades: disputaram vaga numa faculdade, se graduaram, fizeram mestrado, doutorado, atravessaram o drama de um concurso público, para enfim poderem dizer: “valeu à pena”. Mas não pensem que esse é o verdadeiro motivo de nosso orgulho. O orgulho de ser educador nada tem a ver com mérito pessoal. O orgulho de nossa profissão ocorre quando aquele que “ensina, de repente, aprende”, como diria Guimarães Rosa, e aprende, sobretudo, quando vê o brilho da curiosidade nos olhos dos estudantes. O mesmo brilho que vi ontem à noite, ao encerrar mais uma aula e perceber que, mesmo diante da tragédia desses tempos difíceis, ali havia meninos e meninas, alguns até mais velhos, talvez da terceira idade, cada qual com seus sonhos, seus dramas, seu jeito de ver o mundo, muitos deles encantados com a chance da descoberta, da possibilidade de estudar, de percorrer o longo caminho da aprendizagem e da transformação da vida que só uma universidade plural e autônoma proporciona, sobretudo quando sai dos seus muros e se mostra verdadeiramente útil, ou seja, quando a aula sai das paredes de uma sala e ganha a rua, a praça pública, onde o exercício pleno da cidadania se realiza.

A universidade, nesse sentido, não forma apenas técnicos e cien-

tistas presos numa torre de marfim, cada qual na sua área específica, cada qual no seu quadrado, pois mesmo o cientista, ou um técnico especialista, vive em sociedade, dentro de um sistema complexo, com suas inúmeras demandas. É por isso que é fundamental saber como a sociedade funciona e como ela deve funcionar. Para qual direção deva ir. É por isso que o trabalho do sociólogo é extremamente útil. Basta que os gestores, incluindo os ministros de estado, percorram os bancos de dados de teses dos programas de pós-graduação que eles certamente encontrarão pesquisas sólidas para aplicarem em ações governamentais em benefício de todos, como é o caso do difícil problema da violência urbana, ao invés de simplesmente apresentarem dados falsos, parciais, distorcidos ou mentirosos para iludir uma população desinformada e carente. Esse método de propagação de mentiras, como já disse em outra ocasião, conhecemos desde os tempos de Hitler. Não por acaso, o ditador alemão mandou queimar livros de filosofia, justamente porque eles ensinavam a pensar de forma ampla, crítica, transversal, democrática, levando em conta um solo comum de reflexão e partilha. Isso os regimes autoritários jamais toleram. Daí a extrema importância da filosofia dentro de uma universidade. Daí o sentido profundo desse belo nome: “universidade”, que rima com outra palavra bonita: “diversidade”.

Para concluir, eu gostaria de lembrar as palavras de uma de minhas professoras, que certa vez escreveu: “se abandonar a ingenuidade e os preconceitos do senso comum for útil; se não se deixar guiar pela submissão às ideias dominantes e aos poderes estabelecidos for útil; se buscar compreender a significação do mundo, da cultura, da história for útil; se conhecer o sentido das criações humanas nas artes, nas ciências e na política for útil; se dar a cada um de nós e a nossa sociedade os meios para serem conscientes de si e de suas ações numa prática que deseja a liberdade e a felicidade para todos for útil, então podemos dizer que a filosofia é o mais útil de todos os saberes que os seres humanos são capazes” (CHAUI, M. *Convite à filosofia*. Ed. Ática, São Paulo: 2007, p. 18).

Maio / 2019



SOBRE A CPMI DAS *FAKE NEWS*

Hoje pretendo tratar de um fato que tem agitado a política nacional nos últimos dias, que foi a instalação, ocorrida na semana passada, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), no congresso nacional. Comissão esta que vai investigar a difusão de *fake news* e outros crimes virtuais. O assunto, no entanto, tem causado polêmica, e o temor de alguns parlamentares é que o aprofundamento das investigações acabe provocando crise no atual governo. Não por acaso, segundo o site do senado, o partido da base governista (PSL) tentou, na última segunda-feira, obstruir os trabalhos da comissão, que é formada por 15 deputados e 15 senadores, de diferentes partidos políticos. O presidente da comissão é o senador Ângelo Coronel (PSD-BA), que, inclusive, tem recebido ameaças de morte, o que é um fato da maior gravidade.

Mas o que pretende a comissão? Segundo a relatora, a deputada Lídice da Mata (PSB-BA), a CPMI atuara nos seguintes eixos temáticos: “conceituação e delimitação das *fake news* e seus impactos na sociedade; *cyberbullying*, aliciamento e orientação de crianças para o cometimento de crimes de ódio e suicídio; consequências econômicas da produção e disseminação das notícias falsas que atentam contra a democracia no mundo; e esquemas de financiamento, produção e disseminação de *fake news* com o intuito de lesar o processo eleitoral”<sup>10</sup>.

Como se vê, o trabalho da comissão é bastante amplo, mas, como sempre, há quem deseje que tudo acabe em pizza. Na verdade, o que está em jogo aqui é a própria sobrevivência de uma sociedade democrática, que, infelizmente, ainda não dispõe de formas eficazes de combate aos crimes virtuais, como é o caso da divulgação de notícias falsas nas redes ou em aplicativos como WhatsApp, que muitas vezes

---

10 Ver a respeito: <https://senado.jusbrasil.com.br/noticias/757771090/cpi-das-fake-news-apresenta-plano-de-trabalho-em-clima-de-conflito>

funcionam para arrebancar o cidadão comum e aliená-lo com base em teorias conspiratórias, servindo-se de técnicas de propaganda, muito similares àquelas praticadas pelos regimes fascistas. A técnica consiste em apelar para emoção, criar medo na população forjando um inimigo, usar frases de efeito e propor soluções simplistas para problemas complexos. Nunca é demais lembrar que Hilter, Mussolini e outros *gangsters* chegaram ao poder, com base no medo, no ódio e na mentira, que, como todos sabem, tem pernas curtas e um dia caem por terra, assim como todas as ditaduras, que deixam por onde passam um rastro de sangue e morte.

É preciso esclarecer que a comissão formada no congresso não nasceu por motivações ideológicas, ela parte de um dado concreto de que há no país, segundo as palavras do senador Angelo Coronel, “pessoas contratadas para difundir notícias falsas”, além disso, conforme investigação e reportagem de Patrícia Campos Melo, jornalista da Folha de São Paulo, que também será ouvida na CPMI, ficou claro a existência de empresas contratadas para fazer disparos de mensagens de robôs e perfis *fakes*, o que indica os sofisticados mecanismos de manipulação de massa nesses tempos de mídia digital, onde muitos, sentindo-se protegidos pelo anonimato, vociferam seus xingamentos e ameaçam de morte seus adversários a fim de criar terror e pânico.

Há quem diga que os algoritmos que formam bolhas virtuais de informação na internet, impedindo o diálogo, estão matando a democracia pelo mundo afora, contribuindo para a cultura do ódio. Isso deve ser combatido com urgência e a revisão do marco regulador da internet parece ser uma boa proposta, pois, apesar de seus enormes benefícios, uma coisa grave da internet é que a informação chega até nós de forma cada vez mais fracionada, sendo bombardeada numa velocidade estonteante, inconcebível nos tempos de Hitler e Mussolini, o que impede ainda mais a ponderação e a reflexão. Assim, o cidadão comum ao ver um meme ou notícia de que as vacinas são prejudiciais, o que é justamente o contrário, não dispõe de tempo ou recursos para checar a informação e, com isso, é tragado para o abismo da mentira que vai sendo repassada adiante, criando uma bola de neve que é difícil

conter. Nesse sentido, a instalação de uma CMPI que investigue e puna culpados por crimes virtuais poderá trazer alguma ponta de esperança.

*Setembro / 2019*

## 11.

### O DIREITO DE RESISTIR À OPRESSÃO

Irei tratar hoje da onda de insurreições que atravessa a América Latina, com destaque para a situação do Chile. Afinal, cabe perguntar por que o povo chileno foi às ruas e, por outro lado, é preciso refletir sobre a reação violenta do governo, que resultou até o momento na morte de 21 pessoas, ao menos 226 manifestantes feridos e mais de 1.629 presos, além de outros tantos desaparecidos. Será que tanta violência se justifica? Segundo a organização das nações unidas, não, e uma comissão dos direitos humanos já foi enviada ao país. Não custa lembrar que o Chile vivenciou uma ditadura militar que assassinou, prendeu e torturou adversários políticos, e impôs ao país um modelo econômico neoliberal que acabou por sufocar a economia e oprimir o povo, levando boa parte da população a uma vida degradante e miserável, com salários e aposentadoria baixíssimos, isso sem falar na falta de acesso à educação e à saúde com o mínimo de equidade.

Os protestos explodiram na capital chilena, Santiago, no início deste mês, e o estopim foi o quarto aumento seguido da tarifa do metrô. Os estudantes secundaristas que, em 2011, já haviam protestado em defesa da educação pública, se rebelaram mais uma vez e as manifestações cresceram num movimento que se espalhou pelo país inteiro. O povo desafiou por 4 dias seguidos o toque de recolher, e na última sexta-feira, dia 25, mais de um milhão de pessoas tomaram as ruas de Santiago, o que já é considerado o maior ato político da história do país. Na ocasião, era comum ver faixas e cartazes com os dizeres

do tipo: “nos tiraram tanto, que nos tiraram o medo” ou ainda “como querem paz se atiram por trás”. Na verdade, ficou claro para todos que a população não estava revoltada por conta do aumento da passagem, mas devido à opressão política e econômica vivenciada a décadas. Vale recordar que, até bem pouco tempo atrás, o Chile era considerado por analistas de mercado financeiro como o paraíso do capitalismo latino-americano, o exemplo do modelo econômico neoliberal, que privatizou os serviços públicos de saúde e educação, por exemplo, e abraçou a tese do Estado mínimo, alterando inclusive o sistema de aposentadoria, numa reforma muito parecida com a que foi aprovada recentemente no Brasil. A situação do Chile mostrou que esse modelo econômico marcado por uma política de morte fracassou e esse fracasso veio à tona da pior forma possível: com violência e sangue nas ruas. Mas podemos perguntar: será legítimo se rebelar como fez a população chilena? Em que circunstâncias uma revolta se justifica?

O filósofo John Locke, um dos pais do liberalismo clássico, refletiu agudamente sobre isso, e chegou à seguinte conclusão: “O povo maltratado em geral, e contrariamente ao que é justo, estará disposto em qualquer ocasião a livrar-se do peso que o esmaga.” Para Locke, as sociedades encontram o seu fundamento invariavelmente no consentimento do povo e quando algum governante pretende alterar este princípio, o faz de forma ilegítima, o que é típico dos regimes tirânicos. Ou seja: quem atribui legitimidade ao governo é o povo, pois, segundo Locke, os governados apenas transferem ao governo o poder de executar a lei, mas têm todo o direito de se rebelar contra a tirania, a opressão e a violação de direitos básicos, como é o caso do direito à liberdade. Nunca é demais lembrar que esse princípio liberal está na raiz da nossa constituição, que em seu Art. 1º, Parágrafo Único diz o seguinte: “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente”. O problema é que os representantes eleitos se julgam donos do poder ou governam apenas para uma parcela da população. Apesar disso, é interessante observar que, no caso do Brasil, ocorre algo curioso, pois parece haver uma apatia generalizada, ao invés de revolta dos cidadãos brasileiros que, em 2013

e 2014 foram às ruas, exigindo mais investimentos em educação, segurança e saúde, depois se pintaram de verde amarelo para derrubar uma presidente tida como exemplo de honestidade, e hoje esses mesmos cidadãos se acomodam em seus apartamentos confortáveis com a boca escancarada, cheia de dentes, esperando a morte chegar, mas agora sem direito a uma aposentadoria digna, em razão das reformas aprovadas. Para piorar a situação, é triste ver parlamentares subirem à tribuna do congresso e afirmar em tom de ameaça que, caso haja por aqui protestos como os do Chile ou do Equador, teremos a volta da ditadura. Esse tom de ameaça à soberania popular é uma subversão dos anseios de sociedade democrática e fere o estado de direito; neste caso, contra a ameaça de tiranos, como já indicava Locke, o povo tem o direito de resistir à opressão.

*Novembro / 2019*

## 12.

### A FELICIDADE

Hoje gostaria de tecer algumas considerações em torno da noção de felicidade. Dito de modo simples e direto, gostaria de tentar responder à seguinte pergunta: o que torna uma pessoa feliz ou infeliz? Essa questão é colocada pelos pensadores antigos, que refletiram profundamente sobre a condição humana. Um belo exemplo dessa reflexão podemos encontrar no relato de Heródoto, o pai da história, quando ele nos fala dos motivos da guerra entre Gregos e Persas, que mudou o mapa do mundo antigo, destruiu reinos, levou doença, fome e morte a muitos povos.

Na origem dessa guerra está o desatino de Creso, rei da Lídia, que num belo dia recebeu a visita inesperada do político ateniense Sólon, o sábio. Diz Heródoto que Creso recepcionou Sólon em seu palácio, mostrou-lhe a beleza do seu reino, o esplendor do seu enorme tesouro e, em seguida, perguntou ao ilustre visitante qual era o homem mais fe-

liz que ele já tinha visto em suas andanças pelo mundo. Creso esperava que Sólon lhe dissesse o óbvio: ele, Creso, seria naturalmente o homem mais feliz da face da terra. A resposta de Sólon, porém, decepcionou Creso. O sábio ateniense, segundo Heródoto, teria dito o seguinte:

É preciso convir, senhor, que o homem não é senão vicissitudes. Possuiis certamente riquezas consideráveis e reinais sobre um grande povo, mas não posso responder à vossa pergunta sem saber se terminareis os vossos dias na abundância; pois o homem cumulado de riquezas não é superior àquele que possui o necessário, a menos que a boa sorte o acompanhe e que, gozando de todas essas espécies de bens, termine venturosamente a existência. (HERÓDOTO, *Histórias*, I, Cap.XXX,II)

Neste diálogo, Sólon indica que o rei achava que era feliz por possuir bens, mas tudo isso poderia virar ruína devido à condição humana, que é inconstante, sujeita a golpes de sorte ou azar, na maioria das vezes, fruto de escolhas erradas que, em algum momento, fazemos na vida e que podem pôr tudo a perder. Ou seja: somente na velhice, e próximos da morte, temos a oportunidade de olhar para o curso de uma vida e avaliar até que ponto uma pessoa foi ou é feliz. Diz ainda Heródoto que Creso, irritado com a resposta de Sólon, o expulsou do palácio e do reino. Anos depois, Creso, tomado por uma ambição desmedida, resolveu guerrear com o reino da Pérsia, mas foi derrotado, humilhado, feito prisioneiro e levado a uma enorme fogueira para ser queimado vivo. Enquanto a fogueira era acesa, ele gritou o nome de Sólon por três vezes, o que chamou a atenção de Ciro, o grande, que assistia tudo de camarote.

Até hoje os historiadores discutem se Sólon teria de fato se encontrado com Creso ou se, na verdade, a história foi inventada por Heródoto para ilustrar a reflexão de fundo de sua obra, que não trata apenas de uma guerra particular, mas reflete sobre nossa condição de seres mortais, que se agarram a ilusões, como poder e dinheiro, ao invés do verdadeiro bem: a sabedoria. A sabedoria é o maior tesouro da vida, pois é um bem constante, que não dura apenas num momento, ao contrário, ela nos torna capazes de sermos prudentes e

agirmos de modo adequado diante das situações adversas, cuidando de si e dos outros.

Agosto / 2020

### 13.

## À AMIZADE

Hoje gostaria de refletir sobre o sentido ético da amizade. Esse é um assunto discutido por inúmeros filósofos, desde a antiguidade, e chega até os nossos dias, nos quais a palavra “amizade” parece ter sido esvaziata de sentido. Quantas vezes recebermos em nossas redes sociais solicitações de “amizade” de pessoas que sequer conhecemos? Em vista disso, nos vemos as voltas com dúvidas sobre o que significa de fato ser amigo ou amiga de alguém. Afinal, o que é a amizade?

O filósofo grego Aristóteles, em sua obra *Ética a Nicômaco*, nos diz que o bem do amigo é o nosso próprio bem e, nesse sentido, “o amigo (φίλος) é um outro (ετερος) si mesmo (αυτος)”, ou seja, o amigo é “um outro eu”<sup>11</sup>. Aristóteles quer dizer com isso que o amigo é um espelho que nos reflete. Essa visão aristotélica é retomada pelo pensador romano Cícero, que escreveu um importante diálogo dedicado ao tema. Para Cícero, os amigos devem ser espelhos um do outro, mas espelhos que refletem sempre o melhor de cada um. Assim, aquele que olha para um amigo verdadeiro, olha como se fosse para uma espécie de “imagem de si mesmo”. Afinal, “que há demais agradável do que ter alguém a quem se ousa contar tudo como a si mesmo?”, questiona Cícero<sup>12</sup>. Na Renascença, o filósofo Michel de Montaigne retoma o

---

11 Aristóteles, *Ética a Nicômaco*. IX. 9. 1170 b 6-7. Para uma discussão do tema da amizade e sua relação com a alteridade na obra de Aristóteles. Ver: Guthier, R.; Jolif, Jean Yves. *L'Éthique à Nicomaque*. Introduction, Traduction et Commentaire. Tome II. Louvain-Paris: Publications Universitaires de Louvain et Éditions Béatrice Nauwelaerts, 1959.

12 Cícero, M. T. *Lélio, ou a Amizade*. Porto Alegre: L&PM, 2010, p. 87.

assunto, e afirma que a amizade é uma experiência tão rara que só pode existir entre duas pessoas que se espelham mutuamente, jamais numa multiplicidade de almas. Diz Montaigne: “mas essa amizade que nos enche a alma e a domina não pode subdividir-se. Se temos dois amigos e ambos ao mesmo tempo pedem socorro, a quem acudiremos? Se solicitam favores antagônicos, a qual deles atenderemos? Se um nos exige silêncio acerca de alguma coisa que interessa ao outro, que faremos?”<sup>13</sup>. Montaigne reconhece que só pode haver amizade soberana no singular, pois a rigor não temos *amigos*, mas algum privilegiado tem um único amigo digno desse nome. Os demais tipos de “amizade” são ordinárias e correspondem à conveniência social. Para Montaigne, a verdadeira amizade é uma força inexplicável que costura os sentimentos, misturando uma alma na outra.

Mas, por mais belas que sejam as palavras desses notáveis filósofos, será correto definir a amizade como uma experiência sublime, singular, ou então como um espelho em que nos miramos e nos admiramos? Creio que não; pois é preciso não confundir amizade com bajulação, e nosso maior inimigo, neste caso, pode ser nosso próprio ego, que frequentemente nos trai. Quanto a isso, é verdade que a amizade é um tesouro insubstituível, desejado pelos maiores imperadores. Não por acaso, aqueles que ocupam um posto ou cargo importante, frequentemente, são vítimas da inveja, da solidão e das angústias do poder e raramente encontram em quem possam confiar. É fácil ver amizade entre homens de boa índole, como aquela glorificada entre Montaigne e La Boétie; contudo, mesmo os maiores tiranos precisam de “amigos”. Mas será isso verdadeiramente amizade? Qual o sentido profundo implicado nesta palavra que os antigos gregos chamavam *philia*?

Penso que o amigo não é um outro eu, como disseram Aristóteles e Cícero, nem talvez exista o amigo perfeito, no sentido de Montaigne, pois isso soa um pouco infantil e idealista. O amigo não é um espelho, nem é uma carne costurada na nossa carne. Existem certamente muitos

---

13 Montaigne, M. *Ensaíos*. 1ª. Edição. Coleção Os Pensadores. Volume XI. São Paulo: Abril S/A Cultural e Industrial. Porto Alegre: Globo S/A, 1972, p. 185.



tipos de amizade, algumas profundas, outra superficiais e outras indignas desse nome. César, por exemplo, era muito amigo de Brutos, que o traiu. O famoso “até tu, Brutos” ficou para a história como exemplo da falsa amizade, tão praticada por bajuladores. No fundo, César via em Brutus a imagem de si mesmo, até que o espelho se quebrou. Átila, o huno, também tinha seus amigos; Hitler também tinha seus amigos; o goleiro Bruno, do Flamengo, condenado pelo assassinato de Eliza Samudio, também tinha seus amigos, como é o caso de Macarrão, seu cúmplice, que tatuou o nome do jogador nas costas com os seguintes dizeres: “Amizade: nem a força do tempo poderá destruir”. É por isso que o amigo não pode ser um espelho, pois nunca desejamos ver nosso pior lado. É por isso que amizade não se confunde com bajulação. O verdadeiro amigo nos vê de perto, nos vê de longe, aponta nossos erros, nos aconselha o melhor quando solicitado, ajuda a dissipar as dúvidas, se alegra e se entristece junto, contribui para a vida, não para a morte. Daí o sentido ético e quase divino da amizade; não por acaso, os romanos a consideravam uma deusa.

*Setembro / 2020*

#### 14.

### À INVASÃO DO CAPITÓLIO E A PSICOLOGIA DAS MASSAS

No dia 6 de janeiro de 2021, o mundo assistiu estarrecido à invasão do Capitólio, um dos símbolos máximos da democracia americana. Uma multidão de fanáticos seguidores de Donald Trump invadiu a sessão de certificação da vitória do candidato democrata Joe Biden. Trump jamais reconheceu a derrota nas urnas, espalhando *fake news* na imprensa e nas mídias digitais ao afirmar que as eleições haviam sido fraudadas e que ele, Trump, seria o legítimo vencedor. "Agora cabe ao Congresso enfrentar esse ataque flagrante à nossa democracia. E por isso, nós vamos caminhar para lá e eu estarei com vocês",

teria dito Trump durante ato político nas imediações do Capitólio. As palavras do presidente americano foram a senha para que ocorresse uma patética marcha sobre Washington, organizada pelos extremistas de direita, o que chocou o mundo e levou a imprensa americana a qualificar o ato como um “autogolpe”. O saldo da invasão, foram cinco mortos, muitos feridos e outros tantos presos, mas os desdobramentos desse fato assombroso ainda são incertos, e outras formas de protestos violentos por parte dos extremistas não estão descartadas, enquanto avança a discussão sobre um possível impeachment de Donald Trump às vésperas da posse de Biden, o que poderia ser visto como uma forma de restituir dignidade aos ritos da democracia americana. Embora o futuro seja incerto e a política seja o campo do possível e do provável, tudo indica que Trump saíra do cargo sem qualquer punição.

É possível analisar esse fenômeno bizarro tanto por seu aspecto político quanto por seu desdobramento jurídico. Afinal, ao não reconhecer a derrota e fazer uma transição pacífica de governo, Trump parece ter despertado um monstro e nada garante que seus apoiadores não assumam uma postura cada vez mais radical, pois um limite legal foi ultrapassado e é difícil estabelecer o diálogo num tecido social que se rompeu. Para muitos analistas, como o cientista político Steven Levitsky, autor do livro *Como as democracias morrem*, o autogolpe de Trump só fracassou por não ter tido apoio do pelas forças armadas que, inclusive, condenaram veementemente a ação numa nota em que reafirmaram o compromisso com as regras do jogo democrático<sup>14</sup>. Esse aspecto, contudo, tem levado outros analistas a admitirem que, apesar do seu fracasso, a tentativa de golpe naquela que é considerada a maior democracia do mundo, pode estimular governos fragilizados de países periféricos, como é o caso do Brasil, a seguirem pela via da ruptura institucional e o risco de que os militares, que já ocupam boa parte dos cargos do governo, apoiem esse tipo de iniciativa é grande, sobretudo porque uma parcela considerável

---

14 Ver a seguinte reportagem a esse respeito: <https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,the-economist-invasao-do-capitolio-e-retrato-de-como-trump-mudou-o-partido-republicano,70003576261>

da população brasileira, tal como ocorreu nos EUA, se identifica com um discurso antidemocrático e violento protagonizado por um líder extremista. Nesse sentido, além do aspecto jurídico e político, é importante avaliar o fenômeno ocorrido nos EUA com base no comportamento da massa, ou seja, do ponto de vista da psicologia social. Afinal, o que leva uma massa a realizar atos de violentos como a invasão do Capitólio e a apoiar sua própria opressão?

Quanto a isso, gostaria de relembrar as análises de Gustave Le Bon, apresentadas em sua obra *Psicologia das multidões*, publicada no final do século XIX, e que já citei outras vezes aqui na coluna caleidoscópico. Nesta obra, Le Bon apresenta uma rica análise dos impulsos violentos que caracterizam as massas e investiga como um líder carismático e com prestígio, com as armas da propaganda, do contágio e da sugestão, apela para uso de imagens e palavras que reforçam os vínculos emocionais a fim orientar os impulsos destrutivos e produzir, a partir deles, atos de um suposto heroísmo com base numa realidade distorcida. Nesse sentido, o “efeito manada” que presenciamos na invasão do capitólio indica uma força primitiva que pode ser capturada e orientada por um líder e seu discurso inflamado, o que hoje, aliás, pode ser feito de modo mais eficaz por meio das redes sociais. Segundo Le Bon, para orientar a massa é fundamental apelar o mínimo possível para a faculdade do entendimento; ao contrário, deve-se dar ênfase a imaginação delirante, pois aqui não se trata de argumentar ou discutir, mas de impressionar e convencer, e se convence melhor abusando de afirmações violentas baseadas em teorias conspiratórias. “A afirmação pura e simples, livre de qualquer raciocínio e de qualquer prova, é um instrumento seguro para fazer penetrar uma ideia no espírito das multidões. Quanto mais concisa for a afirmação, e mais desprovida for de prova e demonstração, tanto mais autoridade terá”<sup>15</sup>. Ora, os livros religiosos sempre procederam por simples afirmação. É nesse sentido que a convicção cega da massa é atravessada por um “sentimento religioso”, na qual o líder é visto como uma autoridade inquestionável. Não por acaso, movidos por essa espé-

---

15 LE BON, G. (1895) *Psicologia das multidões*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

cie de fanatismo religioso, os seguidores de Mussolini (um ávido leitor de Le Bon) diziam que ele estava sempre certo e, tal como um deus, não deveria ter sua autoridade questionada. Todo o problema é que mesmo quando um líder de fanáticos é punido ou afastado do cargo suas ideias podem ficar arraigadas na esfera pública entre aqueles que defendem a completa aniquilação de quem pensa e vive de modo diferente, ou seja, que preferem a tirania à liberdade, a opressão à democracia, a mentira que lhes conveniente à verdade partilhada e construída por meio do diálogo.

Janeiro / 2021

## Referências

- ARISTÓTELES. *L'Ethique à Nicomaque*. Introduction, Traduction et Commentaire. Tome II. Paris: Publications Universitaires de Louvain et Éditions Béatrice Nauwelaerts, 1959.
- ADORNO, T.: A teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista. In: *Ensaio sobre psicologia social e psicanálise*. Editora Unesp. São Paulo: 2015.
- BAKHTIN, M. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec, 1999
- BERGSON, H. *O riso: ensaio sobre a significação da comicidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- BRANDÃO, J.S. *Mitologia I*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2001.
- CÍCERO, M. T. *Lélio, ou a Amizade*. Porto Alegre: L&PM, 2010, p. 87.
- CHAU, M. *Convite à filosofia*. Ed. Ática, São Paulo: 2007
- FOUCAULT, M. Preface in: Gilles Deleuze e Félix Guattari. *Anti-Oedipus: Capitalism and Schizophrenia*, New York, Viking Press, 1977.
- FREUD, S. *Psicologia das massas e análise do eu*. Ed. L & PM. Porto Alegre: 2019.
- GRACIÁN, B. *A Arte da prudência*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- HERÓDOTO, *Histórias*. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2019
- HITLER, A. *Minha luta*, Brasília: Ed Carmo, 2016.
- JACOB, F. *A Lógica da vida*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- LE BON, G. (1895) *Psicologia das multidões*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- LOCKE, J. *Dois Tratados sobre o governo*. Tradução de Júlio Fisher, São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- STANLEY, J. *Como funciona o fascismo: a política do “nós” e “eles”*. Porto Alegre: L&PM, 2018.
- MONTAIGNE, M. *Ensaio*. 1ª. Edição. Coleção Os Pensadores. Volume XI. São Paulo: Abril S/A Cultural e Industrial. Porto Alegre: Globo S/A, 1972.

### Seção III

## A EDUCAÇÃO EM PAUTA: UM OLHAR ÉTICO E POLÍTICO

*Christian Lindberg Lopes do Nascimento*

## 1.

### GOVERNO BOLSONARO E A EDUCAÇÃO: 180 DIAS DEPOIS

No final de semana que o Brasil alcança a trágica marca de mais de 100 mil mortos e 3 milhões de infectados pelo Covid-19, teço algumas notas sobre educação, tendo como referencial os 180 dias do governo Bolsonaro (sem partido). O primeiro aspecto que registro é o fato de 4 (quatro) pessoas diferentes terem ocupado o cargo de ministro da Educação. Foram elas: Velez Rodrigues, Abraham Weintraub, Carlos Decotelli e Milton Ribeiro. Desde os anos 1990, nunca o Ministério da Educação (MEC) foi dirigido por tantas pessoas diferentes em pouco espaço de tempo. A cada mudança de ministro, os cargos nos 2º e 3º escalões também sofreram alterações, gerando instabilidade e descon-tinuidade nas poucas ações desenvolvidas pela pasta.

Destaco, também, a falta de protagonismo do MEC em avaliar, elaborar e promover políticas públicas para a área da educação. A discussão em torno da renovação do Fundo de Manutenção e Desen-volvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) é um exemplo. Nos debates ocorridos por conta da aprovação na Câmara dos Deputados, o Governo Federal foi represen-tado pela equipe do Ministério da Economia e não pela do Ministério da Educação (MEC), como era de se esperar. A própria relatora da Pro-posta de Emenda Constitucional (PEC) do novo Fundeb, a deputada federal professora Dorinha (DEM/TO), destacou a total ausência do MEC na discussão e citou, em entrevista concedida ao *O Antagonista*, que esperava que o MEC não atrapalhasse na hora da votação.

Há, contudo, outros fatores que caracterizam a atuação do governo Bolsonaro (sem partido) no âmbito educacional. O principal deles é a conversão do MEC em uma trincheira da cruzada ideológica que os atuais inquilinos da Esplanada dos Ministérios tentam promover no país. Nesse quesito, professores, entidades sindicais e estudantis,

pesquisadores, reitores e jornalistas viraram inimigos da educação. Pode-se somar as constantes intervenções nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), a exemplo das universidades e institutos federais, com a nomeação de reitores *pró-tempore* ou sem legitimidade política no interior das IFES. Toda ação arbitrária é justificada por conta da cruzada, inclusive chegando ao ponto de elaborar dossiês contra professores e estudantes.

Destaca-se, no âmbito da cruzada ideológica, a guerra cultural contra o denominado marxismo cultural: ideologia de gênero, educação sexual, Paulo Freire, doutrinação política e tantos outros termos que compõem o vocabulário cotidiano de todos os ex-ministros da Educação. Essa guerra é protagonizada, em primeira instância, pelo denominado projeto Escola sem partido (ESP).

O fato de ter elevado o tom e depositado muita energia em torno da cruzada ideológica e da guerra cultural fez com que Abraham Weintraub tivesse sido demitido, embora tenha saído do MEC nos braços dos bolsonaristas. A conduta dele gerou muito desgaste para o Governo Federal, seja no âmbito da Praça dos Três Poderes (Supremo Tribunal Federal, Câmara dos Deputados e Senado Federal) ou nos diversos setores da sociedade (universidade, secretários municipais e estaduais de educação, ONG's educacionais, reitores, gestores educacionais, comunidade científica, professores, estudantes, etc.).

O último aspecto que destaque é a ausência do MEC nos esforços de coordenar as ações diante da epidemia do covonavírus. Não fosse as secretarias estaduais e municipais de educação (CONSED, UNDIME), as associações de dirigentes de instituições de ensino superior (ANDIFES, CONIF, CRUB, etc.), o Conselho Nacional de Educação (CNE) e um conjunto de pesquisadores, não teríamos iniciativas para sanar os prejuízos que a pandemia tem causado aos estudantes brasileiros.

Entretanto, é na área da educação que temos visto as principais mobilizações para reverter os desmandos do governo federal. A primeira delas aconteceu no ano passado, 2019, por conta dos cortes dos recursos destinados para as IFES. Milhares de manifestações ocorreram em todo o país, protagonizadas pelos sindicatos dos professores

(CNTE, SINASEFE e ANDES), técnico-administrativos (FASUBRA e SINASEFE) e entidades estudantis (UNE, UBES e ANPG).

A segunda aconteceu por conta da votação do novo Fundeb. Uma verdadeira mobilização virtual, a ponto de a sessão que votou o fundo ter sido uma das mais assistidas no canal da Câmara dos Deputados no *youtube*. Liderada por diversos segmentos da sociedade civil, milhões de pessoas pressionaram os deputados e deputadas no sentido de apoiar a aprovação do relatório proposto pela deputada Dorinha (DEM/TO). Dos 508 representantes na Câmara dos Deputados, 499 votaram a favor do texto redigido pela parlamentar tocantinense. O mesmo nível de mobilização tem sido feito em direção do Senado Federal, tentando obter apoio dos senadores e senadoras.

A educação, a exemplo do que acontece no interior da sociedade, vive um momento de intensa luta política. Vê-se, de um lado, as ações do governo federal no sentido de convertê-la em um campo de batalha contra os inimigos invisíveis ou direcionando as ações no sentido de desresponsabilizar a União no setor educacional. Do outro, milhões de estudantes, professores, pesquisadores e dirigentes buscando alternativas para que a educação seja efetivada como um direito para todos, contribuindo, portanto, com a constituição de uma sociedade democrática.

*Agosto / 2020*

## 2.

### CORONAVÍRUS, EDUCAÇÃO E NECROPOLÍTICA: SEJA BEM-VINDO AO GOVERNO DA NOVA ERA

É famosa a frase atribuída à Damare Alves, ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, na qual ela afirma mais ou menos assim: “meninos vestem azul, meninas vestem rosa. Estamos diante do governo da nova era.” Não sei o porquê, mas desde o ano passado



esta frase não sai da minha memória. Ontem, por exemplo, após o pronunciamento do presidente Jair Bolsonaro (sem partido), ela voltou a ecoar em mim.

Como se sabe, o coronavírus — Covid-19 — se alastrou pelo planeta. Governos da Ásia, Europa, África, América do Norte, América Central, Oceania e América do Sul confirmam casos de infecção e de mortes causados pelo novo vírus, deixando um estrago na vida das pessoas, das famílias e dos estados nacionais.

No entanto, no Brasil, o atual inquilino do Palácio do Planalto insiste em dizer que o coronavírus é uma gripezinha, um resfriado, e convoca a população brasileira a voltar ao trabalho, às aulas, ou seja, sair da quarentena indicada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e, incrível que pareça, pelo Ministério da Saúde (MS) do próprio governo federal.

O argumento principal utilizado pelo presidente é que a doença deixa infectada uma pequena parcela da população e que a economia não pode ser afetada por causa disso. Segundo ele, a tragédia econômica interfere mais na população do que a sanitária. Em outros termos, a economia deve subordinar a vida de milhões de pessoas aos seus interesses, independentemente de elas viverem ou não.

No caso da educação, o coronavírus impôs uma mudança na rotina das escolas e das universidades. O Ministério da Educação (MEC) autorizou a ampliação do uso da tecnologia para ministrar aulas, ou seja, permitiu a adoção da educação a distância (EaD) em todos os níveis, da educação básica ao superior. Secretarias estaduais e municipais, universidades, rede particular de ensino, todos, de alguma forma, estão procurando se adaptar à orientação ministerial.

O curioso é que o próprio ministro gravou, no último dia 18/03/2020, um vídeo onde minimiza os impactos do coronavírus, promete liberar recursos, via FNDE, na ordem de 450 milhões de reais, para que as escolas comprem álcool em gel, produtos de limpeza. A aquisição desse material visa higienizar os estudantes e, principalmente, pedir para que as aulas continuem mesmo com o coronavírus matando milhares de pessoas.

O MEC ordenou, através do ex-ministro da educação Abraham Weintraub, que os estudantes da área da saúde, especialmente os de Medicina, Enfermagem e Farmácia, voltassem às aulas para ajudar a população no combate ao coronavírus. É, na prática, a expansão da convicção governamental de que nada deve parar, que a vida continua, com ou sem coronavírus.

Paralelamente, a CAPES, órgão vinculado ao MEC, modifica o critério para a concessão das bolsas destinadas aos programas de pós-graduação. Segundo levantamento preliminar feito pela Associação Nacional de Pós-graduandos (ANPG), a mudança pode significar o corte de até 20 mil bolsas, impactando em todos os programas, independentemente da nota obtida nas avaliações da CAPES.

As medidas relacionadas à educação, especialmente para o ensino superior, não param por aí. O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC) publicou uma portaria que norteia as diretrizes da pasta para a constituição do Plano Plurianual da União (PPA), documento que normatiza os itens que compõem o orçamento federal para os próximos anos. De acordo com o PPA 2020-2023, o MCTIC, através de suas agências de fomento (CNPq, FINEP, etc.), direcionará seus recursos para diversas áreas, excetuando as Ciências Humanas, a Filosofia, a Linguagem e a Educação.

Por fim, o pronunciamento presidencial, no dia 24/03/2020, apresentou a “cereja do bolo”. Em cadeia nacional de rádio e TV, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) voltou a minimizar os impactos do coronavírus, relativizou as orientações da OMS e, o mais agravante, negou os fatos, convocando a população a voltar ao trabalho e às aulas.

Necropolítica pode ser entendida quando “a expressão máxima da soberania reside em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode e quem não pode morrer.” Para o filósofo camaronês Achille Mbembe, no ensaio intitulado *Necropolítica*, “matar ou morrer ou deixar de viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais.” Para Mbembe, “ser soberano é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de

poder”, ou seja, “é a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é descartável e quem não é.”

Ministra Damares, de fato, estamos diante de uma nova era. A era na qual o governo federal, liderado pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido), é o principal vetor da morte. Despido de bom senso e racionalidade, temos visto, através dos órgãos federais, a indução dos brasileiros ao extermínio, seja pelo coronavírus ou pelo estrangulamento da Ciência e da Educação brasileira.

Março / 2020

### 3.

## MEC PUBLICA MEDIDA PROVISÓRIA E DOBRA A APOSTA CONTRA AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA

O Diário Oficial da União publicou, no dia 10 de junho, a Medida Provisória nº 979/2020, que dispõe sobre a designação de dirigentes *pró-tempore* para as instituições federais de ensino durante o período da emergência de saúde pública. A MP nº 979/2020 afirma que o MEC poderá manter o reitor e vice-reitor *pró-tempore* no período subsequente ao fim da pandemia, até os novos dirigentes serem eleitos e nomeados pelo governo federal.

A MP também proíbe a realização de qualquer tipo de consulta à comunidade universitária, escolar ou acadêmica, ou formação de lista tríplice para escolha de dirigentes das instituições federais de ensino enquanto durar a pandemia. Em outros termos, o MEC indicará o reitor e vice-reitor das universidades e institutos federais durante o período da pandemia do coronavírus, contrariando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e, principalmente, o artigo 207 da Constituição Federal.

Sabe-se que o governo federal tem utilizado, de forma cada vez mais regular, procedimentos autoritários quando o assunto é a escolha do reitor e vice-reitor das universidades e institutos federais. Tem sido

comum, inclusive, a indicação de nomes que não constam na lista, caracterizando o total desrespeito à ordem democrática e à autonomia universitária. Além disso, teve a tentativa, via MP nº 914/2019, de o governo federal estabelecer nova configuração ao processo de escolha dos dirigentes, medida que não foi votada pelos deputados federais e senadores e acabou perdendo a validade no dia 2 de junho de 2020.

No entanto, com a publicação da MP nº 979/2020, a escalada autoritária nas universidades e institutos federais entra em um novo patamar, talvez mais radical. Em que pese a suspeita dela ser inconstitucional, visto que na prática entra em confronto com o artigo 207 da Constituição Federal. É cada vez mais nítido o desejo de Bolsonaro (sem partido) ter o controle administrativo, a qualquer custo, das universidades e institutos federais. É interesse do governo federal, e o MEC tem se empenhado nisso, indicar para o comando das reitorias professores alinhados politicamente com o projeto do próprio governo, nem que seja necessário rasgar o texto constitucional e desprezar toda tradição eleitoral para a escolha do reitor e vice-reitor das universidades.

Como se sabe, professores, técnico-administrativos e estudantes, no âmbito da autonomia universitária, elegem seus dirigentes máximos. Em sentido contrário, a MP nº 979/2020 retira o direito ao voto da comunidade universitária, transferindo-lhe para a caneta do presidente Bolsonaro (sem partido) e do ministro da Educação, Abraham Weintraub.

Ah, mas algum desatento ou mal intencionado pode afirmar que o isolamento social não permite a aglomeração de pessoas, medida que impede o processo eleitoral, via consulta pública ou, como versa a LDB, através do colégio eleitoral. Para as duas situações, respondo da seguinte forma. No caso do colégio eleitoral das universidades, os órgãos colegiados têm realizado seus encontros periódicos através das plataformas digitais, a exemplo da Comunidade Acadêmica Federada (Cafe), que é administrada pelo MEC, ou pelo sistema acadêmico que as próprias universidades utilizam cotidianamente. Penso, particularmente, que escolher dirigente dessa forma não compactua com o mais elevado espírito democrático, mas a legislação vigente permite.

No caso da consulta à comunidade universitária é bom lembrar que ela serve para balizar a composição da lista tríplice feita pelo colégio eleitoral, garantindo mais legitimidade aos futuros gestores das universidades e ampliando o caráter democrático da escolha. Como se sabe, esse procedimento é comum nas universidades e é utilizado desde a década de 1980. Para viabilizá-la, pode-se, como alternativa ao voto *online*, criar uma logística para que o voto presencial seja garantido. O TSE, por exemplo, tem discutido medidas para garantir o voto dos cidadãos nas eleições municipais que se avizinha. Elas podem servir de parâmetro para que as universidades realizem suas consultas públicas e elejam, da forma mais participativa possível, seus respectivos reitores e vice-reitoras. Tudo dentro da normalidade democrática.

Ora, diante do cenário atual, o que fazer? Espero que o Congresso Nacional, através das diversas representações partidárias, rejeite a MP nº 979/2020, além de repudiar a escalada autoritária que o governo federal promove, através do MEC, nas universidades e institutos federais. Anseio que a parcela da comunidade universitária, independentemente do espectro político preferido, alimente o sentimento democrático, rechace a MP, denunciando-a, mas também se una em defesa da autonomia universitária e do direito ao voto.

A universidade federal brasileira já demonstrou que, além de ser um espaço para o desenvolvimento da criatividade, do senso crítico e da produção científica, valoriza a democracia. Essa é uma de suas principais características. Governos autoritários sabem disso e promovem, além de campanhas marcadas por injúrias, calúnias e difamações, ações que visam controlá-la administrativamente, restringindo, portanto, seu viés democrático.

Em tempos nos quais a escalada autoritária tem sido promovida pelo governo federal, a omissão não é a melhor resposta, muito menos relativizar a ação governamental. Cabe aos democratas defenderem que a universidade federal continue cumprindo seu papel na edificação de um país solidário, justo e democrático.

*Junho / 2020*

#### 4.

### O ENSINO REMOTO EM TEMPO DE PANDEMIA E O *HOMESCHOOLING*

Encontra-se em tramitação na Câmara dos Deputados a medida provisória nº 934/2020 (MPV nº 934/2020). Ela estabelece normas excepcionais para o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes da pandemia do coronavírus (Covid-19). De acordo com a página eletrônica do parlamento nacional, a deputada Luísa Canziani (PTB-PR) é a relatora da medida, tendo como tarefa acolher as 229 emendas apresentadas e elaborar o relatório que deve ser votado no plenário da Câmara os Deputados.

A deputada Professora Dorinha (DEM/TO) apresentou um conjunto de emendas. Dentre elas, destaco a proposta que visa regulamentar a prática do *homeschooling* no país. Isso mesmo, regulamentar o *homeschooling*. Conhecida por relatar a PEC do Fundeb, a deputada tocantinense propõe que a educação básica domiciliar seja admitida sob responsabilidade dos pais ou tutores, desde que conte com a supervisão e avaliação de aprendizagem de forma constante, tarefa a ser desempenhada pelos órgãos governamentais.

O argumento central da deputada Dorinha (DEM) é uma suposta dubiedade na legislação educacional, mais precisamente no artigo 208, parágrafo 3º, da Constituição Federal. A Carta magna atribui ao poder público a competência de “recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.” Para ela, a lei permite que a criança ou o jovem estude em casa, desde que a escola institua mecanismos de frequência e faça a aferição da aprendizagem através de avaliações. A argumentação da parlamentar considera que “pode ser aceita a hipótese de inserir a chamada educação domiciliar. Ela não poderá, porém, jamais prescindir de uma efetiva articulação e supervisão por parte da instituição escolar oficialmente constituída.”

A possibilidade que essa proposta seja acatada é difícil, visto que o tema do *homeschooling* requer um debate mais aprofundado, algo improvável de acontecer enquanto durar o isolamento social. No entanto, com a proliferação do ensino remoto, nos termos da medida provisória nº 934/2020 e da resolução nº 05/2020/CNE, amplia-se, paradoxalmente, a possibilidade de o ensino domiciliar ganhar adeptos. Isso se explica pelo aumento do contato dos pais e estudantes com as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC). Computador, *notebook*, celular, *internet*, aplicativos, plataformas educativas e tantos outros artefatos tecnológicos e didáticos estão à disposição, principalmente para as camadas sociais com maior poder aquisitivo.

Para reforçar a defesa do *homeschooling*, a Associação Nacional de Educação Domiciliar (ANED) argumenta que a prática da educação domiciliar é viável diante da péssima participação das escolas brasileiras, principalmente as públicas, nas avaliações em larga escala. De igual modo, o doutrinamento ideológico, inclusive sexual, faz parte do ambiente escolar, colocando em risco os valores da família. A ANED afirma que: "não nos posicionamos contra a escola, mas entendemos que, assim como os pais têm o dever de educar, têm também o direito de fazer a opção pela modalidade de educação dos filhos. Defendemos, portanto, a *prioridade da família* no direito de escolher o gênero de instrução a ser ministrado aos seus filhos." Os pais devem ter autonomia e liberdade para escolher para onde encaminharão os filhos na hora de estudar.

Segundo os defensores, as vantagens do ensino doméstico são: 1) As crianças não precisam se locomover até a escola, passando a sensação de mais conforto na hora da aprendizagem; 2) A escola tem sido um ambiente para a violência e o consumo de drogas; 3) A indisciplina em sala de aula acaba impacta na aprendizagem dos estudantes; 4) O *homeschooling* impede que os docentes doutrinem os estudantes em sala de aula; 5) Os pais supervisionam a educação dos filhos de perto, principalmente para ensinar conteúdos relacionados à educação sexual ou moral.

Muitos atribuem ao professor John Holt a fonte da proposta. Ele escreveu uma crítica à escola e defendeu que a criança receberia uma

aprendizagem melhor, se fosse educada em casa. Nesse caso, os próprios pais poderiam ensinar seus filhos ou contratar professores particulares para ministrar os conteúdos educativos em aulas presenciais ou a distância (EaD).

Em suma, diante de tantas questões educativas que a pandemia do coronavírus tem apresentado ao debate, talvez o tema do *homeschooling* seja o mais nocivo para o futuro da escola.

Maio / 2020

## 5.

### ELEIÇÃO MUNICIPAL, NOVO FUNDEB E O DEBATE EDUCACIONAL

A eleição para prefeito/a nem começou direito e o debate em torno da educação já aquece as rodas de conversa. Com o ensino fundamental praticamente universalizado em todo o país, o maior desafio que os/as futuros/as prefeitos/as encontrarão diz respeito à expansão das vagas no ensino infantil, especialmente na abertura de novas vagas nas creches. Isso se explica porque há a estimativa de que apenas 36% das crianças, com idade entre 0 e 3 anos, estejam matriculadas em uma creche. Para compreender o tamanho do desafio, o Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece que, até 2024, 50% de todas elas estejam matriculadas, medida que demanda a abertura de mais vagas em todo o país.

Essa realidade é mais gritante quando se faz o recorte socioeconômico. Enquanto 29% das crianças mais pobres frequentam uma creche, 51% das mais ricas já estão matriculadas em uma. Em outros termos, além do desafio da ampliação das vagas, a distribuição delas deve ocorrer de tal modo que a equidade seja garantida, medida que pode beneficiar, diretamente, as camadas sociais mais vulneráveis da sociedade. Vale lembrar que, atualmente, de cada três vagas existentes



nas creches, duas são em instituições públicas de ensino, beneficiando, de forma gratuita, as mães e os pais que não têm onde deixar os/as filhos/as enquanto trabalham.

Ora, diante do problema, qual deve ser a solução para atender a demanda, ainda mais se considerarmos a crise econômica e fiscal que a maioria das cidades passa? A resposta pode ser encontrada no novo Fundeb. Aprovado recentemente pelo Congresso Nacional, o fundo será constituído, a partir de 2022, com recursos adicionais na ordem de 7,6 bilhões de reais, chegando ao patamar de 17,1 bilhões em 2026. Isso significa dizer que, nos próximos 5 anos, haverá um incremento financeiro de 65 bilhões de reais no Fundeb. O novo Fundeb, além de ter sido convertido em texto constitucional, estabelece o aumento da responsabilidade da União na composição financeira do fundo, passando dos atuais 10% para 23% em 2026. Desse percentual, 5% devem ser destinados para a educação infantil, o que pode significar a transferência de mais recursos para garantir o cumprimento das metas do PNE.

Entretanto, o mesmo consenso que foi constituído para aprovar o novo Fundeb, mesmo com as tentativas do governo federal em adiar a aprovação do fundo, não tem sido visto no debate para regulamentar o dispositivo financeiro em questão. De um lado, percebe-se a atuação de forças políticas que defendem o papel do Estado para garantir, de forma pública e gratuita, o uso dos recursos do Fundeb para a construção de creches, a contratação de recursos humanos (professores/as, técnico-administrativos, etc.) e equipar as novas unidades com base em critérios técnicos.

Do outro, setores da sociedade e do próprio governo federal defendendo a adoção do *voucher* para a ampliação das vagas, através da celebração de convênios com instituições privadas (com ou sem fins lucrativos) de ensino. Para exemplificar o que foi dito, enquanto o novo Fundeb tramitava no Congresso Nacional, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) e o ministro da Economia, Paulo Guedes, defendiam que os recursos do Fundeb compusessem o programa Renda Brasil, ação governamental que visa substituir o Bolsa Família. Pois bem, a

ideia do governo federal é que parte dos recursos do suposto novo programa fosse destinado para a educação, através do mecanismo do *voucher*.

Diante de tamanha polêmica que envolve o destino de recursos públicos, a impressão que se tem é que boa parte da classe política apoie a proposta do Governo Bolsonaro, caso ela entre na regulamentação do novo Fundeb. Isso se justifica porque é mais simples e menos oneroso celebrar convênios e pagar por vagas em instituições privadas de ensino disponíveis do que construir novas creches públicas. Talvez isso explique o fato de grupos econômicos, a exemplo da Kroton, estarem de olho nos recursos públicos destinados ao novo Fundeb. Dois são os motivos: 1) A maioria das matrículas no ensino superior já é ofertada por instituições privadas; 2) O orçamento público destinado à educação básica é bem maior de que o destinado ao superior.

Caso a adoção do *voucher* seja efetivada, a educação, que é um direito de todos/as, será balizada pelos interesses do Mercado. Como diz o professor Luiz Carlos de Freitas (UNICAMP), no livro *A reforma empresarial da educação*, “a qualidade da escola, portanto, é uma mercadoria que está disponível em vários níveis e que pode ser “comprada” pelos pais. Compete ao Estado apenas garantir o básico para o cidadão, expresso no valor do *voucher*” (FREITAS, 2018, p.32).

O tema da educação é uma constante nos debates que giram em torno da eleição. Propostas e mais propostas são feitas, nem sempre com embasamento científico ou aderência com a realidade. O que sabe, de fato, é que os/as postulantes ao cargo de prefeito/a precisam apresentar medidas concretas para as etapas do ensino infantil e fundamental. Portanto, é bom ficarmos atentos ao que cada candidato proporá quando o assunto for a ampliação das vagas nas creches. Essa proposta dirá para onde os recursos provenientes do novo Fundeb serão utilizados em cada município.

Outubro / 2020

## 6.

### O FUTURO DO FUNDEB E A PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Os/as ouvintes que acompanham a coluna têm percebido a importância do aporte adicional de recursos para a educação básica que o novo Fundeb trará. Como se sabe, estima-se que haja a adição de 65 bilhões de reais nos próximos anos, recursos que devem ser destinados para a manutenção e desenvolvimento do ensino infantil, fundamental e médio.

Pois bem, na madrugada da última sexta-feira, 11 de dezembro de 2020, a Câmara dos Deputados deu o primeiro passo para que o novo Fundeb seja regulamentado e executado no ano que vem. O relatório apresentado pelo Deputado Federal Felipe Rigoni (PSB/ES), parlamentar que compõe a denominada bancada da Fundação Lemann, representou um importante avanço. Além de deixar nítido a destinação dos recursos, incorporou outros elementos relevantes, como a questão da gestão democrática, da destinação dos recursos para o ensino infantil e, mesmo sofrendo algumas críticas, estabeleceu parâmetros mais equânimes para a distribuição dos recursos para as escolas, considerando o número de matriculados, índice de desenvolvimento econômico e social, nota no IDEB, etc. Entretanto, o acordo fechado em torno do relatório foi desfeito no ato da votação. A bancada do governo federal apresentou um conjunto de destaques que, grosso modo, significa a destinação de recursos públicos para escolas particulares ou religiosas.

A primeira medida aprovada foi a liberação do uso de recursos do Fundeb na celebração de convênios com as escolas vinculadas ao Sistema 'S' (SENAI, SESC, SESI, SENAC). O destaque aprovado possibilita que as redes estaduais/municipais de educação pública paguem ao Sistema 'S' pelos serviços prestados por ela, seja na oferta de ensino profissionalizante ou, até mesmo, na oferta de vagas no ensino regular.

Em outros termos, em vez de construir escolas profissionalizantes, a medida permite que a ampliação das vagas ocorra em instituições privadas, o que é um atentado contra o caráter do público da educação. Não custa lembrar que o Sistema 'S' é beneficiado com a isenção do salário educação e a transferência de recursos públicos para ela.

Outro destaque aprovado permite que o dinheiro do Fundeb seja destinado ao pagamento do salário dos/as trabalhadores/as da educação em geral, incluído aqueles/as que trabalham em escolas confessionais/filantrópicas, e não apenas aos/as dos/as docentes, como prevê o texto constitucional. Não custa lembrar que boa parte dos recursos do Fundeb é utilizado para o cumprimento da lei do Piso Nacional do Magistério, medida importante para a valorização profissional do/a professor/a. Com a ampliação da base dos beneficiados, muito provavelmente o salário dos/as professore/as não terá aumento acima da inflação, o que obrigará a revisão da lei do Piso ou até mesmo seu fim.

Entretanto, talvez a medida mais preocupante tenha sido a que permite o uso de recursos do Fundeb em escolas particulares (confessionais e filantrópicas). Diferentemente do ensino superior, onde a maioria das matrículas está em instituições privadas — com ou sem fins lucrativos -, as matrículas da educação básica se concentram, majoritariamente, na escola pública. Dados do Censo Escolar da Educação Básica, estudo elaborado pelo Ministério da Educação, apontam que, em 2019, 71% dos matriculados no ensino infantil estavam em escolas públicas, 80% do ensino fundamental e 87% do ensino médio.

Ora, ao liberar o uso de recursos do Fundeb para as escolas confessionais e filantrópicas, a Câmara dos Deputados autoriza os/as governadores/as e prefeitos/as ampliarem as vagas em escolas não-públicas, a exemplo do que aconteceu no ensino superior nos últimos 30 anos. É o caráter público e gratuito da escola, direito garantido pela Constituição, que está em jogo. Além disso, tal medida permite a adoção do *voucher* como política de financiamento da educação básica. O *voucher* é o caminho mais curto para a mercantilização da educação.

Essas três medidas desconfiguram o espírito do novo Fundeb, aprovado com o objetivo de garantir mais recursos para o financia-

mento da educação básica, contribuir com o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE), valorizar o magistério e fortalecer a escola pública. Em outros termos, de forma oportunista e traiçoeira, a bancada do governo federal na Câmara dos Deputados traiu a essência do Fundeb ao permitir o uso de recursos públicos em escolas particulares. Agora é torcer para que a situação seja revertida, recolocando o Fundeb no seu trilho original.

Dezembro / 2020

### Referências

- ADORNO, T.W. *Educação e emancipação*. Tradução Wolfgang Leo Maar. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.
- BRASIL. *Ministério da Educação*. Lei nº 14.113/2020. Brasília, 2020.
- FREITAS, L.C. *A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias*. São Paulo: Expressão popular, 2018.
- FRIEDMAN, M. *Capitalismo e Liberdade*. Tradução Luciana Carli. São Paulo: Nova Cultura, 1988.
- HORT, J.; FARENGA, P. *Ensine do seu jeito*. Tradução Leonardo Araújo. Campinas: Kíron, 2017.
- ILLITCH, I. *Sociedade sem escolas*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- LAVAL, C. *A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público*. Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2019.
- SAVIANI, D. *Escola e democracia*. Campinas: Autores Associados, 2008.

## Seção IV

### ÉTICA E POLÍTICAS DA NATUREZA

*Evaldo Becker*

## 1.

### FILOSOFIA E DEMOCRACIA

Booo! Quem tem medo da Filosofia? Medo de quê, camarada?

Nos últimos meses temos presenciado diversos ataques à filosofia, aos professores de filosofia e aos filósofos. Os ataques são desferidos por diferentes personagens: por altos nomes do governo Bolsonaro, incluindo aí um ex-ministro da educação, e até mesmo por um indivíduo que é tido por “guru” do governo; e que, apesar de não ter sequer concluído o Ensino Médio, se diz filósofo. Este, que na verdade afirma ter realizado curso de astrologia, adora responsabilizar os filósofos pelos descaminhos do Brasil. Como explicar tais ataques à filosofia num país supostamente democrático e em plena era do conhecimento?

Para compreendermos melhor o sentido de tais ataques é importante lembrarmos o que é mesmo a filosofia. O conceito vem do grego e é formado pela junção de dois termos *filo* que significa amor ou amizade e *sofia* que significa conhecimento. Desta forma, filosofia significa exatamente o amor ou a amizade pelo conhecimento. O que nos deixa mais intrigados, nesse sentido, é que justamente na chamada “era do conhecimento”, estamos presenciando ataques à disciplina que surge enquanto promotora, defensora do conhecimento. Penso que isso já nos forneça bons indícios do porquê destes ataques. Trata-se de um movimento que se coliga com uma forma anti-filosófica de pensar o mundo.

Antes da filosofia o pensamento que vigorava era o mitológico, pautando na reverência sem questionamentos, de explicações que tinham como fundamento para os assuntos humanos a interferência contínua de divindades. Os eventos humanos eram explicados a partir da interferência direta ou indireta dos deuses gregos como Zeus, Apolo, Afrodite, Minerva, Ares etc. Nesse cenário, a filosofia surge enquanto alternativa para explicar os fenômenos, ela surge em contraposição ao mito.

A filosofia contrapõe o *logos* ao mito, ou seja, contrapõe uma forma de pensar lógica, racional, com explicações de causa e efeito completamente naturais, ao pensamento mágico e sobrenatural. A partir de então, o mito passa a ser considerado como sendo uma linguagem metafórica, fantasiosa e mesmo mentirosa, falsa. *Mito* e *logos* passam a se contrapor ao longo da história do Ocidente e se alternam no poder.

A filosofia preocupa-se de início com a *physis*, ou natureza, tentando explicar seu funcionamento; o que dá origem às matemáticas, à geometria, à física e à astronomia. Em seu princípio, temos pensadores como Tales de Mileto, Pitágoras de Samos, Heráclito de Éfeso e Demócrito de Abdera, que formulam explicações acerca do funcionamento da natureza com base em causas naturais.

Com o passar do tempo e com o crescimento das cidades e de um estilo de vida mais urbano, a filosofia passa a se interessar pelos problemas da cidade, da *Polis*, e a filosofia da natureza cede lugar ao pensamento ético e político. É com Sócrates que se dá essa transformação; com ele nasce o pensamento ético e os questionamentos acerca do justo e do injusto, do bem e do mal, da cidadania e da democracia, de seus limites e possibilidades. É aí também que começam os problemas e os incômodos. Um estilo de pensamento livre e questionador incomoda as mentes conservadoras e dogmáticas, e Sócrates, considerado o mais sábio dos gregos, é condenado à morte por supostamente corromper os jovens e criticar os deuses.

Após a morte de Sócrates, o pensamento filosófico prossegue em sua trilha com Platão, Aristóteles e muitos outros, que continuam a pensar e questionar os modelos políticos e epistemológicos vigentes.

Durante a longa e obscura Idade Média, a Filosofia acaba por se tornar serva da teologia e a razão dá lugar à fé. O que não significa que os pensadores medievais ignorassem ou deixassem de se dedicar à filosofia. Santo Agostinho, por exemplo, era um grande leitor e admirador dos textos de Platão e ao final da Idade Média, São Tomás de Aquino ajuda a retomar no Ocidente, o pensamento de Aristóteles. Ele considerava que fé e razão podiam e deviam caminhar lado a lado, cada uma com seu foco e campo próprios de atuação. Mas o que se vê é



que a filosofia continua incomodando a todos aqueles que querem agir de forma dogmática, intolerante e contrária ao conhecimento racional e crítico.

Apesar de tudo, a filosofia continua a se dedicar ao pensamento crítico e ao conhecimento. Pensadores como Francis Bacon, René Descartes, Galileu e tantos outros fazem com que avancemos no conhecimento da natureza e da ciência através da criação de diversos métodos científicos. Tudo isso faz com que melhoremos substancialmente nossa qualidade de vida, e de uma expectativa de vida de cerca de 25 anos, que vigia na Idade Média, passamos a viver mais e melhor, graças ao impulso filosófico para o progresso das ciências.

Uma das épocas mais marcantes da história da filosofia é o Iluminismo ou Filosofia das Luzes. Com o fortalecimento do pensamento moderno temas como a tolerância religiosa, a laicidade, a separação entre Igreja e Estado, a educação pública e a formação cidadã, passam a ocupar as mentes de pensadores como Rousseau, Montesquieu, Voltaire e Condorcet. A intolerância e o fanatismo começam a ceder espaço para a era dos direitos, uma era de maior tolerância religiosa, na qual ninguém deveria obrigar ninguém a seguir seu próprio credo religioso. Esse também é o período no qual se criticam a escravidão e o desrespeito pela condição de submissão das mulheres, que passam a contar com eminentes defensores como o filósofo Condorcet, por exemplo, que acreditava que estas tinham as mesmas capacidades de estudar, pensar, trabalhar e agir em sociedade.

Parece ser exatamente este tipo de pensamento que incomoda aos governantes intolerantes e obscurantistas de hoje, que se voltam contra o pensamento das Luzes, dos direitos e do reconhecimento de uma igual dignidade por parte de brancos, pretos, homens, mulheres etc, independentemente de raça, cor, gênero ou credo.

A filosofia, por ser crítica e antidogmática desagrada a todos aqueles que são contrários à liberdade de pensamento e de crença. Desagrada enormemente àqueles que querem pregar a ignorância e a obediência passiva, condutas que já geraram inúmeras mortes e infelicidades ao longo da história.

A política, a estética, a lógica, a teoria do conhecimento e a ética são campos de atuação da filosofia desde sempre. Estranho é perceber que em pleno século XXI estejamos vivenciando movimentos contrários a este tipo de pensamento. Na era do conhecimento, agir contra aqueles que se dedicam a buscar e ampliar o saber, parece ser uma insanidade, um contrassenso. É agir na contramão da história.

Como sugeria o filósofo Immanuel Kant: devemos ter coragem de pensar, afinal é isso que nos distingue das bestas ferozes. Pensar não dói, experimente...você vai gostar.

*Novembro / 2018*

## 2.

### ÉTICA AMBIENTAL

Apesar de a ética ser um campo de reflexão muito antigo, remontando à Sócrates, no século V a.C, as preocupações éticas em relação ao meio ambiente são bem mais recentes. Ao longo do século XVIII certos autores, como o genebrino Jean-Jacques Rousseau e o inglês Jeremy Bentham, por exemplo, começam a se preocupar com o excessivo distanciamento do homem em relação à natureza e com as atitudes tirânicas tomadas em relação a ela. Estes começam a esboçar uma preocupação em relação ao que viria a se constituir como sendo o direito dos animais, por exemplo.

O reconhecimento de que certos animais são capazes de desenvolver ideias e conhecimento, aliado ao reconhecimento de sua sensibilidade e da capacidade de sofrer, fazem com que estes autores atribuam senão o direito aos animais, ao menos o dever que os homens têm de não fazerem sofrer inutilmente outros seres sensíveis. Entretanto, é somente em meados do século passado que a ética ambiental se constitui como um campo específico da reflexão ética. O advento de

novas tecnologias e a ampliação da capacidade que os homens têm de impactar a natureza, forçam a mente humana a refletir acerca de suas responsabilidades em relação ao meio ambiente e a tudo que nos cerca. Alguns autores contemporâneos como Gilberto Dupas, assinalam como marco definitivo da relação entre ciência e ética, o Projeto Manhattan, que produziu a bomba atômica e que destruiu em minutos as cidades de Hiroshima e Nagasaki.

Dupas ressalta que “pela primeira vez a humanidade estava em condições de exterminar a si mesma utilizando-se do progresso científico e tecnológico para tornar a Terra inabitável” (DUPAS, 2007, p. 16). A ampliação de nosso potencial de destruição e a crescente degradação da natureza, fazem com que a ética inclua a natureza como foco de suas reflexões, criando um campo contemporâneo de investigação denominado “ética aplicada”.

No verbete *Ética aplicada*, presente no *Dicionário de Ética e Filosofia Moral*, Marie-Hélène Parizeau nos explica que “a expressão ‘ética aplicada’ aparece nos Estados Unidos ao longo dos anos 1960 com a explosão de novos campos de interrogação ética no seio da sociedade. No curso dos anos 1970, alguns desses campos se estabilizaram e polarizaram em ‘bioética’, ‘ética ambiental’, ‘ética dos negócios’ e ‘ética profissional’” (1996, p. 694).

A conturbada relação dos homens com o meio ambiente, a produção de venenos e pesticidas de ação duradoura, a dizimação de mais da metade das espécies animais e vegetais do planeta em menos de meio século, o aquecimento global derivado da ação antrópica, a escassez de água potável, que já é responsável por inúmeras mortes, guerras e conflitos ao longo do globo; nos advertem acerca da necessidade de pensar a ação humana em relação à natureza de forma mais responsável, sob pena de tornar o planeta incompatível com a sobrevivência futura da humanidade.

É preciso lembrarmos que independentemente do papel que atribuamos ao homem em relação aos outros seres, somos parte da natureza e dependemos dela para sobreviver. A reflexão acerca da ética ambiental é urgente, e mais urgente ainda é a mudança de hábitos em

relação à natureza. Não basta apenas compreendermos melhor nossa relação com a natureza, é preciso darmos um passo a mais, é preciso mudarmos nossas atitudes em relação a ela. É preciso entendermos que a natureza por si só não desencadeia questões éticas, as questões éticas são desencadeadas sempre, à partir das relações que as sociedades estabelecem com ela. A ética ambiental é na verdade e sempre, uma ética socioambiental; e diz muito acerca da forma como estruturamos nossa vida coletiva e sobre qual o papel que atribuímos à natureza em nossas sociedades. Por isso, antes de agir é preciso refletir; e refletir acerca de nossas ações, na tentativa de justificá-las, é adentrar no campo da ética. Bem-vindos!

*Abril / 2018*

### 3.

## UMA NOVA ÉTICA PARA O USO DAS ÁGUAS

Neste início de século XXI, a relação dos seres humanos com as águas do planeta desperta graves preocupações e enseja a necessidade de repensarmos nossas relações com este elemento indispensável à vida, evidenciando a necessidade da elaboração e de uma nova ética no uso das águas. A falta d'água e ou, sua má gestão e distribuição, fazem com que esse elemento seja o móvel de inúmeras guerras e conflitos ao longo do planeta. A água ou a falta dela se tornou um dos principais problemas a serem resolvidos por nossa geração.

É possível viver sem o ouro ou os diamantes que foram pilhados ao longo da história e que foram os móveis de inúmeras guerras e genocídios. É possível mesmo viver sem o tão disputado petróleo, já que, como nos mostra a história, durante milhares de anos ele não foi o centro das atenções das civilizações. Contudo, é impossível sobreviver sem acesso à água, e a qualidade de vida decai abruptamente quando a água a que temos acesso é pouca ou de má qualidade.

Grandes especialistas mundiais no assunto, como é o caso da canadense Maude Barlow (2009), denunciam os conflitos em curso na China por exemplo, onde cidades disputam as águas das chuvas que são “roubadas” pela sementeira de nuvens; processo de bombardeamento químico que faz com que a chuva caia em uma cidade antes de chegar em outra. Outros conflitos ocorrem na Indonésia, onde, conforme alerta a estudiosa, a Danone está drenando os aquíferos e onde a água é tão escassa que toda vez que os agricultores vão ao campo para irrigar suas plantações, precisam ir armados de machados e serras para lutar entre si pelos escassos recursos restantes.

Na América latina a situação infelizmente não é diferente. No México, as autoridades confiscaram as fontes de água que se encontram em terras indígenas. Segundo a autora acima citada, “A fonte de um quarto da água do México se encontra em terras indígenas e, ainda assim, muitas comunidades nativas não têm acesso à água” (2015, p. 148).

Essa é outra faceta do que poderíamos chamar de roubo da água dos mais pobres. Na América latina as populações indígenas, tradicionais e pobres, são as que mais são saqueadas pelos governantes e pela meia dúzia de conglomerados que já controlam a maior parte da água doce do mundo.

Um dos exemplos mais chocantes ocorreu na Bolívia em 2001. Na aurora do século XXI, para o lucro de meia dúzia de “investidores/usurpadores” de um lado, e de políticos corruptos do outro, tentou-se privar a maior parte dos cidadãos da Bolívia, em sua grande maioria indígenas e descendentes dos povos originários, da água que corre em seu território e, para a estupefação geral, tentou-se privatizar inclusive a água da chuva.

Felizmente para os bolivianos, após o que ficou conhecido como a “guerra da água”, as empresas que exploravam a água em seu país foram expulsas e este elemento vital foi corretamente reestatizado. Tentativas de privatização semelhantes estão ocorrendo em toda a América, e no Brasil não é diferente.

Já no século XVII, as tentativas de privatização das águas geraram

guerras entre diversos países, incluindo os Países Baixos, a Espanha, Portugal e Inglaterra, por exemplo. Na época, diferentemente do que ocorre hoje, as disputas se davam em torno das águas dos mares. Espanha e Portugal e posteriormente também a Inglaterra, pretendiam privatizar as águas dos mares e através desse monopólio, impedir que essas fossem utilizadas para realizar o comércio de grande escala entre os diversos países e também para a pesca.

Em 1609 o Holandês Hugo Grócio, que havia atuado como advogado da Companhia das Índias, escreveu um Livro chamado *Mare liberum* (A liberdade dos mares) para se contrapor às tendências privatizacionistas dos países acima mencionados. Grócio alegava que as águas deveriam ser consideradas como “coisas de uso comum” e que não poderiam estar entre as coisas que podem ser privatizadas. Ele será criticado e combatido pelo frade português Serafim de Freitas, em sua obra *De justo imperio lusitanorum asiatico* (O justo império lusitano sobre a Ásia) publicada em 1625, e pelo jurista inglês John Selden em seu *Mare Clausum* (mar fechado) publicado em 1635.

Felizmente, na época, a tese de que a água deveria permanecer como algo de uso comum; diríamos coletivo, ou mesmo público, prevaleceu. Mas hoje não se trata tanto das águas dos mares, pois estas são reconhecidas em convenções internacionais, como patrimônio comum, podendo ser utilizadas por todos os povos. A ênfase hoje, recai sobre as tentativas de privatização das águas doces, necessárias para a dessedentação humana, animal e para o cultivo das plantas.

As experiências relativas às tentativas de privatização deste recurso, que já é considerado por muitos como sendo um “direito humano fundamental”, mostram que a privatização da água ajuda a aumentar os conflitos e as desigualdades no acesso a esse elemento fundamental. Além de contribuir substancialmente para o aumento da poluição. Ainda conforme Barlow (2009, p. 107), “a indústria da água engarrafada é uma das mais poluentes do mundo, e uma das menos reguladas. A maior parte da água engarrafada é vendida em garrafas plásticas feitas de polietileno tereftalato (PET), derivado de petróleo bruto, e produtos químicos, como polietileno e ftalatos, que podem vazar da garrafa para

a água e certamente para o solo”. Para piorar, estima-se que “menos de 5% das garrafas plásticas do mundo são recicladas”.

Conforme a autora, a Nestlé, “é a maior empresa de água engarrafada do mundo e está promovendo agressivamente o marketing da água engarrafada” (2015, p. 96). Problema que interessa diretamente ao público brasileiro, já que esta empresa é uma das principais interessadas na privatização do Aquífero Guarani, por exemplo, e mais recentemente, também se interessa pelo Aquífero Alter do Chão, maior aquífero inteiramente brasileiro. O histórico não é bom, já que esta mesma empresa tem sido processada e denunciada por biólogos, pelo ministério público e pelas comunidades afetadas pelos impactos causados em Minas Gerais, onde esta já se estabeleceu, e é acusada de exaurir fontes de água e de promover a poluição deste elemento.

Num país em que grandes parcelas da população sofrem pela falta d’água encanada e que vê seus reservatórios terem os níveis de água extremamente reduzidos, caberia a pergunta: a quem pertence a água do Brasil? Ela pertence ao povo desta República dita democrática, ou aos governantes de passagem, que visam lucros privados e não se importam com os prejuízos públicos? É justo privar grandes parcelas da população do acesso à água para que este elemento enriqueça ainda mais a meia dúzia de conglomerados internacionais que já controlam a maior parte da água no mundo? Em nosso entender, estas são algumas das questões que deveríamos nos fazer. É sempre bom lembrar que Brasil, Canadá e a Rússia são os países que detêm a maior quantidade de água doce do planeta, e justamente por isso devem tratar desse elemento vital de forma séria e estratégica. Enquanto Canadá e Rússia tratam este elemento como algo público, que resta sob o controle do Estado, o Brasil, infelizmente está cedendo aos “apelos” das indústrias privadas e tende a ampliar a falta de acesso à este elemento por amplas parcelas de sua população, contribuindo para ampliar ainda mais os conflitos que têm a água como fundamento primeiro.

Em Sergipe a situação de descaso com nossas águas, infelizmente não é diferente, grandes parcelas da população não dispõem ainda de acesso à água tratada em quantidade suficiente e os rios e fontes encontram-se

poluídos. O Rio São Francisco, que é responsável pelo abastecimento de 70% da água de Aracaju, encontra-se altamente poluído, assoreado, salinizado e maltratado. Enquanto a população da capital recebe a água que percorre centenas de quilômetros até suas casas, muitas populações ribeirinhas sofrem com o desabastecimento constante.

Como pode alguém que mora na beira do rio, sofrer com falta de água encanada e tratada? Talvez o fato de serem ribeirinhos, índios, quilombolas, pescadores e pequenos agricultores, explique alguma coisa. Para piorar a situação, ainda se planeja a instalação de 4 Usinas Nucleares nas margens do Velho Chico, que terá de emprestar suas águas para o resfriamento das turbinas.

Sergipe e alagoas que são contemplados com a parte final do percurso do Rio, deveriam ter sempre presente a frase de HART, (*apud*; BARLOW, 2015, p. 175-176): “O que acontece rio acima afeta tudo o que ocorre rio abaixo”. Penso que já passou da hora de tratarmos o Velho Chico, que é o maior patrimônio natural do Sergipe, de forma mais ética e respeitosa.

Em seu livro *Água, futuro azul*, traduzido para o português em 2015, Maude Barlow escreve: “É hora de ter alguma humildade. Devemos adotar uma nova ética da água que coloque sua proteção e a sua restauração no centro das leis e políticas que sancionamos.” (BARLOW, 2015, p. 176). A mudança de nossa relação ética com as águas é fundamental e urgente. Se não mudarmos nossa forma de agir em relação a este elemento, passaremos de um país rico em água, para um país com uma população carente de água e de saúde, gerando mais conflitos, infelicidades e doenças, simplesmente pela falta de vontade política e por um excesso de cupidez.

Agosto / 2018

## Referências

BARLOW, Maude. *Água, pacto azul: a crise global da água e a batalha pelo controle da água potável no mundo*. São Paulo: M. Books, 2009.



- BARLOW, Maude. *Água, futuro azul: como proteger a água potável para o futuro das pessoas e do planeta para sempre*. São Paulo : M. Books, 2015.
- BARLOW, Maude. *Vers un pacte de l'eau*. Traduit de l'anglais par Françoise Forest. Montréal : Les Éditions Écosociété, 2009.
- DUPAS, G. *O mito do progresso: ou o progresso como ideologia*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.
- FREITAS, Serafim. *Freitas contre Grotius sur la question de la liberté des mers : Justification de la domination portugaise en Asie*. Traduit par A. Guichon de Grandpont. Paris : J.P. Aillaud, Guillard et Cie, 1625 (1882).
- GROTIUS, Hugo. *Dissertation de Grotius sur la Liberté des Mers*. Traduit du latin avec une Préface et des notes par A. Guichon de Grandpont. Paris : Imprimerie Royale, 1845.
- LÉTOURNEAU, Alain. Gouvernance et gestion intégrée de l'eau par bassins versants : Problématique et requêtes d'une communication consensuelle. In: Choquette, Catherine et Létourneau, Alain (orgs). *Vers une gouvernance de l'eau au Québec*. Québec, Éditions MultiMondes, 2008.
- PARIZEAU, Marie-Hélène. Ética Aplicada. In: CANTO-SPERBER, Monique. *Dicionário de ética e filosofia moral*. Vol. I. Tradução de Ana Maria. Ribeiro-Althoff et all. Coleção Ideias. São Leopoldo – RS, Unisinos, 2007.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Apresentação e comentários de Jean-François Braunstein; Tradução de Iracema Gomes Soares e Maria Cristina Roveri Nagle. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Ática, 1989.

**Seção V**

BRASIL “TROPICAOS”

*Marcelo de Sant’Anna Alves Primo*

## 1.

### O EMPODERAMENTO DA BURRICE

Revisitando o texto “A gênese da burrice”, último texto do livro *Dialética do esclarecimento*, escrito a quatro mãos pelos filósofos alemães Adorno & Horkheimer, me deu o que pensar acerca do atual cenário político brasileiro. Mais especificamente, no sentido de que para ser político e, conseqüentemente, fazer política, o critério último — e de sucesso — é simplesmente não saber nada da função a qual se foi elevado e designado. Em outros termos, o que predomina e está capitaneando a nação é uma *burrice* política e, convenhamos, nada tímida à medida que se aproveita da velha e crônica tendência brasileira a perceber e a agir lentamente quando se trata de se opor a tudo que denigre e atrasa o país.

Pensemos à luz do breve texto supracitado: a metáfora usada pelos autores é a do caracol, cujo símbolo da inteligência seria a sua antena e que, perante algum obstáculo, ela se retrai. Somente a duras penas virá à tona novamente para ousar ser autônoma. E se o perigo ainda pairar, ela se encolherá até o momento de não mais se valer de nenhuma tentativa. O sentido do caracol é dependente do músculo, e este enfraquecendo-se, seu desempenho fica comprometido, deixando o corpo inoperante por uma ferida física e o espírito petrificado pelo temor.

Ora, o cenário não é nada otimista: se os animais mais desenvolvidos são o que são devido a seu grau maior de liberdade, a sua existência evidencia que, em outros tempos, as antenas foram voltadas para outras direções sem serem suprimidas. Cada uma de suas espécies representa a frustração de infinitas outras espécies que malograram quando quiseram avançar, espantadas quando uma de suas antenas direcionou-se rumo à sua evolução. As suas potencialidades, sendo impedidas pela resistência imediata do *habitat* que as cercam, fizeram com que essa repressão natural se espalhasse interiormente em seus organismos, atrofiando órgão a órgão pelo medo. Mais do

que isso: não é a determinação natural do animal que o deixa sob a tutela de sua própria condição, mas a força exterior que o enfrenta poderosamente existe desde os primórdios da existência. Deixou-o estagnado em sua fase evolutiva, bloqueando-o sucessivamente quando ele deseja superar tal fase. Um primeiro olhar frágil, meramente curioso, segundo Adorno e Horkheimer, mesmo tendo boa vontade e esperança mínimas, não é suficiente já que carece de uma energia permanente. Assim, por potências externas, esse olhar é impedido de ir mais além, transformando o animal — no nosso contexto, esse *zoo politikon* enfatizado com todas as letras por Aristóteles — em uma criatura acanhada e burra.

A desinteligência significa que os músculos foram imobilizados logo de saída, ao invés de se desenvolverem e evoluírem. Sendo impedidos, repetiram, como Sísifo, sem êxito inúmeras vezes as suas investidas para se superarem. Para pensarmos além do texto que inspirou essas linhas, a burrice inicial no decorrer da existência permite ver — se ainda tivermos a esperança em um olhar crítico, não de caracol — além da gênese da burrice, uma história e o empoderamento de outras burrices que não são sinônimo de timidez, mas, muito pelo contrário, que estão longe de uma retração muscular inibida por aquilo que se lhes opõe. Movidas e legitimadas por outras burrices que, saídas da casinha, movem-se com seus tentáculos tentando engolir toda e qualquer resistência. Se a burrice é uma cicatriz, ela ficou uma marca indelével tanto naqueles que a empoderaram e agora não tem a mínima coragem de fazer uma *mea culpa* e, pior ainda, nos que *se antenaram* e, desde a sua gênese, tentaram lutar contra ela.

Novembro / 2019

## 2.

### A NOSSA IDADE MÉDIA

De certa monta, recebo pelo WhatsApp um cartaz, no mínimo, curioso. Tratava-se de um evento anunciando um colóquio católico universitário, com o claro e dogmático intuito de combater a “ideologia universitária” agindo por várias frentes: contra o aborto, contra o feminismo, contra o ateísmo e contra tudo que seja suspeito de heterodoxia libertária no *métier* acadêmico. E mais: foi denominado como um evento *científico* [pasmem!].

Quando volto ao passado e penso nas aulas de história que tive sobre a idade média e nas aulas que tive de filosofia medieval, penso que a tão famosa “noite de mil anos” ou “era das trevas” era muito mais sofisticada e intelectual do que esse proselitismo religioso travestido de ciência, querendo vincular coisas que nada têm a ver com outras. Não que eu incorra na inocência de querer que ressurjam novos Rogers Bacon, Marsílios de Pádua, Nicolaus Copérnicos e outros autores medievais que souberam separar claramente o que é do âmbito científico e o que é do âmbito da crença, mesmo acreditando em um deus. Mas se existe uma era das trevas soberba e vulgar, incauta e empedernida, essa era, sem dúvida, é a nossa, que de moderna e racional não tem absolutamente nada. Quando o historiador francês Alain de Libera nos instigara com o título do seu livro *Pensar a idade média*, deu uma sugestão inconsciente de refletir — enquanto nos permitem nos supostos redutos do livre-pensamento e da crítica — acerca da *nossa* idade média, em particular sobre como velhos fantasmas do fanatismo e da intolerância agora voltam com toda a força, por meio de uma ignorância nada douta.

Penso aqui em um outro episódio. Uma vez aqui na cidade de Aracaju ocorrera um encontro de ateus. Convidaram-me a comparecer e eu categoricamente recusei. Mas por que? Simplesmente pelo fato de que descrença não é doutrinação, mas uma opinião devidamente

fundamentada contra uma tradição civilizatória que até hoje — logicamente — entende que tudo deve passar sob o crivo da crença em divindades e do aval das religiões, como, por exemplo, a ciência, a política e a moral. Na verdade, quem não crê levanta problemas éticos seríssimos, como, por exemplo, questionar o frágil vínculo entre ser religioso e ser bom, entre crer em um deus e bem-agir. Em suma, coisas do cotidiano que mostram o quão abismal é a distância entre o que se prega e o que se faz.

Voltando ao assunto que motivou esse humilde textículo, penso que todos têm liberdade de ir ao supracitado evento, onde religião e ciência caminharão de mãos dadas. Entretanto, o que pensariam se fosse realizado um colóquio, aqui na universidade, de estudiosos que vão na mão contrária, de descrentes compromissados com o saber e não com as suas opiniões particulares? Seria *ideologia*, que não tardaria a levar investidas de outras ideologias oficiais, as quais sabemos que já existem de longa data.

Fevereiro/2020

### 3.

## NÃO IMPORTA QUEM EU SEJA: SOU MELHOR DO QUE VOCÊ

Revisitando o célebre filme *Cronicamente Inviável*, de Sérgio Bianchi, uma fala ficou impressa no meu pensamento, proferida por um personagem dono de restaurante falso moralista que não hesitava em usar e abusar de seus funcionários quando bem entendesse: “*despedir não tem graça. divertido é humilhar*”. Ora, essa frase sintomática me leva a tentar analisar aqui dois fatos recentes que repercutiram bastante em todas as mídias possíveis, evidenciando que ainda permanece o tacanho espírito de casta nas relações sociais no Brasil, independente da classe ou função social. Mesmo com desfechos diferentes nos epi-

sódios que serão abordados, fica a questão: *status quo* é sinônimo de cidadania, consciência de classe e respeito ao próximo?

O primeiro fato envolveu um casal do Rio de Janeiro, a esposa engenheira química formada, o marido engenheiro civil formado. Ambos *nunca* exerceram o ofício de formação, mas em sociedades que determinadas profissões impõem respeito mesmo não levando em conta a competência para praticá-las, pessoas iludidas de sua superioridade conforme a escolha profissional para as suas vidas sempre tendem a humilhar outras que estão justamente no exercício do seu trabalho. Sabemos à exaustão que a recomendação nesses tempos de pandemia é ficar em casa, evitar aglomerações o máximo possível e, na necessidade de sair de casa, proteger-se adequadamente para não contrair o COVID e não contaminar os seus pares. Contudo, como o bom senso está longe de instalar nessas bandas, a lei tenta ser executada, desde muitas individuais para quem não usa máscara até fechar estabelecimentos que não estão respeitando recomendações de saúde pública. Na contramão, o que o respeitável casal faz? Ambos estavam sem as devidas proteções e, quando o marido é instado educadamente, a esposa coloca a formação nunca exercida à frente da cidadania e dispara ao fiscal da vigilância sanitária: “*cidadão não, engenheiro civil, melhor do que você?*”. Apelo desesperado e arrogante que desvela o quanto o dito cidadão de bem brasileiro mostra, consciente ou inconscientemente, a sua vontade de ser superior querendo ser o que não é. E quando determinadas afirmações impactam, simplesmente desdizem ou argumentam que descontextualizaram o que foi dito. E só para não perdermos a piada: o fiscal agredido tinha doutorado...e a moça que soltou a pérola supracitada foi despedida do seu emprego. Querendo humilhar, foi humilhada perante a tudo e a todos, e mesmo, segundo ela, com a melhor das intenções. Destas, todos sabemos, o inferno está cheio...

O segundo episódio lamentável aconteceu na cidade de Santos, com um desembargador que se entende para além do bem e do mal — não no sentido nietzschiano, certamente — e que tem um longo histórico de investidas violentas contra quem já o abordou dentro dos trâmites da lei. Na cidade litorânea, foi estabelecido que muitas serão

aplicadas a quem não estiver nas ruas devidamente protegido contra o COVID. Mas, como de costume, o distinto representante do poder judiciário quando foi enquadrado, reagiu à sua maneira: quis humilhar o guarda municipal chamando-o de analfabeto e emendou o bordão clássico desse espírito de casta que persevera ainda na sociedade brasileira: “*sabe com quem você está falando?*” Mas não é justamente ele que, na eminência de sua posição, deveria manter a máxima compostura e admitir que errou pois desrespeitou as recomendações científicas que são do conhecimento de todos? Em vez disso, como de praxe no enfraquecimento da cidadania que está cada vez mais desnudado, rasgou a multa na cara do policial e, para variar, afirmou, contra todas as imagens registradas do ocorrido, que está sofrendo perseguição política e que o que foi dito inequivocamente foi distorcido. Cinicamente, pediu desculpas ao profissional que foi vítima de sua soberba e preconceito. O guarda, por sua vez, abalado com a reação e não querendo mais trabalhar nas ruas, teve a atitude mais nobre: simplesmente não aceitou a retratação, pois, valendo-me de um dito popular, quem bate, esquece...e quem apanha carrega isso por toda a vida. Traduzindo: para quem humilhou nada acontece. Para quem sofreu a humilhação, traumas infundáveis.

Resumindo a ópera, penso que com tantas inspirações cotidianas, poderiam ser realizadas dezenas de obras retratando a dificuldade de uma formação cidadã brasileira, respeitadora da ciência e defensora da cordialidade imprescindível a quaisquer relações sociais. Entretanto, com todas as tecnologias disponíveis, tudo é registrado para ao menos mostrar qual é a face de uma sociedade que é caracterizada por convicções cada vez mais escancaradas e, diante das evidências, o que não falta são desculpas absurdas para justificar o injustificável. Neste reino tupiniquim de opiniões e crenças, diz Paulo Leminski: “Certeza nunca houve; aconteceu aprenderem a cultivá-la bem antes de pensar bem” (1975, p. 78).

*Outubro / 2020*



## O VÍRUS DA BARBÁRIE

Inaugurando o seu célebre *Discurso do método*, Descartes faz uma afirmativa, no mínimo, controversa para uma leitura do nosso cotidiano: o bom senso é o que há de mais e melhor distribuído dentre a humanidade e, mais do que isso, que ele seria congênito nas pessoas. Entretanto, dentre a torrente de negacionismos de todo tipo que vimos e ouvimos sucessivamente em todos os meios de comunicação, fica difícil nos alinharmos com a máxima cartesiana, pois o dito bom senso está passando bem longe de onde deveria estar sempre presente, mais especificamente, em discussões de cunho científico que não podem recusar a razão para tomarem resoluções urgentes de ordem prática como, por exemplo, a vacinação.

Todos os dias, a ciência vem sendo negada por quem encabeça o governo, afirmando que quem quer se imunizar pode virar um réptil ou regurgitando credíncias de ordem ideológica a respeito da origem de vacinas, gritando em alto e bom som que são contra as “Vachinas”. É importante lembrar, se recorrermos à história, que campanhas contra imunizações coletivas já vieram à tona desde os séculos XVIII e XIX entendendo a vacinação como uma falácia e despotismo médicos e perdendo a sua obrigatoriedade através da Liga Nacional Antivacinação, no Reino Unido, em 1853. Tal campanha foi bastante eficaz com trabalhadores desinformados, estendendo-se ao Brasil quando foram fomentadas verdadeiras revoltas populares contra imunizações até ao ponto de, hoje, sugerirem que existem vacinas com restos de fetos. Nesse sentido, eis o bom senso cartesiano esvaindo-se diante da clara negligência em aplicá-lo às coisas práticas, mesmo sendo natural à humanidade e com todo o poder de discernir o verdadeiro do falso. A certeza dá lugar a convicção cega, não levando em conta o ônus do que essa recusa da ciência pode acarretar, a saber, mortes em massa devido a mesquinhas disputas políticas em vários níveis como sobre compra de vacinas e quem tem prioridade para imunizar-se.

A credence do Monstro da Vacinação, que comia as crianças e depois evacuava, ganha toda a sua força aqui nesta teocracia tropical. Por outro lado, agora veremos até onde os negacionistas vão com a sua descrença nos avanços científicos: simplesmente podem recusar a se vacinarem, apoiando-se em suas próprias literaturas e métodos para se protegerem desse vírus mutante e avassalador que é o do coronavírus. Contudo, negando um disseminam outro, que é o vírus da barbárie, este saltando à vista com suas táticas de desinformação, apoiando-se em autoritarismos, histerias e preconceitos sumários que podemos caracterizar como uma cegueira carola sem precedentes. Assim, o bom senso tão estimado por Descartes torna-se letra morta diante do absurdo aterrorizante que é a negação da ciência mesmo sem saber minimamente o que ela seja e a que fins ela se destina. Em outros termos, os que querem a liberdade de não se vacinarem jamais pode tolher a liberdade daqueles que querem e realmente precisam.

*Janeiro / 2021*

## 5.

### À RAZÃO ABORTADA

Lançando um olhar para trás, no século XVIII as narrativas sobre o aborto eram contundentemente amparadas tanto na ciência naturalista e positivista, como se apoiavam na estima à tríade ética revolucionária Liberdade, Fraternidade e Igualdade na qual as mulheres, contudo, não tomaram parte alguma. Dessa maneira, a problemática do aborto à época é atrelada ao contexto sociocultural caracterizado pela predominância do indivíduo, da razão e da ciência, sendo um fato social que perpassou a história da vida reprodutiva das mulheres em toda a sociedade com uma retórica peculiar. O século das Luzes foi o palco de

avanços e retrocessos no que concerne à condição social e econômica da mulher, com acaloradas discussões sobre a condição feminina. Era a época do surgimento da opinião pública, quando o aborto aparecia nos textos jornalísticos.

Para noções tão complexas como aborto, maternidade, parto, concepção, feto, criança, família foram adotados progressivamente modelos e padrões distintos. O aborto, em particular, era em certas civilizações proibido, mas em outras tolerado e até recomendado por diversas razões de natureza econômica e política, por exemplo. Todavia, com o cristianismo que as atitudes perante o aborto mudaram drasticamente, sendo para a igreja o mais abominável dos crimes, condenando-o publicamente. Ainda hoje, e isso salta à vista, a moral cristã impõe um modo austero de reprovação sobre esse procedimento.

Uma prova cabal dessa moral ortodoxa e anticientífica foi o caso ocorrido com uma menina de dez anos no estado do Espírito Santo. Se fôssemos expor os níveis de ignorância e terror psicológico causados a ela, esse *podcast* seria insuficiente. Desde a descoberta do seu vôo para Recife — onde pôde fazer o aborto legalmente — passando pela exposição de sua identidade até culminar na aglomeração na porta do hospital quando foi massacrada pelo coro dos falsos moralistas sempre de plantão, não precisamos ser muito inteligentes para constatar que, nesse triste momento, a nossa sociedade está muito aquém da capacidade de debater o aborto e os direitos da saúde em mulheres civilizadamente. Quando fundamentalismos religiosos fazem a sua *mise en scène* desnudando individualidades pessoais, só expõem a sua fraqueza argumentativa: defendendo falaciosamente a vida, na verdade, defendem a impunidade das violências corporais.

Assim sendo, afirmo que o tempo só jogou e ainda joga contra as mulheres no direito, na saúde e nas suas condições de existência. E mesmo o aborto, já sendo dissociado científica e juridicamente do infanticídio há quase 300 anos atrás, parece que a própria razão é abortada quando surge a necessidade de um debate sério e urgente a respeito, já que o acesso ao aborto legal no Brasil é um direito civil e constitucional, que obriga as unidades de saúde a fazerem esse atendi-

mento. Tal direito mostra a exigência de pensarmos o nosso presente histórico recorrendo à experiência, ao bom senso e à vida ordinária.

Novembro / 2020

## 6.

### EU SOU PROFESSOR, EU SOU SAMUEL!

Em seu livro *Nada é Sagrado, tudo pode ser dito* (2004), Raoul Vaneigem faz questão de afastar qualquer ambiguidade quanto à tese principal que norteia todo o livro: a liberdade de expressão concedida à humanidade nunca foi, não é e nunca será sinônimo de credenciar qualquer prática desumana. Tolerar todas as opiniões equivale intolera-mente barbáries de qualquer espécie. Nesse sentido, o direito de tudo escrever, pensar, ver e ouvir é consequência de uma exigência anterior: não existe direito à tortura, à matança, a maus tratos, a opressões, a constrangimentos, a privações, a explorações, e aqui especificamente, a *decapitações*. A suposta liberdade de predação é um sem sentido grotesco que deve ser erradicado em nome de uma urgente humanização.

Contudo, o que menos observamos foi humanização no lamentável episódio na França que envolveu o professor de história de 47 anos chamado Samuel Paty, decapitado no meio da rua, perto da escola onde trabalhava. Motivo: após mostrar charges de um jornal humorístico em uma aula justamente sobre liberdade de expressão, o que faz imediatamente vir à memória que o próprio jornal supracitado já tinha sofrido um atentado em maiores proporções resultando em 12 vítimas do extremismo religioso<sup>1</sup>. O professor avisou aos alunos que

---

<sup>1</sup> Sobre o que um estado verdadeiramente laico poderia fazer para combater esse atentados, ver o texto “Morte ao medo islamita”, in: Charb: *Pequeno tratado de intolerância*. Trad. de Jorge Bastos. São Paulo: Planeta, 2015, p. 272-274.

se sentissem incomodados para saírem da sala, um deles ficou para assistir e transmitiu o conteúdo da aula para os seus pais. O pai do aluno emitiu um decreto religioso específico contra infiéis, sendo seguido por um jovem de 18 anos que já tinha postado anteriormente fotos de decapitação em suas redes sociais. Esse é um exemplo evidente de que as plataformas digitais se tornaram o campo privilegiado da disseminação do ódio, colocando este episódio brutal na cronologia recente de atentados ao livre pensamento.

Spinoza já nos dizia há quase 400 anos atrás em seu *Tratado Teológico-Político*: ninguém pode transferir para outrem o seu direito ou faculdade de raciocinar livremente e ajuizar sobre o que for. Um poder que negue aos indivíduos a liberdade de dizer e de ensinar o que pensam será um poder assentado na violência. Mais do que isso, o fim do Estado é a liberdade, garantindo que a mente e o corpo dos indivíduos exerçam em segurança as suas respectivas funções e capacidades, dando livre curso à razão e que não disseminem entre si a discórdia e a intolerância. Em vez dos incomodados usarem os meios legais para defenderem-se de afrontas ignominiosas, preferiram decapitar o corpo do professor e, por metáfora, decapitaram o pensar agindo por suas próprias leis.

Em nome dos intelectuais, fica a lição da última lição de Samuel Paty: nos tempos atuais, ensinar é arriscar-se, pois agora não eliminam mais somente as obras, mas também os autores. Contudo, sigamos sempre, pois nunca irão nos calar.

Dezembro / 2020

## 6.

### CHEGARÁ O ESCLARECIMENTO?

Revisitando o texto sempre atual de Immanuel Kant “O que é esclarecimento?”, nos deparamos ao final do escrito com uma resposta do

filósofo alemão quando supostamente lhes perguntassem se já vivemos em sociedade esclarecida: a resposta é *não*, afastando qualquer otimismo sempre associado ao seu pensamento crítico em relação à evolução moral da humanidade. No máximo, ele faz uma tímida concessão afirmando que é longa e vagarosa a caminhada em direção a um objetivo maior e deveras nobre que é a tão almejada emancipação intelectual no fim do ciclo da história. O pequeno, mas poderoso texto supracitado nos dá a pensar que, se em épocas de coexistência de célebres filósofos e cientistas, esclarecer-se não era coisa fácil, imaginemos nós hoje, estando no olho do furacão de negacionismos de todo tipo e a certeza e evidência dando lugar à convicções sem fundamento mínimo. Em outros termos, fazemos parte de uma sociedade que faz questão de estar nos antípodas do esclarecimento.

Sendo assim, como encontrar sentido ou como confiar em um arranjo histórico universal e providencial que justifique a avalanche de absurdos anti-científicos e morais que nos assolam cotidianamente? Um suposto todo caminhando para o melhor atenua o claro e dogmático retrocesso cognitivo que agora é a marca de determinados contextos? Seria-nos um prêmio de consolação o pensamento de que, por mais que seja negada a ciência em situações específicas, o curso da história prossegue vendo o que a contraria como um mal menor para obtermos um bem maior? Estas são questões perturbadoras inevitáveis quando nos apercebemos que, do jeito que as coisas vão, podemos estar sendo levados a qualquer coisa, menos em direção ao nosso pleno acabamento para nos tornamos seres perfeitos. Diante dos obstáculos, não é mais questão de vagarosidade em direção à autonomia do intelecto, mas um combate aberto contra justamente a ousadia de elevar-se a uma melhor condição existencial.

Eis-nos então ao ponto inicial e com uma questão a ser colocada: e quando, querendo ser maiores, estamos cercados de empoderados descompromissados em esclarecer toda uma nação e que nos apequenam deliberadamente? Quem ganha em repudiar a ciência, substituindo-a por credices carentes de método, de reflexão e de ética? No turbilhão de invectivas contra o livre-pensamento e a práxis científica, parece-me

que o esclarecimento agora é uma chama lá no fim do túnel, fraquinha, quase esmorecendo perante seus detratores implacáveis.

Fevereiro / 2021

## Referências

- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Tradução de Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.
- CHARB (Stéphane Charbonnier). *Pequeno tratado da intolerância/Charb*. Tradução de Jorge Bastos. São Paulo: Planeta, 2015.
- DE LIBERA, Alain. *Pensar na Idade Média*. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 1999.
- DESCARTES, René. *Discurso do método*. Tradução de J. Guinsburg e Bento Prado Jr. 2ª edição. São Paulo: Abril Cultural, 1979 (Os pensadores).
- ESPINOSA, Baruch de. *Tratado teológico-político*. Tradução, introdução e notas de Diogo Pires Aurélio. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- KANT, Immanuel. “Resposta à pergunta: que é ‘esclarecimento?’”, in: \_\_\_\_\_. *Textos seletos*. Tradução de Emmanuel Carneiro Leão e Floriano de Souza Fernandes. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 1985.
- LEMINSKI, Paulo. *Catatau*. 2ª edição. Porto Alegre: Sulina, 1989.
- MARQUES, Regina. *Mulheres do século XVIII: o aborto*. Lisboa: Ela por Ela, 2006.
- SARTRE, Jean-Paul. *Em defesa dos intelectuais*. Tradução de Sergio Goes de Paula. São Paulo: Ática, 1994.
- VANEIGEM, Raoul. *Nada é sagrado, tudo pode ser dito: reflexões sobre a liberdade de expressão*. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

## Seção VI

INDIVÍDUO, SOCIEDADE, POLÍTICA

*Marcos Balieiro*



## 1.

### CONSIDERAÇÕES SOBRE A CIÊNCIA A PROPÓSITO DE UMA PANDEMIA

Seria impossível deixar de escrever sobre a recente pandemia de Covid-19. Trata-se, como todos sabem, de um evento catastrófico. Além disso, é um acontecimento que pode suscitar análises filosóficas sobre vários temas diferentes. Hoje, partiremos dessa situação difícil pela qual todos estamos passando para tratar de algo que, em outros tempos, talvez não exigisse tantas explicações, a saber, a maneira como deveríamos lidar com o que a ciência nos propõe.

Mais especificamente, é importante chamar a atenção para dois aspectos importantes. O primeiro é a maneira como, desde a modernidade, a ciência é pensada, quase invariavelmente, em suas relações com a técnica. Em outras palavras, espera-se que a ciência nos permita agir sobre o mundo e, em alguma medida, a ciência é até mesmo avaliada pela sua capacidade de aumentar o poder que o homem teria de agir sobre o mundo natural. Já em 1620 Francis Bacon escrevia, nos aforismos iniciais de seu *Novum Organum*, que “O homem, ministro e intérprete da natureza, faz e entende tanto quanto constata, pela observação dos fatos ou pelo trabalho da mente, sobre a ordem da natureza; não sabe nem pode mais”. O resultado, óbvio, é que “Ciência e poder do homem coincidem, uma vez que, sendo a causa ignorada, frustra-se o efeito. Pois a natureza não se vence, senão quando se lhe obedece”. A mensagem de Bacon é bastante clara: pelo conhecimento das leis da natureza proporcionado pela ciência, é possível interferir nos *processos* naturais. É claro que não são poucas as pessoas que se dedicam ao conhecimento das coisas por considerarem que esse conhecimento é um fim nobre em si mesmo ou, quem sabe, simplesmente porque consideram a realização de descobertas científicas algo prazeroso. Ainda assim, não se pode negar que, até hoje, uma das virtudes que se vê normalmente na ciência é que, graças a ela, temos o conforto

de utilizar instrumentos como lâmpadas, chuveiros elétricos, carros *etc.* Mesmo autores que parecem ter discordado de Bacon em vários aspectos (como, por exemplo, René Descartes) concordam com ele no que diz respeito à necessidade de se fazer uso das ciências para dar a todos uma vida mais confortável.

Hoje, não é incomum encontrar quem faça uso dos benefícios instrumentais da ciência, mas, ainda assim, sinta-se muito à vontade para discordar de conclusões científicas quando elas parecem desagradáveis ou inconvenientes. É o que acontece, por exemplo, com os “trolls” da internet que defendem o terraplanismo, mas usam aparelhos de GPS para chegar a lugares cuja localização desconhecem. É o caso, também, de misóginos que usam sem problemas esses mesmos fóruns para defender a inferioridade feminina, quando talvez não tivessem os instrumentos para fazê-lo se não fosse por Ada Lovelace. A ciência, para essas pessoas, torna-se algo que se pode descartar quando tem resultados indesejáveis, como se, ao causar inconvenientes, passasse a ser só mais uma fonte de opinião, tão boa quanto qualquer outra.

Em alguns casos, isso decorre de um mal entendido. Há criacionistas, por exemplo, que atacam o evolucionismo porque ele é uma *teoria*. O que não sabem, ou fingem não saber, é que, mesmo em nossos tempos, em que já se admite que a ciência nem sempre tem a pretensão de mostrar verdades eternas e absolutas, a palavra *teoria* é empregada apenas para se referir a afirmações que já resistiram a tentativas experimentais de falseamento e mostraram considerável poder de predição. Em outras palavras, teorias, diferentemente de hipóteses, já foram testadas muitas e muitas vezes, e são confiáveis. O sentido que esse termo tem na comunidade científica, então, é distinto daquele que adquire em conversas mais coloquiais.

Em outros casos, a recusa da ciência, caso não seja uma recusa maldosa, pode decorrer do fato de ela desafiar visões tradicionais e arraigadas do mundo. É o que parece acontecer quando, por exemplo, alguém prefere usar o remédio caseiro da avó a consultar um médico.

Entretanto, temos visto algo bastante diferente, e que pode ter consequências realmente perigosas: pessoas recusando o discurso cien-

tífico não por ignorância inocente, mas porque ele confronta certos interesses privados. Nesses casos, quem o faz tenta convencer grandes partes da população recorrendo a um discurso de compreensão fácil, ancorado em linguagem popular ou, ao menos, acessível, ocultando o fato de que aquele que discursa não tem qualquer conhecimento do assunto. Nesses casos, ainda, sobram invectivas contra a comunidade científica, que seria ideologicamente enviesada (comunista, contra a família *etc.*).

Ora, um especialista discordar de um político, de um sacerdote ou de um governo não o torna menos especialista em uma área que ele estudou por anos e anos a fio. Um discurso inflamado não é, por si só, mostra de conhecimento. O problema é que pode convencer muita gente a agir de maneira contrária àquilo que a melhor ciência disponível aconselha. Em alguns momentos (como, por exemplo, no caso de uma pandemia global), isso não tem resultados apenas simbólicos, mas pode custar milhares de vidas. Alguém que empreendesse algo desse tipo na situação da atual pandemia (hipoteticamente, é claro. De maneira alguma pretendemos, aqui, afirmar que alguém fez isso de verdade) provavelmente deveria explicar por que se sente à vontade para simplesmente recomendar um curso de ação que implicará milhares de mortes.

*Março / 2020*

## 2.

### QUE VERDADES?

Há muitos e muitos anos, um grego barbudo dizia que o verdadeiro conhecimento tinha a ver com certas formas perfeitas, das quais as coisas deste mundo são apenas cópias. Para ele, bem como para muitos outros que vieram depois, o conhecimento era questão de encontrar aquilo que haveria de constante, de imutável, de confiável (e, com mui-

ta sorte, de perfeito) em um mundo que frequentemente podia ser percebido como caótico e desregrado, por estar em mudança constante.

Desde então, as concepções de conhecimento mudaram diversas vezes. Séculos depois do grego barbudo que acabamos de mencionar, já na modernidade, diversos autores consideraram que o conhecimento do mundo se daria pelas causas. Mais uma vez, tratava-se de compreender o mundo segundo uma ordem. Ainda, para os modernos, o conhecimento, cada vez mais, passou a ser considerado tendo-se em conta suas relações com o refinamento da técnica. Tratava-se, portanto, de conhecer a natureza para poder intervir em seus processos, de maneira que pudéssemos gozar de vidas cada vez mais confortáveis. Francis Bacon resumiu bem essa maneira de ver as coisas em alguns aforismos bastante incisivos de seu *Novum Organum*. Um exemplo bastante contundente é o seguinte: “Ciência e poder do homem coincidem, uma vez que, sendo a causa ignorada, frustra-se o efeito. Pois a natureza não se vence, senão quando se lhe obedece. E o que à contemplação apresenta-se como causa é regra na prática”. Conhecer as causas, então, é importante não apenas como especulação, mas porque nos permite *interferir* nos efeitos. Descobrir uma causa é algo que nos permite usar as regras da natureza a nosso favor.

Muito já se disse sobre como essa concepção moderna de conhecimento colaborou para nos tornar capitalistas interesseiros que procedem segundo uma razão meramente instrumental. Não é o caso, aqui, de analisar em profundidade essas concepções, mas podemos observar que, em boa parte dos casos, elas são pouco justas. Trata-se, agora, de outro ponto: é preciso cautela, já que o que se entende por conhecimento e/ou por ciência mudou muito dos antigos gregos para os modernos, e, também, dos modernos até aqui. Ainda assim, nosso impulso de conhecer tem tido, consistentemente, a ver com a necessidade de encontrar ordem em meio ao mundo que se nos apresenta. Mesmo aqueles que tendem a desconfiar de discursos como o baconiano concordariam que aquilo que dizemos sobre o mundo será mais confiável se puder ser observável ou reprodutível no próprio mundo. Por exemplo: David Hume, que escreve em meados do

século seguinte àquele em que morreu Bacon, não estava interessado em afirmações sobre os grandes fundamentos metafísicos da natureza. Como bom desenvolvedor moderno do ceticismo, considerava que só podemos lidar com aquilo que a experiência nos mostra, recusando tentativas de mostrar quais seriam, no fim das contas, os fundamentos últimos dessa experiência. Essa recusa, como se sabe, torna Hume um filósofo bastante peculiar, ao menos quando comparado a outros dos chamados empiristas. De qualquer modo, a menção a Hume permite observar que, mesmo quando recusamos grandes pretensões metafísicas, o que permanece é que um discurso sobre o mundo deve poder ser confirmado por uma observação ampla do próprio mundo. Nas palavras do autor, “Um homem sensato torna sua crença proporcional à evidência”.

Por que tudo isso em um espaço que se apresenta como “um olhar ampliado sobre a ética e a política”? Ora, estamos em um momento em que, para muitos, defender que isto ou aquilo é verdade virou questão não de observar o mundo, mas de conveniência. Vemos governantes de países distantes praticamente decretarem que um vírus que assola o mundo todo não existe; vemos exércitos de militantes virtuais espalharem notícias bizarras, apresentadas como verdades incontestáveis, independentemente de qualquer checagem, vemos jornalistas profissionais se digladiando por narrativas... Isso para não lembrar de gente que já afirmou em público que o problema da ciência é que ela tem sido dominada por... cientistas, o que complicaria a descoberta de uma verdade que fosse mais interessante. Estamos em um momento em que, sem qualquer critério que não o da conveniência ou a necessidade de pertencimento, grupos inteiros consideram que, mesmo em territórios que antes diriam respeito apenas às chamadas ciências duras, é possível simplesmente *escolher* o que é verdade. Isso ocorre sempre atrelado a usos políticos bem definidos e a interesses particulares de vários tipos. É o que muita gente vem chamando de pós-verdade.

É compreensível que o termo seja interessante para que possamos categorizar esses eventos, os quais certamente precisam ser estudados como fenômenos sociais importantes. Isso é inegável, e espera-se que

tais estudos sejam feitos levando em conta o modo como esses fenômenos efetivamente acontecem no mundo. De resto, para os inventores de verdades das redes sociais e os negacionistas que não estudam, mas se apresentam como especialistas em tudo, talvez valha a pena lembrar: meu avô, que não tinha qualquer paciência para meias palavras, diria que inventar coisas para destruir reputações é canalhice, e provavelmente teria coisas piores a dizer sobre aqueles que rejeitam publicamente fatos estabelecidos, às vezes de maneira bastante perigosa, apenas para alegrar suas torcidas.

*Outubro / 2020*

### 3.

#### ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O DECORO

O termo decoro tem aparecido bastante em discussões sobre atos ou declarações do presidente, de parlamentares, de ministros *etc.* É importante lembrar, de início, que a Constituição Federal prevê que percam o mandato todos os deputados e senadores cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar. A carta magna não dá muitas explicações sobre o que constitui o decoro, que passa a ser definido por regimentos internos. O próprio Regimento Interno da Câmara dos Deputados é um tanto vago ao tratar do tema. Observa-se, ainda assim, que trata da falta de decoro e da dignidade do cargo em um mesmo artigo. Então, essas duas coisas estariam associadas. Não surpreende que o Código de Ética da Câmara classifique como incompatíveis com o decoro atos como abuso de prerrogativa, usar o cargo em proveito próprio, fraudes e outros do gênero. Seriam atentatórias ao decoro, ainda, ações incompatíveis com a boa conduta e ofensas físicas ou morais a outros parlamentares. Por sua vez, a lei 1079, que define os crimes de responsabilidade, estabelece que proceder de modo incompatível com

a dignidade, a honra e o decoro do cargo constitui crime contra a probidade na administração.

Vejam, então, como se constituiu, desde seus primórdios, o conceito de decoro, já que atentar contra ele parece ser falta grave. Podemos começar observando que esse conceito tem suas raízes já na Antiguidade, em discussões sobre a poesia. Aristóteles, em sua *Poética*, discorre sobre a importância de se observar o estilo apropriado a cada tema ou a cada tipo de poema. Aquilo que fica bem em uma epopeia, por exemplo, pode fazer feio em uma comédia. Entre os retores latinos, fica preservada a ideia de que alguns vocabulários são mais adequados a certos estilos. Também entre os romanos, o termo *decorum* é absorvido definitivamente pelo vocabulário moral. Em Cícero, por exemplo, esse conceito incorpora as noções de adequação (aquilo que é apropriado) e visibilidade. Aquele que observa o decoro age de maneira que será percebida como adequada à sua posição. As raízes da palavra *decorum*, é bom lembrar, são as mesmas de *dignitas*, termo que diz respeito não apenas à dignidade, tal como entendida atualmente, mas também a elementos como reputação e a posição que alguém ocupa.

Não se deve ter a impressão de que tratamos, aqui, de algo que diz respeito apenas aos antigos. Já no século XVIII, David Hume lembra que, mesmo tendo sido derrotado e deposto, o antigo imperador romano Vitório, em um momento de completa humilhação, teria dito a um tribuno que o insultava: “Eu ainda sou o seu imperador”. Hume lembra que o antigo historiador Tácito viu nessa atitude a marca de uma mente que ainda não estava completamente degenerada. É importante lembrar, ainda, que, segundo Hume, uma inadequação nos atos fere os olhos e transmite um sentimento desagradável que é a fonte da culpa e da reprovação. O autor associa esse ponto precisamente a considerações feitas por Cícero sobre temas morais.

Fica claro, portanto, que o conceito de decoro tem a ver com algo que talvez devesse parecer óbvio independente de qualquer ordenamento legal: certos comportamentos simplesmente não são adequados para aqueles que ocupam certas posições. Aquilo que é dito ou feito no ambiente do bar, ou de sua própria casa, não é necessariamente

aceitável para um parlamentar em sessão na Câmara, ou para um chefe de Estado que concede à mídia uma entrevista. Mais ainda: pode-se dizer que o decoro está de tal maneira associado à moral e à ideia de dignidade de cargo ou de posição que desrespeitá-lo é, no fim das contas, atentar contra as próprias instituições. No caso de cargos públicos, agir sem decoro é mostrar descaso não apenas por uma universidade, pela Câmara dos Deputados ou pela presidência: o descaso, nessas situações, é pela própria República e, portanto, por todo o povo (inclusive por aquela parte do povo que talvez aplaudisse uma eventual ação indecorosa).

Por fim, alguns poderiam objetar que tudo isso é mera questão de boas maneiras. Não é o caso. Não se trata, aqui, de uma questão apenas de estilo ou de trato pessoal, mas de respeito pela própria dignidade da posição que se ocupa. Ora, se alguém que se esforçou bastante para estar a serviço do público mostra desprezo completo por esse tipo de coisa, no limite despreza o próprio fato de estar a serviço do público. De servidores ou de representantes que não têm respeito pela própria função, pode-se esperar qualquer coisa.

*Agosto / 2019*

#### 4.

### OS ATAQUES AOS CURSOS DE FILOSOFIA

Os cursos universitários de filosofia e sociologia têm sofrido, nos últimos anos, uma série de ameaças bastante contundentes, as quais vêm provocando bastante revolta e uma quantidade considerável de debates. Como se sabe, certo ex-ministro informou a certa altura que pretendia descentralizar recursos que seriam destinados a essas áreas, com a finalidade de prestigiar cursos que trariam “retorno imediato ao contribuinte”. Ele mencionou o exemplo do Japão, que tomou, anos atrás, uma medida semelhante, tendo em vista que filosofia seria um



curso pra gente muito rica, de elite, de modo que, se alguém quisesse estudar filosofia, deveria fazê-lo com seu próprio dinheiro

Isso gera preocupação porque, mesmo que não se possa simplesmente passar por cima da autonomia universitária, garantida pela Constituição, é possível pressionar as Universidades de outras maneiras, por exemplo, diminuindo os recursos disponíveis. Analisemos, então, a pertinência de comentários semelhantes aos do ex-ministro acerca da existência de cursos públicos gratuitos de filosofia e sociologia. Primeiramente, é importante lembrar que o governo japonês abandonou a proposta mencionada acima, por motivos que talvez estejam relacionados à queda de universidades japonesas em *rankings* globais. O governo japonês decidiu que os incentivos para as humanidades, em especial no que toca a temas como ética e jurisprudência, seriam retomados a partir de 2020.

Em segundo lugar, ainda que muitos pensem que os cursos de humanidades interessam principalmente a diletantes desocupados (o que poderia levar à conclusão de que só quem se dedica a elas são os endinheirados), essa ideia não resiste a um exame um pouco mais próximo. Para começar, como percebe qualquer um que lance um olhar casual para o perfil dos alunos de diferentes cursos universitários, ocorre que gente muito rica, a elite, raramente sonha em matricular seus filhos em cursos como filosofia e ciências sociais. Temos um ótimo exemplo disso na própria UFS: basta prestar atenção ao perfil do aluno médio de medicina, por exemplo, e compará-lo ao dos alunos de filosofia. A constatação sobre qual curso tem sido para ricos será imediata. Isso ocorre, entre outros fatores, por conta do processo de seleção.

Não se trata, aqui, de criticar essa maneira de ingresso (ainda que isso seja, também, importante): o caso é que pessoas que sempre tiveram acesso a uma boa escola, a bons equipamentos eletrônicos, a uma boa alimentação, a instalações confortáveis e a tempo de descanso saem na frente em qualquer prova desse tipo. Não por acaso, notas para entrar em medicina são mais altas do que notas para entrar em filosofia, é simples assim. Não queremos insinuar que os alunos ricos são piores, ou diminuir a conquista daqueles que abriram mão de

suas noites de sono para ingressar em um curso de acesso mais difícil. Ainda assim, é importante chamar a atenção para o fato de que não é nos cursos de filosofia que as pessoas muito ricas costumam querer que seus filhos se matriculem. Pelo contrário, cursar filosofia e outras licenciaturas da área de humanas frequentemente é uma maneira de ascensão social por parte de alunos mais vulneráveis.

Talvez a crítica do ex-ministro possa ser lida de outra forma, segundo a qual cursos como filosofia e sociologia *deveriam* ser coisa de gente muito rica, e os outros *deveriam* se preocupar apenas com ganhar o pão (o tal retorno imediato). Ora, isso não seria mais defensável. Qualquer curso, se for levado a sério, pressuporá um grau considerável de compromisso, além de exigir certas condições materiais mínimas. Esse, porém, nem é o ponto principal. Como qualquer área, a de filosofia, nas universidades públicas, está vinculada à pesquisa (diferentemente do que gostariam de dizer alguns, a maior parte da pesquisa científica no Brasil é realizada pelas universidades públicas). Ainda assim, a maior parte dos cursos de filosofia é composta por licenciaturas, ou seja, cursos que formam professores para a educação básica. Qual seria, então, a justificativa para que a filosofia integre o currículo da educação básica? O Artigo II da LDB informa que a educação, que é dever da família e do Estado, tem por finalidade “o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Observe-se que primeiro vêm o pleno desenvolvimento e o preparo para exercício da cidadania. O artigo seguinte menciona, como princípios e fins da educação, pontos como os seguintes: “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar, e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber, respeito à liberdade e apreço à tolerância, consideração com a diversidade étnico-racial”. Ora, esses são pontos que estão diretamente relacionados à filosofia e à sociologia. Então, para que se possa cumprir esses fins, considerados elementares, a educação precisa recorrer a disciplinas como essas e também, é claro, a outras das chamadas humanidades. Isso é importante especialmente no caso do ensino médio, porque a LDB coloca como uma de suas finalidades “o aprimoramento do educando como

pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico”. Esses pontos, como se sabe, são amplamente desenvolvidos nas disciplinas de filosofia e sociologia, bem como em outras das humanidades. Parece estranho, então, que áreas essenciais para o cumprimento de finalidades importantes da educação (não segundo filósofos desta ou daquela inclinação, mas segundo a lei) sejam tratadas como “desrespeito com o dinheiro do contribuinte” ou algo que o valha. Isso sem mencionar o que se produz de pesquisa nessas áreas

Todas estas observações deixariam de valer, é claro, em um governo que não estivesse interessado nas finalidades mencionadas aqui, ou seja, não estivesse interessado em promover liberdade, cultura, pensamento, respeito à ética, autonomia, pensamento crítico. Esperemos, é claro, não estar em uma situação como essa: a história já mostrou, para além de qualquer dúvida, o que acontece quando um governo trabalha sistematicamente para privar os seus cidadãos desse tipo de coisa.

*Maio / 2019*

## 5.

### DE NOVO OS ATAQUES ÀS HUMANIDADES

2021 certamente será um ano de lutas bastante árduas para professores de humanidades. Como se sabe, esses cursos têm enfrentado, já há algum tempo, dose bastante significativa de preconceitos, que são propalados, muitas vezes, por instâncias governamentais, por gente que não tem contato com a Universidade, mas se considera qualificada para decretar que campos inteiros de estudos são inúteis (um dos exemplos mais conhecidos, certamente, é o famigerado tiozão do zap) e, ocasionalmente, até por gente da própria Universidade. Juntando esse tipo de preconceito e a crise econômica atravessada pelo país, o final de 2020

impôs a pesquisadores das humanidades um desafio considerável, na forma de cortes de verbas gigantescos por parte de agências de fomento. Basta observar, por exemplo, que o CNPq não foi exatamente generoso com as humanidades em seu último edital de bolsas de pós-graduação, além de ter, a certa altura, simplesmente acabado com bolsas de iniciação científica para essas áreas pelo futuro previsível.

É bastante tentador resgatar, a esta altura, filósofos que tenham empreendido uma defesa contundente da filosofia ou das humanidades. Exemplos não faltariam. No caso específico da filosofia, é notório que ela precisa defender sua pertinência desde a Antiguidade clássica. Os casos são muitos, sendo o mais conhecido, sem dúvida, o de Sócrates. Por expor a ignorância dos poderosos, esse filósofo teria sido vítima de um conchavo que o levou a julgamento sob as acusações de negar os deuses de Atenas e de corromper a juventude. De acordo com os relatos mais conhecidos, Sócrates teria deixado bastante claro, ao longo de seu julgamento, que não apenas era inocente das duas acusações, mas estas haviam sido feitas por pessoas que não as levavam minimamente a sério. Vale lembrar, a esse respeito, as linhas deliciosas de Platão em que se pode ver Sócrates desancar, sem qualquer chance de defesa, um de seus acusadores, um poeta chamado Meleto. O mesmo Platão também não deixa dúvidas de que Sócrates não apenas acreditava nos deuses da cidade, mas se pôs a filosofar por crer que essa era uma missão que lhe havia sido atribuída por um deles. Não deixa dúvidas, também, de que Sócrates tinha certeza de estar contribuindo para a formação da juventude, de maneira que viria a trazer benefícios inequívocos para toda a comunidade.

A ideia de que a filosofia deve promover algo como uma formação cidadã sólida, bem como radicalmente crítica, se tornou, desde então, quase um lugar comum. O mesmo se pode dizer acerca da concepção segundo a qual a filosofia deve incomodar os poderosos. Não que seja sempre assim: a boa filosofia, afinal, não deveria escolher seu lado com base em quem está no poder (ou, na pior das hipóteses, deveria deixar claro quando se deixa pautar por esse tipo de coisa). Ainda assim, não pode haver boa filosofia sem liberdade. Qualquer crítica ou defesa que

um filósofo empreenda deveria, idealmente, ter a ver com aquilo que ele, em suas investigações, descobre ser melhor ou correto, não com os ideais de quem exerce o governo neste ou naquele momento. Nesse sentido, é forçoso reconhecer como admirável a postura adotada por Sócrates em seu julgamento (depois de sugerir que, por trazer benefícios à cidade, ele deveria ser sustentado pelo governo, e essa seria uma pena adequada para seus “crimes”, o filósofo é condenado à morte, o que ele certamente teria previsto que ocorreria). Ainda assim, não se poderia exigir de professores de filosofia que atuam hoje que pagassem o preço cobrado de Sócrates. Na verdade, há algo de cruel, e certamente também de autoritário, em buscar tolher áreas inteiras de conhecimento que têm, entre suas funções primordiais, a formação de cidadãos melhores, justamente porque comprometidos com as coisas como elas são, e não com a maneira como setores dominantes de uma sociedade dizem que elas são.

Seria possível objetar que a situação de Sócrates e os ataques recentes às humanidades pouco têm a ver. Que não financiar as humanidades, ou buscar diminuí-las no âmbito das universidades, é algo muito distante de promover a morte de filósofos ou da própria filosofia. Que dinheiro público é para ser gasto em coisas de aplicação técnica imediata. Entretanto, não é difícil perceber que abrir mão de condições de trabalho adequadas para as humanidades é esperar que profissionais sobrecarregados se desdobrem para manter o interesse de uma sociedade que tem sido tomada de assalto por influências muitas vezes desqualificadas, mas cheias de recursos. Não se mata filósofos diretamente, mas mata-se a própria possibilidade de que instâncias com a formação adequada possam contribuir para o desenvolvimento de nossos jovens. Isso é particularmente grave em tempos em que professores de filosofia e de história levam chumbo grosso por parte de detratores que, vejam só, os acusam de serem ateus e doutrinarem os jovens.

*Janeiro / 2021*

## 6.

### SOBRE A “IDEOLOGIA DE GÊNERO”

Não é novidade que o discurso relativo aos valores morais vem tendo importância crescente no debate político brasileiro. Um bom exemplo disso é perceptível no que diz respeito a questões de gênero. Como se sabe, as discussões sobre esse tópico têm se mostrado cada vez mais exaltadas. É bastante perceptível, por exemplo, o crescimento de certo discurso antifeminista por parte de alguns setores, os quais parecem estar menos preocupados em discutir com o feminismo que existe no mundo real do que em destruir uma versão inventada desse movimento, incorrendo em um caso paradigmático da chamada falácia do espantalho. É perceptível, ainda, por conta dos esforços cada vez mais hercúleos, por parte de certos grupos, para atacar algo que vem sendo chamado de ideologia de gênero.

Segundo parte dos autoproclamados conservadores, estudiosos de gênero, associados a algo que tem sido chamado, em termos bastante vagos, de “a esquerda” ou “o comunismo”, estariam se dedicando a algo como uma cruzada para convencer a sociedade de que qualquer um pode simplesmente escolher livremente seu gênero. Evidentemente, parte desses esforços, segundo o discurso mais conservador, diria respeito a sexualizar crianças e transformá-las em homossexuais ou transexuais. Por esse motivo, é claro, a “esquerda gayzista” estaria tão empenhada em batalhar por bandeiras como a educação sexual nas escolas. Vejamos, então, o que dizem, em linhas gerais, os teóricos que vêm sendo apontados como defensores da tal ideologia de gênero. Antes disso, é importante lembrar que essa expressão, ela própria, não tem nada a ver com “a esquerda”, e teria se difundido a partir de um documento da Conferência Episcopal do Peru intitulado *A ideologia de gênero: seus perigos e alcances*. Trata-se, portanto, de um documento que já tinha como uma de suas pretensões denunciar supostos ataques a uma concepção de família supostamente tradicional (que, aliás, em termos históricos, não é tão tradicional assim).

Esse tipo de “denúncia”, como se sabe, se tornaria ainda mais proeminente entre evangélicos. Entretanto, a Igreja Católica não fica muito atrás: em 2004, o Conselho Pontifício para a Família teria escrito a bispos católicos alertando para o potencial que “o gênero” teria para destruir valores femininos importantes para a Igreja, fomentar o conflito entre os sexos, contestar a distinção natural entre masculino feminino, com efeitos danosos para a família e a sociedade. Se falamos na maneira como o discurso religioso tem lidado com a questão é porque, mesmo quando conversas sobre o assunto não envolvem qualquer concepção da divindade, as concepções sobre gênero sustentadas por boa parte da população reproduzem argumentos que teriam surgido no âmbito religioso: diz-se que a homossexualidade ou a transexualidade não seriam naturais, por exemplo.

Vejamos, agora, se é preciso que essas pessoas tenham tanto medo do que dizem os estudiosos de gênero que elas se apressam em atacar. É verdade que, décadas depois daquela famosa frase de Simone de Beauvoir, aquela segundo a qual ninguém nasce mulher, mas se torna mulher, estudiosas como Butler, Wittig e Kristeva vêm mostrando que o gênero, entendido como expressão social de identidade, não está necessariamente vinculado a características biológicas. Não é o caso, aqui, de analisar como cada teórica relevante entende sexo, gênero e a relação entre os dois, mas podemos elencar como ponto comum nos estudos contemporâneos de gênero a ideia de que este seria resultado de uma construção psicológica, social e política. Entretanto, não se trata de algo que envolva convencer outros a se tornarem gays, transexuais, não-binários ou o que quer que seja. Trata-se simplesmente de promover a validação de identidades que sempre estiveram presentes, e não vão desaparecer caso partes da sociedade simplesmente decidam que preferem que não seja assim. Trata-se, então, de evitar que pessoas passem por sofrimentos e abusos simplesmente por serem quem são. Isso é claro tanto no que diz respeito à identidade e à expressão de gênero quanto no que toca à orientação sexual. Desejar que alguém possa passar por processos de difamação, ser rejeitado sistematicamente em entrevistas de emprego, sofrer violência física, entre outras possibilidades, talvez

seja atitude de gente que se sente ameaçada. Se for esse o caso, é importante deixar claro que não existe ameaça: o que os estudos de gênero têm mostrado, e a militância tem reivindicado, é apenas que há pessoas que têm identidades diferentes daquelas que a maioria ostenta, e que estaremos em uma sociedade mais segura, mais amigável e capaz de trocas mais ricas caso todos, independentemente de gênero, sejamos considerados partes igualmente valiosas da comunidade.

Poderíamos, é claro, discutir a possibilidade de, por trás dos estudos de gênero, esconder-se uma conspiração para transformar todos nós em transexuais pedófilos por meio de procedimentos como aulas de masturbação ou mamadeiras de piroca, hipóteses aventadas por críticos contumazes de uma suposta ideologia de gênero. Nesse caso, antes de discutir essa conspiração, talvez seja mais proveitoso desmantelar outras mais danosas, como a grande conspiração dos duendes.

Março / 2019

## 7.

### BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE RELIGIÃO E POLÍTICA NO BRASIL<sup>1</sup>

De acordo com uma pesquisa realizada pelo Datafolha, 52% dos brasileiros não votaria em um candidato ateu. Não é uma preferência tênue, nem se trata de pensar que candidatos que têm alguma crença são um pouco melhores: o caso é que 52% dos eleitores *jamaiz* consideraria a possibilidade de votar em um candidato ateu. Seria possível empreender, a seguir, uma discussão sobre os muitos efeitos deletérios da mistura de religião e política. Trataremos, aqui, de um ponto específico: se

---

<sup>1</sup> Parte deste texto foi publicada originalmente no artigo “Deuses, direitos e jabuticabas: a política brasileira e as doenças do espírito”, no Vol. 11, no. 30 da *Revista Prometeus*.



vivemos em um país tão diverso, e se nunca se chamou tanta atenção para as necessidades de inclusão daqueles que não compartilham as crenças da maioria, por que há tanta resistência contra candidatos que não acreditam em Deus? Se é preciso discutir um projeto de país que seja para todos, como é que se justifica esse tipo de posição?

Talvez seja possível esboçar uma resposta com base nos dados de uma outra pesquisa, um pouco mais antiga. Essa pesquisa pediu uma resposta à seguinte interpelação: “vou falar de alguns grupos de pessoas e gostaria que você dissesse o que sente normalmente quando vê desconhecidos do tipo deles”. Dois desses grupos de pessoas se destacaram bastante quando comparados a outros, a saber, os usuários de drogas e “gente que não acredita em Deus”. Este último, que teve um número de respostas que diziam sentir repulsa/ódio igual ao dos usuários de drogas, obteve um resultado para antipatia (algo um pouco mais fraco do que repulsa ou ódio) ainda maior. No total, nos termos da pesquisa, 42% da sociedade brasileira tenderiam a ver ateus de maneira negativa simplesmente por serem ateus.

Isso pode causar um certo estranhamento, especialmente pelo fato de posições que não estejam relacionadas a qualquer religião terem pouca visibilidade na sociedade brasileira. Existem, é claro, eventos de ateus militantes, mas eles não têm grande espaço na mídia e não atraem a atenção do grande público. Ainda assim, na pesquisa que estamos discutindo, eles foram o único grupo que ultrapassou em repercussão negativa o dos usuários de drogas, que são frequentemente associados no imaginário popular à degradação moral. Podemos suspeitar, então, que talvez se faça uma associação semelhante no caso de quem não acredita em Deus. Ateus e agnósticos seriam percebidos por uma parcela significativa da população como gente imoral, sem valores, ameaças à sociedade ou à ordem pública. Desse modo, os que não acreditam em Deus seriam amplamente rejeitados por serem vistos como ameaças à moralidade vigente.

Observe-se que a representação do ateu como desprovido de moral não é novidade. John Locke, por exemplo, afirma, em sua *Carta acerca da tolerância*, que não se deve tolerar os ateus porque a falta de crença

em Deus implicaria uma incapacidade para agir moralmente e, em termos mais específicos, observar os pactos vigentes. Por outro lado, outro filósofo do mesmo período, Pierre Bayle, defendeu a possibilidade de uma República de ateus ser melhor do que uma composta por cristãos. Algum tempo depois, David Hume, filósofo escocês, defendeu que a religião poderia ser prejudicial à moralidade, porque esta seria resultado do desenvolvimento natural da sociabilidade, e não poderia sofrer influências meramente dogmáticas e descoladas do mundo percebido.

Essas discussões parecem ter avançado muito pouco para a maioria das pessoas desde os séculos XVII e XVIII. O resultado não é difícil de perceber: temas como aborto, pena para estupradores, uso de drogas, direitos civis e currículos escolares têm sido decididos cada vez mais por pessoas que não se importam minimamente com os dados, nem com o fato de que precisamos de um projeto de país que não seja só para alguns. Morre-se muito em abortos ilegais? Não importa, abortar é errado. Usuários de drogas vêm sobrecarregando o sistema carcerário, sendo tratados como criminosos e não como questão de saúde pública? Que se danem, são vagabundos. Legalizar o consumo desta ou daquela substância? Não se olha os efeitos que os números indicam, os tributos que poderiam ser gerados, os problemas de saúde pública e de violência urbana que seriam amenizados, o problema é moral. Estupro? Ao inferno com os especialistas, a moça devia estar usando roupas curtas e certamente provocou. Educação sexual nas escolas, que poderia ajudar a prevenir abusos? Não, isso é conversa de quem apoia ideologia de gênero.

Não se trata, aqui, de defender o fim das religiões ou algo do tipo. Entretanto, incomoda que tanta gente, com ideias tão incisivas sobre a moralidade dos outros com base em elementos falaciosos, ignore a simples experiência do mundo. Mais ainda incomoda que esse tipo de postura venha impedindo que sejam amenizados tantos de nossos problemas sociais, além de dificultar a construção de um Estado em que todos são tratados como gente.

*Junho / 2018*

## 8.

### A IGUALDADE DE DIREITOS E OS AGENTES PÚBLICOS

A Constituição da República Federativa do Brasil determina, no seu Artigo V, que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Esse é, certamente, um ponto essencial para que o nosso país possa atingir certos objetivos fundamentais, que constam no artigo terceiro da Carta Magna, tais como: construir uma sociedade livre, justa e solidária, garantir o desenvolvimento nacional, erradicar a marginalização, reduzir as desigualdades sociais e regionais. É importante observar que esses objetivos não são resultado de uma doutrinação comunista ou algo do tipo. As bases conceituais da nossa Constituição são basicamente modernas. Como acontece, por exemplo, com as primeiras versões da *Declaração dos Direitos do Homem*, o pano de fundo é, antes de qualquer outra coisa, naturalista. A ideia é que haveria certos direitos que todos partilharíamos, simplesmente por termos uma mesma natureza.

A lei civil, de acordo com concepções desse tipo, serviria, basicamente, para garantir uma convivência pacífica, segura e minimamente confortável a um grupo de seres que, dotados de uma natureza comum, percebem-se como iguais no que tange ao mínimo que deveriam poder esperar. Autores como Locke defendem esse ponto de maneira bastante contundente. Segundo esse filósofo, haveria, antes de estabelecimento do Estado, uma condição de igualdade, em que todos respeitariam a vida e a propriedade dos demais. Propriedade, aqui, não diz respeito apenas a bens materiais, mas também a coisas como dignidade e o direito de buscar a felicidade, quando isso não implica causar dano a outrem. A necessidade de fundar um Estado, segundo Locke, viria do fato de sempre haver quem estivesse disposto a não seguir esses preceitos que, para ele, seriam parte importante de uma lei à qual todos estariam sujeitos. que é a lei natural.

Evidentemente, Locke não foi o único a tratar desse tipo de coisa. Entretanto, é um autor estratégico por ter sido uma influência importante para boa parte dos pensadores da política de tempos seguintes. Além disso, falar a partir de Locke elimina o empecilho de ter que explicar que não se trata de defender esquerda ou direita. Estamos lidando, afinal, com um autor que é amplamente reconhecido como um precursor do liberalismo, mas acerca do qual também são feitas, regularmente, leituras, por assim dizer, revolucionárias.

Talvez se possa objetar que recorrer a um autor do século XVII, que explica a política a partir da ideia de uma natureza humana, é algo um tanto datado. Para evitar a acusação de promover autores ligados a certa concepção de esquerda, e mostrar que mesmo o próprio liberalismo não pode abrir mão ao menos de certas concessões à ideia de igualdade, vejamos o que John Rawls afirma acerca de temas como esse. Para esse autor, quando se pensa o projeto de uma sociedade, é importante que nos imaginemos como parte dela, mas sem que seja possível determinar em que posição estaríamos. Então, a pergunta a se fazer é a seguinte: gostaríamos de fazer parte dessa sociedade caso houvesse o risco de estarmos entre seus membros menos favorecidos? Sociedades em que a resposta a essa pergunta seja negativa certamente estariam longe de serem equânimes. Ainda que nossa Constituição não se pretenda rawlsiana, certamente teria afinidades com esse ponto da teoria do autor.

Feitas essas considerações, podemos observar que agentes públicos integram o maquinário por meio do qual o Estado cumpre a função de colaborar para uma sociedade mais equânime, ou, retomando o trecho da Constituição mencionado acima, para garantir uma sociedade livre, justa e solidária. É aterrador, então, que existam agentes públicos se portando como se efetivamente tivessem mais direitos do que outras pessoas. Esse tipo de distinção de casta, que daria a certas pessoas o direito de agir de maneira “diferenciada”, tem sido, inclusive, considerado normal por fatias consideráveis de nossa população. Trata-se de um contrassenso, especialmente quando parte daqueles que deveriam garantir preceitos constitucionais básicos segundo os

quais nossa sociedade se pretende igualitária. Se levamos os propósitos básicos de nossa Constituição a sério, quem quer que proceda de modo a defender que alguns grupos têm mais direitos que outros é, sem a menor dúvida, um inimigo público.

*Julho / 2020*

## 9.

### AS CIDADES E A POLÍTICA

As eleições municipais ocorridas em 2020 tiveram algumas particularidades bastante curiosas. Chama a atenção o fato de ter havido uma abstenção considerável. Em Aracaju, 25% dos eleitores não apareceram para votar. Em São Paulo, maior colégio eleitoral do país, foram quase 30%. A média nacional ficou em 23%. Pode-se considerar que parte disso ocorreu por conta da pandemia de Covid-19. Entretanto, qualquer um que tenha prestado atenção aos debates ocasionados pelas eleições observou que muitos pensavam em não votar simplesmente por estarem desiludidos com a política. A pandemia, em parte desses casos, foi, inclusive, a desculpa perfeita.

Outro aspecto que chamou a atenção em muitas cidades foi o tom adotado por campanhas de todos os tipos. Muitas se concentraram em acusar este ou aquele candidato de ser um mau gestor, ou de ter traído algum padrinho político. Na maior parte do tempo, nem mesmo se discutiram propostas, apenas se tratou de mostrar que algum adversário tinha vícios horríveis. Às vezes, quase não parecia que se tratava de mostrar por que um candidato seria um bom prefeito ou vereador, mas de pintar todos os outros como sendo verdadeiras abominações.

Não se trata de associar o tom da campanha apenas à taxa de abstenção, especialmente em um momento no qual, se havia muitos desiludidos, existiam, também, muitos dispostos a votar motivados pelo ódio. De qualquer modo, não surpreende que tantos desanimem

quando percebem que os candidatos disponíveis, por vezes, nem fingem que pretendem apresentar propostas concretas. Além disso, é importante não apenas que haja propostas concretas para aspectos pontuais. Ainda que prefeitos certamente devam ser habilidosos no que diz respeito à questão e à realização de obras, é complicado, para dizer o mínimo, tratá-los como se fossem meros síndicos das cidades que governam. Cidades não são condomínios, nem canteiros de obras. São espaços privilegiados quando se trata de discutir ideais políticos porque, nelas, as consequências desse tipo de discussão podem ser sentidas mais imediatamente. Brasília, como se sabe, fica muito, muito longe. Por ideais políticos entende-se, aqui, concepções sobre quais as finalidades do Estado, quais os direitos que ele deve garantir, que deveres ele pode impor *etc.* Conclui-se que eleições municipais deveriam ser, se não decididas, ao menos influenciadas em alguma medida por discussões que são caras à filosofia política há séculos.

Seria possível objetar que esses temas parecem abstratos demais. Entretanto, deixar de discuti-los em alto nível é algo que tem colaborado bastante para a situação complicada em que o nosso país se encontra. Justamente porque essas discussões têm sido afastadas da comunidade, muitos têm-se informado por textos desconexos em redes sociais, a tal ponto que o “tiozão do zap” se tornou figura praticamente folclórica. Um dos resultados é que muitos taxam seus adversários de uma série de nomes que nem sabem o que significam. Isso quando alguém que prefere uma determinada posição política em detrimento de outra deveria saber por que a defende, quais os ideais que estão postos ali, quais os efeitos que o seu espectro político preferido gostaria de realizar. Sem um eleitorado bem informado, como evitar que um candidato solte propostas ao sabor dos ventos, já que não perde nada com isso, e o fato de os ventos sempre mudarem lhe permite não se comprometer de verdade com o que quer que seja?

Esperemos que os candidatos que se elegeram em 2020 contribuam para que a nossa educação enseje esse tipo de aprendizado nos nossos jovens, e contribuam para criar um ambiente em que seja seguro discutir política de verdade. Sobre um futuro prefeito ou vereador que

faça algo diferente disso, só se pode perguntar o que ganha com isso, e que tipo de interesse ele tem em contribuir para a desqualificação do debate político.

*Novembro / 2020*

## 10.

### HERÓIS, CORRUPTOS, TIRANOS

Causaram grande burburinho os vazamentos de conversas antigas, por mensagens do aplicativo Telegram, entre o ministro da justiça, Sérgio Moro, e o procurador Deltan Dallagnol, responsável por investigações da operação Lava Jato. Como se sabe, as mensagens em questão indicam que teria havido interferência por parte de Moro que, à época, ainda juiz, deliberou sobre resultados de investigações importantes, inclusive a que resultou na prisão do ex-presidente Lula. O hoje ex-ministro, de quem se esperava que simplesmente julgasse com base nas evidências apresentadas, ficando equidistante da defesa e da acusação, teria agido de maneira que mais caberia a um procurador. Esse tipo de prática, como a esta altura todos sabem, é completamente irregular, ainda que alguns digam que se trata de coisa corriqueira no Brasil. Não me deterei nos pormenores do caso: a imprensa, a esta altura, já cobriu a situação toda, de modo que não é difícil encontrar comentários com os mais diversos matizes ideológicos. Farei, então, considerações não tanto sobre os próprios vazamentos, mas sobre reações a eles que têm sido expressas, principalmente, online.

Qualquer um que tenha olhado casualmente as caixas de comentários de notícias que têm a ver com isso se deparou com uma multidão de pessoas que, mesmo considerando que as mensagens divulgadas não foram adulteradas, nem são obras de ficção, pensam que não houve qualquer problema na conduta do ex-juiz. Isso porque, segundo essas pessoas, a conduta adotada por ele se justificaria pela intenção

de prender criminosos, ou corruptos. Ora, a coisa é mais complicada. Para perceber isso, basta observar que os próprios envolvidos consideraram que não poderiam se sair com essa, tendo abandonado em pouco tempo o discurso de que não percebiam qualquer irregularidade no conteúdo vazado. Ainda assim, vale a pena olhar a situação mais de perto. Não analisarei, aqui, os efeitos viciosos de se defender que uma acusação criminal seja vista de modo que o réu não tenha, na prática, direito à ampla defesa porque o juiz já está, de saída, em conluio com a acusação. Basta dizer que, em um caso desses, gente que tenha sido acusada injustamente provavelmente será condenada de qualquer maneira. Não se trata especificamente do caso de Lula: é só o que acontece quando o juiz já decidiu antecipadamente qual é o resultado.

Outro aspecto que merece um pouco mais de atenção é que as pessoas que vêm defendendo que não há problema algum em desrespeitar a lei, desde que seja para prender bandidos, não percebem que não estão defendendo o país, nem o cidadão de bem (seja lá quem for o cidadão de bem). Estão, isso sim, colaborando para o enfraquecimento de uma instituição que deveria, como qualquer outra, funcionar nos limites da lei. Ora, o respeito pela lei é justamente o que caracteriza o estado de direito. No segundo em que alguém se coloca acima das regras, pode até ser que, vez ou outra, o faça para realizar algo que agradaria a este ou aquele grupo. Entretanto, a partir desse momento, não haverá qualquer garantia para a conduta daquele que passou a se considerar acima de qualquer lei. Trata-se, portanto, de alguém que deliberadamente opera para enviesar o funcionamento das instituições, o que, em bom vocabulário político, significa que as corrompe. Nesse sentido, atenta contra as regras básicas que regem a nossa convivência, de modo que quem quer que apoie esse tipo de coisa se coloca não contra este ou aquele grupo, mas contra toda a comunidade. O que certos comentaristas de internet defendem, portanto, é a corrupção como antídoto contra a corrupção, o que constitui um completo absurdo.

A coisa fica mais feia se considerarmos que não é isso o que essas pessoas querem dizer, que não pretendem enfraquecer as leis ou



as instituições, apenas desejam que certos fins supostamente nobres sejam satisfeitos, como quer que seja. Nesse caso, a conclusão é que, para essas pessoas, a lei simplesmente não importa: o que importa é que consigam o que querem. Tanto pior: uma sociedade em que os poderosos não precisam seguir a lei, nem devem satisfação ao povo, tem um nome, a saber, tirania. A título de curiosidade, a ideia de que um governante ou legislador se torna um inimigo público quando pretende se impor pela força, à revelia da lei, foi defendida por filósofos como Locke, que os liberais costumam tem altíssima conta. Não é o caso, aqui, de discutir se essa leitura do filósofo inglês é adequada. Seja como for, seria de se esperar que certos oportunistas que vêm se intitulado liberais fizessem a lição de casa.

*Junho / 2019*

## 11.

### QUE MORAL?

Discussões morais têm ocupado espaço cada vez mais considerável em conversas ocorridas tanto presencialmente quanto em redes sociais. Seja por conta das chamadas “pautas de costumes” que vêm sendo discutidas em Brasília, seja devido a atitudes questionáveis de participantes de *reality shows*, todos se veem prontos a emitir juízos, frequentemente formulados de maneira bastante apressada, sobre o que seria certo ou errado. Curiosamente, nota-se que essas opiniões formuladas sem grande preocupação com quaisquer fundamentos são defendidas ferrenhamente, resultando na percepção de que quem quer que não se ponha prontamente de acordo deve ser tratado como inimigo.

Não são poucas as concepções que se pode adotar no que diz respeito a questões morais. Todos conhecemos pessoas que defendem posições bastante próximas de uma suposta tradição, segundo a qual a família monogâmica e outros valores que passam por conservadoris-

mo seriam pontos que vale a pena defender. Entre os que se põem a discutir sobre esse tipo de coisa segundo a filosofia, também se vê de tudo, desde aqueles que (à maneira de alguns antigos) consideram que é bom aquilo que a razão mostra ser benéfico a toda a comunidade até os defensores de posturas que, inspiradas em certo pensador alemão, consistem em ver como moralmente corretos aqueles atos que o executor considera que podem ser recomendados a toda a humanidade.

Temos, aí, alguns problemas bastante sérios. Em primeiro lugar, qualquer proposta de moral que esteja ancorada em tradições, sejam elas religiosas ou não, esbarra no fato de que compartilhamos a sociedade com grupos que têm tradições diferentes das nossas, e que, levando-se em conta que estamos em uma sociedade que se pretende democrática, merecem respeito e garantias mínimas, tanto quanto famílias tradicionais cristãs. Além disso, independentemente de quaisquer discursos que possamos defender, até o mais ponderado de nós, caso deva responder com sinceridade, admitirá que, em boa parte do tempo, nossas ações e nossos juízos são motivados por fatores muito mais prosaicos do que uma razão que se pretende absoluta, universal. Como disse um velho pensador escocês, mesmo filósofos, na maior parte do tempo, são como o resto da humanidade, em especial no que diz respeito à vida comum.

Esse mesmo pensador escocês, que escreveu no século XVIII, propôs uma forma de pensar a moralidade que talvez tenha algo a nos dizer ainda hoje: segundo ele, a participação na vida em comunidade dependeria de acordos que estão em constante processo de reformulação, porque é possível que, com o passar do tempo, deixem de ser vantajosos. Esses acordos, é importante observar, não seriam resultados de pactos solenes firmados por agentes que consideram racionalmente consequências em longo prazo, mas decorreriam de informações fornecidas pela própria prática, tal como se dá em sociedade. Desse modo, ainda que não se possa falar em algo como um progresso rumo à sociedade perfeita, um mundo que permite a boa convivência, inclusive com os diferentes, tenderia a facilitar que arestas fossem aparadas e nos víssemos, em geral, como parte de uma comunidade que vale a

pena preservar. O resultado seria, na pior das hipóteses, um mínimo de consideração pelo bem público.

Talvez pareça que expomos, aqui, uma forma excessivamente otimista de pensar a vida social. Não é bem o caso: o modelo de que acabamos de falar depende, como já se viu, da possibilidade de que haja uma convivência tal que permita trocas efetivas de ideias, e que estejamos dispostos a nos colocar, com alguma frequência, no lugar do outro, de modo que nossos sentimentos sejam educados por esse tipo de experiência. Nesse sentido, o modelo de sociabilidade que mostramos há pouco depende de um tipo de atitude bastante particular. A possibilidade de que ela seja desenvolvida pela maioria, infelizmente, tem sido dificultada por apegos a tradições que não permitem que se ouça o outro e por filiações políticas que, no limite, não permitem que se experimente de verdade o mundo: é como se o fanático por uma igreja, por um partido ou por outras coisas desse tipo se trancasse em um universo próprio, mantendo-se voluntariamente surdo a tudo que venha de fora.

Vemos o resultado disso todos os dias, na forma de um recrudescimento da intolerância, da impossibilidade de argumentar de maneira lúcida e respeitosa e da tendência a ver como menos que humanos quem quer que não se ponha de acordo. Parece que, ao fim e ao cabo, se há um problema moral a ser discutido, é justamente o fato de tanta gente se colocar voluntariamente em uma posição tal que não tenha mais como procurar saber, afinal, o que são problemas morais.

*Fevereiro / 2021*

## 12.

### COMUNISTAS, LIBERAIS, CONSERVADORES

A disseminação contumaz das chamadas *fake news*, evidentemente, é um tema grave. Entretanto, já recebe atenção mais do que suficiente:

se alguém repassa qualquer coisa que recebe por grupos de WhatsApp sem checar a confiabilidade das informações, não pode, em sua defesa, alegar que não sabe o que faz. Outro ponto referente à desinformação parece carecer de mais esclarecimentos, e diz respeito a confusões conceituais que têm sido recorrentes: nunca foi tão frequente ver o termo “comunista” ser usado em tom acusatório, nem tanta gente que, sem qualquer estudo prévio, se define como conservador nos costumes, mas liberal na economia. Também nunca foi tão frequente ver pautas como direitos humanos ou questões de gênero serem tratadas como “coisa de comunista”. Boa parte da militância de esquerda tem empreendido esforços no sentido de desmistificar algumas das bizarrices que têm sido ditas às vezes por má intenção, às vezes por ignorância, acerca do que seria ou não o comunismo. Talvez seja o caso, então, de esclarecer em alguma medida as origens teóricas de ideias que se referem ao “outro lado”, como liberalismo e conservadorismo. Talvez isso ajude a desfazer mal-entendidos importantes.

Ainda que normalmente se pense em Adam Smith como uma espécie de fundador do chamado liberalismo econômico, por conta principalmente do que se encontra em sua *Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações*, parte considerável do que se tornaria ao menos uma versão embrionária do ideário dito liberal pode ser encontrada já na obra do pensador John Locke, que viveu no século anterior. Em seu *Segundo Tratado sobre o Governo Civil*, esse filósofo considera que, em condição de simples natureza, os homens seriam todos iguais e livres. Essas características, porém, ocorreriam segundo as chamadas leis da natureza, as quais, idealmente, impediriam que os homens atentassem contra a propriedade de seus semelhantes. Propriedade, nesse contexto, tem sentido mais amplo do que aquele que conferimos hoje a essa palavra: segundo Locke, ela incluiria a vida, a liberdade e os bens, materiais ou não. Isso quer dizer que, em linhas bastante gerais, ninguém estaria autorizado a privar outro de sua vida, por exemplo, ou de bens que tivesse adquirido por meio do trabalho.

É possível, é claro, que alguns atentem contra a lei da natureza. Nesse caso, todos podem exercer contra o infrator o chamado poder

executivo. Um cenário de infrações e de potenciais abusos na aplicação de punições poderia, sem maiores dificuldades, ocasionar um estado de guerra. Para evitar esse risco, e para garantir que todos possam usufruir de direitos que já teriam por natureza, os homens, por meio de um pacto, haveriam instituído o Estado civil. Este, portanto, só seria legítimo quando cumprisse esse fim básico para o qual foi instituído. Vê-se, na obra lockiana, a ideia de que o Estado se legitima quando procede segundo leis que representam a vontade do próprio corpo político. Vê-se, ainda, a defesa de liberdades individuais e da ideia de que a própria vida sob o Estado só faz sentido porque garante que todos tenham preservados certos direitos básicos, decorrentes do simples fato de que nós, seres humanos, temos uma mesma natureza. Além disso, quando Locke fala em bens, refere-se, também, a bens não materiais, como a dignidade. Vale a pena notar que parte dos primeiros fundamentos teóricos dos direitos humanos já está aí, em um autor que é frequentemente considerado uma espécie de avô do liberalismo. Absolutamente nada a ver, portanto, com “coisa de comunista”. É importante observar, também, que desde seus primeiríssimos passos o liberalismo não é algo que diga respeito apenas à economia, ainda que seja possível, é claro, falar em uma maneira liberal de pensar a economia.

O conservadorismo, por sua vez, tem origem em pressupostos teóricos bastante diferentes daquilo que vimos até aqui. Essa outra maneira de conceber a política tem suas raízes em uma obra chamada *Reflexões sobre a Revolução em França*, do irlandês Edmund Burke. Algumas ideias básicas dessa corrente já estão nelas, sem a menor dúvida. Entre elas, podemos destacar a consideração de que a política não deve ser pensada abstratamente, mas em seus termos concretos. Nesse sentido, é importante levar em conta o que efetivamente tem funcionado nas instituições. Isso implica, é claro, na valorização do costume, não apenas no registro supostamente moral desse termo, mas, também, no sentido de que é preciso considerar, no que toca às instituições, aquilo que sempre funcionou da maneira como é. Isso até mesmo quando a consequência é renunciar, em certos contextos,

a ideias que nos são caras hoje em dia, como aquela segundo a qual todos deveriam ter os mesmos direitos no que toca à participação política. Ora, quando se assume um ponto de partida conservador, não faz sentido pensar a legitimidade do Estado a partir do cumprimento de um suposto contrato original.

Em certo sentido, então, liberalismo e conservadorismo são, ao fim e ao cabo, simplesmente incompatíveis. Quem quer que se proponha a atacar posições de uma suposta esquerda a partir de um deles deve escolher de maneira mais rigorosa a partir de que pressupostos o faz, assumindo, inclusive, as consequências que considera desagradáveis. Trata-se, afinal, de questão de consistência, não de gosto.

Novembro / 2018

### Referências

- BACON, Francis. *Novo Organon*. São Paulo: Edipro, 2014.
- BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*. São Paulo: Nova Fronteira, 2020.
- BURKE, Edmund. *Reflexões sobre a Revolução na França*. São Paulo: Edipro, 2014.
- BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- DESCARTES, René. *Discurso do Método & Ensaios*. São Paulo: Martins Fontes, 2018.
- HOBBS, Thomas. *Leviatã*. São Paulo: Martins Fontes, 2019.
- HUME, David. *História Natural da Religião*. São Paulo: UNESP, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Investigações sobre o Entendimento Humano e sobre os Princípios da Moral*. São Paulo: Unesp, 2004.
- LOCKE, John. *Carta sobre a Tolerância*. São Paulo: Hedra, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Dois Tratados do Governo Civil*. Lisboa: Edições 70, 2006.
- PLATÃO. *Apologia de Sócrates; Críton*. Belém: EDUFPA, 2015.
- RAWLS, John. *Uma Teoria da Justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

## Seção VII

RETRATOS DA IGNOMÍNIA: OBSCURANTISMO,  
NEGACIONISMO E PANDEMIA NA CRISE SOCIAL  
BRASILEIRA

*Saulo Henrique Souza Silva*

## 1.

### À POLÍTICA BRASILEIRA E A CORROSÃO DA LAICIDADE

É preciso refletir sobre um fenômeno da vida política brasileira que salta à vista de quem observa os acontecimentos de forma mais atenciosa. A saber, o grande e barulhento número de religiosos ocupando cargos políticos. Evidentemente, não é um problema em si mesmo possuir uma religião e ao mesmo tempo ocupar cargos políticos importantes em nível municipal, estadual e nacional. Porém, no caso brasileiro, sabemos que muitas das decisões e posições que vêm sendo assumidas por nossos representantes possuem orientação de cunho religioso, como uma espécie de doutrinação religiosa da vida política.

Podemos perceber essa espécie de orientação em diversas questões que polemizam diretamente com dogmas religiosos e que têm sido resolvidas sem levar em conta a esfera da política em um estado laico, ou mesmo desprezando qualquer posição científica acerca do tema em questão. São exemplos dessas polêmicas as discussões sobre o aborto, o debate sobre o problema de gênero nas escolas, a união civil homoafetiva, e até mesmo alterações de concursos e seleções públicas motivadas pela cobrança de candidatos e candidatas de religiões sabáticas (aquelas religiões que consideram o sábado um dia sagrado), como tem ocorrido com o ENEM, desde 2017. Quem assistiu à votação no Congresso para a cassação do mandato da presidenta Dilma Rousseff pôde perceber quão é grande o número desses representantes de ordens religiosas haja vista a grande quantidade de congressistas que votaram por Deus e pela família cristã.

Esse fato nos leva à seguinte questão já proposta pelo filósofo francês Claude Lefort, a saber, estamos vivenciando a permanência (ou retorno) do teológico-político?

A esse respeito, é fundamental refletirmos sobre conceitos básicos que permitem divisarmos melhor as contradições inerentes àquilo



que podemos compreender como o processo de doutrinação religiosa (mas especificamente de igrejas cristãs neopentecostais) das instituições políticas brasileiras. Esses conceitos são: república e laicidade.

Iniciaremos com a ideia de República, a qual corresponde à primeira palavra do nome oficial do Brasil (República Federativa Brasileira). Mas, o que evidentemente significa República? O termo tem origem na Roma antiga, e designava uma forma de se estabelecer a autoridade política de maneira diferente do que os romanos estavam acostumados. O regime instaurado pelos romanos, chamado na época de *libertas*, e posteriormente compreendido pelo termo *res publica*, teve origem com a expulsão dos reis romanos e a instauração de um regime de liberdade e resistência à vontade frequente arbitrária dos reis, uma espécie de associação de um povo sem senhores, onde seus negócios são comuns e dizem respeito a todos. Assim, o termo *res publica* designaria efetivamente um território geográfico formado por um determinado povo que goza de liberdade política, a qual deve ser compreendida como ausência de dominação, onde as leis são iguais para todos e representam a expressão da vontade coletiva. Percebe-se que república consiste em um ente político que se basta e se resolve em si mesma.

Dessa forma, quando se afirma que o Brasil é uma república laica deve-se ter em mente esse caráter de autonomia política, tanto em relação a outros estados quanto em relação a qualquer coisa que transcenda à vida secular. Assim, conforme o Art. 19 da nossa Carta Magna: É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: I — “estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embarcar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança [...]”.

Como podemos perceber, ao estabelecer o princípio da laicidade de forma constitucional, apesar de todas as ambiguidades existentes na Constituição, como a evocação a Deus que aparece no preâmbulo da Constituição de 1988. Em geral, o artigo 19 assegura a ideia de um estado laico ou secular. O laicismo compreende o princípio da autonomia das atividades humanas; é a exigência de que tais atividades se desenvolvam segundo suas próprias regras e determinações. Assim,

ao assumir o laicismo como um princípio constitucional, o Brasil, ao mesmo tempo, se afirma dentro do processo moderno de secularização da esfera política. A esse respeito, Giacomo Marramao, em *Céu e terra*, esclarece que “da natureza seminal e germinativa de *saeculum* (seculuma) (termo que etimologicamente associado ao verbo sero: seminar, plantar, ou, em sentido metafórico, procriar — originalmente significa geração, implicando por isso a ideia de duração de um tempo que cresce) em polaridade profana contraposta ao eterno, que porta em si todo o peso da cisão e do dualismo entre céu e terra” (1994, p. 11). Em outras palavras, o início das sociedades civis e as causas da existência de um poder político são derivados de interesses temporais que não possuem relação direta com aqueles da religião. Assim, o poder político e a autoridade religiosa possuem esferas distintas de atuação. A religião fica confinada à esfera privada e a autoridade política deve cuidar dos assuntos civis ou mundanos.

Dessa forma, ao fazer da política um espaço de disputa de influência das diversas igrejas cristãs, não somente a laicidade, princípio constitucional fundamental, é transformada em letra morta, quanto a própria ideia de tolerância e liberdade de crença religiosa fica comprometida haja vista que as demais religiões (como aquelas de raiz africana, manifestações tradicionais dos índios brasileiros, e outras denominações religiosas) ficam de certa forma marginalizadas frente ao poder político crescente das igrejas mais abastadas.

*Maio / 2018*

## 2.

### AS DÚVIDAS E INCERTEZAS DAS SEDIÇÕES

Escrever sobre acontecimentos civis em tempos de crise política, econômica e social, como a que estamos vivenciando no Brasil, é uma ta-

refa delicada. Nunca podemos afirmar saber exatamente os interesses e as razões efetivas que impulsionam esta ou aquela convulsão social. Desde 2013, quando a massa desorientada da população começara a ir para as ruas, é possível esperar muito, ou quase nada, como no caso do recente do movimento dos caminhoneiros. Movimentos dessa natureza, com características de espontaneísmo, descentralização e confusão, a delicadeza da situação reflete a natureza das pautas levantadas e das propostas de solução apresentadas, de modo que não é possível identificar esses movimentos conforme a terminologia contemporânea mais usual. Sobre isso, seria importante entendermos esses movimentos como sedições.

Segundo Louis de Jaucourt, no verbete Sedição da *Enciclopédia* de Diderot e d'Alembert, “as sedições [...] provêm do erro, da malícia, de causas justas e injustas” e entre as razões justas está “o peso dos impostos” (2015, p. 330-1). O movimento dos caminhoneiros teve origem por conta das constantes elevações do preço dos combustíveis em razão dos mesmos estarem atrelados ao preço flutuante do mercado internacional, cotado em dólar. A elevação do preço dos combustíveis faz com que o custo de vida aumente significativamente e quem sente na pele os efeitos mais perversos dessa medida é a base da pirâmide social. Os caminhoneiros chamaram a atenção do diesel, mas as famílias sentem dificuldades em comprar gás de cozinha ou mantimentos necessários à sobrevivência diária porque quando os combustíveis aumentam, tudo fica mais caro! Nessa situação, o fogão vem se tornando um luxo, e o uso de lenha para cozinhar alimentos tem se tornando prática corriqueira em muitas famílias.

Em 2017, período conturbado de aprofundamento do golpe bancado por capitalistas, em conluio com a maioria corrompida do parlamento e setores do judiciário, as organizações populares tiveram que ensaiar uma unidade de ação há muito tempo perdida. O resultado da ação unificada das lutas trabalhistas— empregado aqui em sentido bem lato— ocasionou um grande levante do povo brasileiro com greves, ocupações e grandes atos de rua que barraram parcialmente a fome neoliberal das reformas do governo ilegítimo

de Michel Temer. É preciso fazer autocrítica, desde esses atos, os movimentos sociais, centrais e sindicatos não realizam nada de grande, nenhuma paralisação importante, nenhuma greve, absolutamente nada. Parece até que a puta dos trabalhadores fora atendida. Entretanto, ao passo que se iniciaram os protestos em razão da sedição dos caminhoneiros, muita gente tem parado para pensar sobre a situação e tem compreendido a importância da categoria e a força da pauta. As forças populares organizadas estão sendo desafiadas a assumir uma posição sobre temas ligados aos interesses materiais mais imediatos da população.

Entretanto, desconfianças e incertezas profundas pesam sobre a natureza das sedições e qual norte poderá tomar em caso de continuidade dessa espécie de movimento. A esse respeito, quais são as principais incertezas que pairam sobre as sedições?

Inicialmente, muitas lideranças desses movimentos sediciosos inflamam o discurso em defesa de uma suposta intervenção militar. É uma espécie de apelo reacionário em busca de uma suposta ordem perdida, a qual deve ser recuperada, como um passe de mágica, pelo poder “moralizante” das forças militares. Ledo engano, a ciência dos fatos pretéritos e toda a discussão *a posteriori* sobre os acontecimentos do pós-1964 mostram o quão desastroso e violento foi o regime de submissão forçada do povo a um modelo de governo completamente exaurido pela inépcia governamental dos militares. Prova disso foi a violenta repressão contra os valores e frágeis instituições democráticas existentes no país, como ocorreu contra a educação, a imprensa e o pensamento contraditório. A liberdade civil não pode ser confundida com desordem, e o elogio da ordem ditatorial sempre conduz ao opróbrio ou à submissão.

Outro aspecto fundamental de desconfiança em relação às sedições é o fato de haver um claro interesses de setores não ligados a movimentos trabalhistas tradicionais no seio dos protestos. Como no caso dos caminhoneiros, empresários teriam paralisados as suas frotas usando os funcionários como “laranjas” para ludibriar a legislação; tal como qualificado pela prática do *lockout*. Por essa razão, a limitação

inicial da pauta ao preço do diesel, sem relação direta com outras necessidades básicas; como o preço da gasolina e do gás de cozinha. Entretanto, a paralização das atividades, misto de greve e locaute, confirma o que estamos afirmando desde o início. Trata-se de uma sedição e não de um movimento classista organizado contra a exploração dos capitalistas porque o inimigo do sedicioso não é o patrão, mas o governo. Portanto, o movimento dos caminhoneiros não foi greve e nem locaute, mas sedição!

Como podemos observar, o movimento vem sendo levado a cabo em sua maioria por profissionais autônomos, com decisões descentralizadas e sem grandes lideranças nacionais. Além disso, como ocorre em boa parte dos trabalhadores, não existe na subjetividade do caminhoneiro a ideia de pertencimento a uma totalidade de classe. É um misto de indignação e espontaneísmo, mas obteve apoio popular em razão da pauta estar ligada a interesses materiais demasiadamente imediatos, como a elevação do preço dos combustíveis.

Com uma pauta tão popular e ligada à vida imediata dos trabalhadores pode ser descartada como injusta ou temerosa?

Evidentemente, a pauta é justa, mas os movimentos sediciosos, como temos visto, sempre traz consigo um misto de vontade e confusão, e os resultados dessa mistura podem ser os mais diversos possíveis; para o bem e para o mal. No meio de todo esse caos político, o avanço da defesa da autoridade contra a "bagunça" democrática pode seduzir muitos corações desenganados. No pensamento dessas pessoas, a ordem só pode vir por intermédio da força porque a saída política "fracassou". Portanto, para não ficarmos vítimas das incertezas das sedições, é tarefa urgente impedir que a pauta da exploração econômica e da elevação dos custos de vida da classe trabalhadora seja cooptada por oportunistas ligados a grupos conservadores e defensores de regimes autoritários.

*Julho / 2018*

### 3.

## O INDIVÍDUO E A ROTINA EMBRIAGANTE DA NOVIDADE

Vivemos a tentativa de solapar a ideia de uma sociedade estruturada em conteúdos moralizantes abrangentes, por uma sociedade plural, na qual os valores morais autoritários sejam pulverizados, e a Grande Ética concebida como a aceitação razoável do diferente?

O ritmo estabelecido pelo modo de produção capitalista, ao aprofundar sua determinação dos valores culturais e subjetivos das sociedades, tem reificado, padronizado e criado um modelo de percepção e comportamento verificável nas pessoas. Esse processo de padronização impõe às consciências uma transitoriedade irrefletida porque traz consigo a negação da própria individualidade, enquanto singularidade social e intelectual da sociedade plural, cosmopolita e tolerante. Os fenômenos de massa, cada vez mais comuns nestes tempos fugazes, têm transformado em tarefa difícil o emergir das consciências presas a tal rotina embriagante dos dias corridos. Sobreviver a essa dualidade, entre ser uma individualidade e possuir comportamentos padronizados, requer efetivamente uma postura heroica.

A promessa era justamente outra, e esse é o grande dilema. Se em um primeiro momento a filosofia moderna instituiu o primado da consciência, da subjetividade, o aprofundamento das opressões econômicas e sociais acabou por anular qualquer possibilidade de as individualidades se afirmarem diante do sutil encantamento da massificação social e intelectual.

O emprego da concepção de consciência, nos termos da tradição influenciada pela filosofia de René Descartes, no plano social, é representado pelo conceito de pessoa, compreendido como individualidade intelectual e civil. O filósofo inglês John Locke, no *Ensaio sobre o entendimento humano*, obra importante para o final da filosofia do século XVII e para boa parte da que se desenvolveu no século XVIII, defen-

dia a identificação da consciência com a pessoa individual. Segundo Locke, “pessoa, [...] trata-se de um ser inteligente pensante [...] e que pode pensar por si próprio”. Em geral, essa concepção permite afirmar a liberdade tanto do ponto de vista do movimento quanto do pensamento, termos esses importantes para a compreensão de princípios inerentes ao pensamento liberal inglês. Essas são razões pelas quais o filósofo alemão Walter Benjamin afirma em *A Paris do Segundo Império em Baudelaire* que “o herói é o verdadeiro sujeito da *modernité*. Isso significa que, para viver a modernidade, é preciso uma postura heroica” (1991, p. 98). Os tempos modernos tomam para si uma categoria bastante duradoura, na verdade é seu traço primordial, o indivíduo. Se o capitalismo é o *modus operandi* da sociedade burguesa, que é por excelência moderna, o indivíduo, ao mesmo tempo, está submetido a um sistema no qual a consciência de si é deformada constantemente.

Qual a saída?

Se buscarmos como saída certa felicidade, aquela que nos tira dessa rotina alienante, cuja ação é ditada de acordo com os gostos, os desejos e as paixões, a vida parecerá mais trágica; desconfio que apenas pareça! Muitas vezes, as melhores coisas da vida e as paixões que nos movimentam são simplesmente impulsos ou maneiras de nossas consciências se resgatarem do viver automatizado. No entanto, para não se perder em uma nova rotina alienante, aquela que diz respeito ao império dos prazeres, às vezes, é preciso, voluntariamente, abandonar o que seria a saída e a suposta felicidade como uma espécie de auto sadismo sem o sentimento de prazer; ao contrário, que soffre pela atitude, soffre pela falta.

Julho / 2020

#### 4.

### O LUGAR DA ESCOLA ENTRE A CIÊNCIA, A MORAL E O TRABALHO

Desde os antigos, a ciência foi compreendida como um conjunto de procedimentos que conduz a um saber diferenciado daquele comumente assumido pela tradição, secular ou religiosa. Além de professar a busca por um conhecimento inédito, por outras explicações, essa procura, para ser científica e se diferenciar dos outros saberes, necessita permanecer de forma ininterrupta. Em outras palavras, o proceder científico exige uma constância e o risco de que a sua paralisação equivaleria ao fim das descobertas ou ao estabelecimento daquilo que deveria ser prévio como algo permanente, abraçando o dogma e inviabilizando a si mesma como ciência.

Dessa forma, a necessidade de tornar o ensino indissociável da pesquisa consiste em um paradigma da aprendizagem porque não se produz conhecimento científico sem pesquisa. E sem pesquisa a ciência está fadada à estagnação!

Sabe-se que a Idade Média, de um ponto de vista da evolução das descobertas paradigmáticas, foi um período de cerca de mil anos nos quais o aristotelismo respaldado pela imposição da Igreja e pelas adaptações de autores clássicos, como Cláudio Ptolomeu, reinou livremente sobre toda visão contraditória. Segundo o filósofo da ciência Paolo Rossi, a obra *Almagesto* de Ptolomeu “permaneceu por mais de um milênio como alicerce do saber astrológico e astronômico” (2001, p. 37). Isto porque o progresso da ciência exige a contradição entre as ideias, não é à toa que a ciência também é fruto do surgimento rudimentar da pólis grega, como advoga Jean-Pierre Vernant (1989, p. 41). Com o fim do império do dogma sobre a liberdade de pensamento, a Modernidade presenciou um desenvolvimento paulatino de descobertas importantes e de quebras de paradigmas dantes tão solidamente construídos, como o próprio sistema geocêntrico.



Além disso, a ciência não permite apenas desvelar o funcionar oculto da natureza, mas também preservar a própria sociedade política, manter a soberania de seu território e mesmo avançar suas bandeiras para além de suas fronteiras. Se uma nação sabe lidar melhor com a natureza circundante, se possui as ferramentas para a previsão de eventos naturais desastrosos, aprimorando aquilo que a natureza nos dá de graça, evidentemente, esse grupo social poderá desenvolver-se melhor que aqueles povos e sociedades que vivem apenas daquilo que a natureza lhes concede. Todas as nações que disputam a liderança geopolítica na atualidade são países que investiram muito em educação e em pesquisa científica enquanto prática imprescindível para o avanço econômico e a ampliação da influência política do Estado.

Se for verdade que a ciência consiste em um procedimento dinâmico que influencia completamente a vida humana e se o seu desenvolvimento está atrelado à transmissão constante do saber para as novas gerações, resta indagarmos: em qual ocasião deve-se iniciar a participação dos jovens no fazer científico?

Antes do advento da educação pública, quando os primeiros educadores profissionais começaram a surgir, primou-se pelo início do processo educacional desde a infância. São diversas as razões desse entendimento, tanto pela defesa da necessidade de aprendizagem da moralidade, para fins privados ou públicos, bem como para permitir o tempo adequado ao desenvolvimento de habilidades físicas e intelectuais. Na atualidade, o processo de formação científica deixou de ser uma simples prática ou a reflexão de um ou outro pensador e se tornou tanto elemento fundamental de preocupação governamental quanto objeto de investigação sobre cujos problemas e propostas têm se debruçado gerações de intelectuais.

Sobre isso, e delimitando ainda mais a nossa temática, as grandes questões da educação formal básica em países constitucionalmente democráticos e laicos como o Brasil versam sobre: o que ensinar? Como ensinar? Qual a finalidade desse conteúdo? Entre as diversas formas de responder essas questões, vamos supor aquela que defende os valores mais óbvios, a saber, a necessidade da construção de um modelo de

escola adequado à vida republicana. Pois, se toda ciência visa desenvolver o espírito da nação, todo ensino científico deve também ser um convite à virtude cívica, de modo que a formação moral secular esteja contida no ensino em geral. Seguindo essa orientação, a escola deve ensinar valores civis que ajudem as crianças a desenvolver a noção de cidadania, promover o avanço das ciências por meio da iniciação científica e não ser constituída como uma escola de treinamento para o trabalho.

Com efeito, por mais moralista que seja um sistema educacional, a formação para cidadania pertence às diversas disciplinas. Já a escola de preparação para o trabalho por meio da oferta de formações em artes manuais possui uma especificidade própria, e distinta do ensino científico tradicional, que pode tanto promover a desigualdade educacional quanto o afastamento da educação republicana de formar para a vida civil.

*Maio / 2019*

## 5.

### A UNIVERSIDADE – O PASSADO, O PRESENTE E O PROGRAMA FUTURE-SE

Desde a origem, os centros de produção e difusão do conhecimento sempre tiveram êxito quando existiu autonomia frente aos poderes constituídos, sejam eles políticos ou religiosos. A Universidade, nome pelo qual podemos denominar essas entidades de pesquisa e difusão do conhecimento, são produtos do mundo medieval, mas podemos estender essa origem à antiguidade clássica, às escolas gregas, como a Academia de Platão. Desde então, essas escolas foram centros de pesquisa e ensino da filosofia, termo no qual resumia todo o conhecimento científico. No Medievo, a Universidade tem origem ligada à secular instituição da Igreja Católica, estava direcionada à produção

do saber, mas sob certas condições que não conflituassem com os dogmas estabelecidos. Evidentemente, as escolas gregas eram mais livres que as universidades medievais, haja vista que a pesquisa não estava determinada por uma organização superior que afirmava o que era assunto ou não de interesse filosófico.

Mesmo assim, desde a fundação da Universidade de Bolonha (1088), à Universidade de Oxford (1096) e à Universidade de Paris (1150) até às universidades contemporâneas, algumas características perduram de forma perene. Como bem explica Etienne Gilson, “do ponto de vista de organização externa, poderíamos defini-la como a totalidade dos professores e alunos que participam do ‘*studium*’, distribuído em vários pontos de uma determinada cidade, e formando uma corporação jurídica de direito próprio (*universitas magistrorum et scholarium*) [...]”. A Universidade era presidida pelo Chanceler, que representava a autoridade eclesiástica e conferia os graus acadêmicos”; aos poucos a função do chanceler foi substituída pela figura administrativa do Reitor (2004, p. 356). Como podemos perceber, faltava autonomia às universidades da cristandade, a Igreja as impunha a exigência de ensino do Direito Canônico sobre o Direito Romano, o ensino de Teologia estava sujeito à jurisdição papal, enquanto a Filosofia era obrigada a ser uma espécie de introdução à Teologia. Assim, na Universidade medieval, “observa-se uma luta constante entre duas tendências antagônicas. Uma pretendia transformá-la num centro puramente científico, dedicado exclusivamente à cultura das ciências, ao passo que a outra empenhava-se em subordiná-la a uma finalidade religiosa [...]” (*Id. Ibid.*, p. 357). Essa característica das sombras vigiar a luz fez com as grandes descobertas científicas modernas terem sido realizadas fora das Universidades, por pensadores livres que não possuíam a posição de professor universitário. Copérnico, Tycho Brahe, Kepler, Galileu destroçam o antigo céu dos medievais, Bacon e Descartes atacam a infertilidade da filosofia escolástica.

Nesse cenário, a Universidade, outrora expoente da cultura cristã, passa a ser compreendida como uma instituição antiquada. Com o desenvolvimento do Estado moderno, a vitória incontestável da ciência

moderna e os sucessos das academias, muitas financiadas pelo estado, enquanto sociedades livres e reunidas para o progresso das ciências, houve um novo folego para as Universidades. Por essa razão, Humboldt, em seu texto sobre a organização universitária em Berlim, defende a Universidade como uma instituição com liberdade de pensamento e autonomia de produção científica e os seus frutos devem visar o progresso do Estado. No Brasil, a origem dessas instituições é completamente tardia. A primeira Universidade de fato tem origem apenas em 1920 [Universidade do Rio de Janeiro]; desde então, e de forma lenta, foram surgindo as universidades brasileiras, a Universidade de São Paulo (1934), a extinta Universidade do Distrito Federal (UDF) em 1935, a Universidade Federal de Sergipe (UFS) em 1968. Um rápido estudo nas propostas de reformas universitárias no Brasil denota que elas sempre caminharam em duas dimensões, ou limitar a autonomia em razão de interesses autoritário ou “modernizar” para fazer frente à lógica do mercado.

É nesse contexto que a comunidade acadêmica brasileira é despertada a se posicionar em relação ao Programa Future-se apresentado pelo MEC como um projeto de lei que visa modificar fortemente a feição da tradição universitária que se delineou desde as primeiras instituições. É uma perspectiva de reforma completamente incongruente com a função da Universidade pública porque além de transformá-la em um comitê a serviço do mercado com práticas de empresas, acaba com a limitada autonomia que goza constitucionalmente essas instituições, bem como ataca fortemente princípios básicos dessas universidades como a primazia das validações de títulos acadêmicos obtidos no exterior, que passaria às universidades privadas, (Art. 22, Inciso II), alterando o Parágrafo 2 do Art. 48 da LDB. A visão do MEC é completamente neoliberal, e esse pensamento social e econômico visa acabar com o patrimônio nacional, transformar tudo em produto a ser comercializado, corrompendo a ciência em mera auxiliadora das necessidades mercadológicas e transforma o professor em uma espécie de empreendedor mal valorizado.

O Programa Future-se, caso levado a cabo, pode conduzir ao fim da

própria universidade ou de cursos fundamentais, mas pouco afeitos à lógica do mercado. Basicamente, significa: “vão atrás de recursos, se vocês conseguirem, a universidade funcionará, caso contrário, ela fechará as portas, ou só funcionarão os cursos rentáveis”. Isto porque a autonomia advogada no Future-se, nos artigos 22 e 23, é a “autonomia financeira” e não a autonomia de pesquisa e difusão científica ou “autonomia de gestão financeira”. Como está escrito no texto constitucional: “Art. 207 — As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. A partir dessa orientação, o passo em frente é acabar com a gratuidade dos cursos e com a carreira de professor universitário (Art. 29), e criar condições para que docentes se metamorfoseiem em agentes em busca de lucros e benefícios pessoais, e não em busca do saber e do progresso das ciências.

Caso haja aprovação desse PL, pode-se vislumbrar o encerramento das atividades das universidades menores, incapazes de captar recursos que lhes garantam a sobrevivência, a destruição da carreira universitária que será norteadada pelo mercado e não pelo amor ao saber, acaba-se também com a autonomia para a realização de pesquisa e produção de conhecimento. Inviabilizará, portanto, cada vez mais o ingresso no ensino universitário brasileiro de jovens oriundos das camadas mais populares. De fato, um cenário catastrófico!

*Julho / 2019*

## 6.

### OBSCURANTISMO COMO POLÍTICA DE GOVERNO: O CASO BRASILEIRO

“O Brasil não é para principiantes”! Esta frase é atribuída ao saudoso maestro Antônio Carlos Jobim e, obviamente, o seu tom de ironia revela

toda a profundidade presente nessa sentença. De fato, o Brasil não é para principiantes, aqui ou é seguida a lógica e a moral dos poderosos ou estar-se-á fadado ao descaso, à perseguição, à morte violenta, à ameaça dos senhores das armas, à prisão arbitrária etc. O Brasil não é para principiantes porque viver aqui exige um ato de heroísmo, é preciso ser herói para viver em um dos países mais desiguais e violentos do mundo, onde a educação é tratada como faz de conta e os valores básicos que sustentam as democracias liberais, advindos das revoluções modernas, são compreendidos como mordomias excessivas.

Isso não é fruto do acaso, somos herdeiros da escravidão continuada e da ignorância venerada. Afinal, aqui doutor é que tem posses, quem tem poder e, como consequência, prestígio político e desprezo pelos valores populares. Por isso, a famosa expressão, “sabe com quem está falando”? Aqui o povo nunca teve vez, de modo que nem as contraditórias liberdades dos liberais conseguiram um solo apropriado para criar raízes no Brasil.

A permanência de valores reacionários que estão em descompasso proposital com a verdade e com garantias sociais históricas tem no uso criminoso da internet e das redes sociais o seu instrumento de difusão e de controle social. E isso tem feito com que discussões já resolvidas e avanços sociais consolidados estivessem em perigo. A Universidade, instituição que está diretamente envolvida com a preservação do conhecimento e a produção de novas descobertas, evidentemente é um dos alvos prediletos. O cenário brasileiro é bastante peculiar no contexto do avanço do obscurantismo haja vista que essa orientação, a qual poderíamos denominar “terraplanista”, está alinhada mais do que nunca com duas outras orientações, a saber, a violência miliciana institucionalizada e o apoio do capital financeiro e produtivo que visa implementar uma severa política econômica de austeridade e privatização do patrimônio e dos serviços públicos. Nunca se falou tanto de patriotismo, nunca o povo brasileiro e suas instituições foram tão atacadas e vilipendiadas!

As universidades e os institutos federais estão mergulhados no interior dessa atmosfera sombria, por isso princípios fundamentais

que norteiam essas instituições têm sido atacados, como a autonomia universitária, a sua sobrevivência econômica, a liberdade de ensino e aprendizagem, seus programas de pesquisa, a política de permanência estudantil, a liberdade de expressão no interior das instituições etc. Todas essas questões que pontuamos são ameaças e ataques diretos às universidades, aos institutos federais, à escola pública, sobretudo, aos docentes e à ciência em suas orientações mais gerais e descobertas fundamentais que possam contradizer a ideologia que molda as feições elementares do governo. Em outras palavras, trata-se de um contexto de obscurantismo, autoritarismo miliciano, neoliberalismo econômico e uma dose fundamental de ignorância e raiva.

Em cada uma dessas características conceituais existem tentáculos que são as MPs, os Decretos, os PLs. Assim, o plano em curso é atacar as prerrogativas e princípios da carreira docente, intimidar por meio de perseguições e violências autoritárias, físicas ou difamações covardes, bem como tentar estabelecer uma revisão de teses consolidadas que vão desde as características dos corpos celestes, passando pela negação do aquecimento global, tese que possui amplo consenso na comunidade científica internacional, até às ideias de que a humanidade possa ser elevada, em sua totalidade, a uma situação de direitos fundamentais que preservariam a integridade e o respeito a cada indivíduo.

Não é ao acaso que o grande ideólogo desse governo seja um astrólogo embusteiro, com milhares de delírios pseudofilosóficos e grande ressentimento pelos intelectuais e universidades brasileiras que, obviamente, nunca o levaram a sério. O atual ministro da educação é uma versão piorada e mais raivosa desse perfil “terraplanista” porque repete os mesmos preconceitos, tem visão deturpada e, por isso mesmo, detratora da educação e das ciências, não respeita os docentes e persegue covardemente as instituições federais. É uma pessoa sem nenhuma qualificação, seja intelectual ou moral, para estar no cargo; basta acessar o currículo lattes do ministro para termos ideia do que estou falando.

Temos então uma mistura destruidora da cultural civilizacional que tenta iluminar a vida social brasileira, é uma poção composta por

um ultraneoliberalismo usurpador de direitos sociais, pela orientação anti-iluminista, respaldada por denominações religiosas e gurus obscurantistas, pelo autoritarismo de matriz miliciana, truculento e mafioso. É um cenário de filme de terror no qual até membros militares de alta patente repetem afirmações grotescas de que a terra é plana e que não existe aquecimento global.

Dezembro / 2019

## 7.

### O BRASIL, A COVID-19 E A FILOSOFIA IGNORANTE

É parte da crise da modernidade a ideia segundo a qual a filosofia estava em estado terminal e ensimesmada em decretar o seu próprio fim. O cientificismo exacerbado, o desenvolvimento tecnológico e sua suposta inutilidade frente à dinâmica da vida contemporânea fariam da antiga mãe das ciências uma espécie de estranha no ninho. Nesse caso, a inutilidade da filosofia é outra que aquela tratada por Platão, quando Adimanto questionara a Sócrates acerca da inutilidade dos filósofos para as cidades (*A república*, livro VI). Aqui, a inutilidade está ligada ao desapareço pelo conhecimento na cidade corrompida; no mundo contemporâneo, a inutilidade da filosofia estaria ligada à sua insuficiência ante as descobertas científicas e ao avanço da técnica, ao fim da filosofia de sistema, que a pulverizou em diversas disciplinas especializadas, e às transformações da vida social determinadas pelo par consumo-produção. A não adequação a esse ambiente parecia orientar para um cenário de saída da filosofia, de império da razão instrumental e da novidade científica orientada pelo mercado.

As críticas à Filosofia Moderna demarcam o principiar do pensamento contemporâneo. Afinal, ela nunca deixou de ser entendida como uma investigação presa à tentativa de unificar as respostas por



meio de um pensamento contornado por certa arquitetônica do saber. A saída desse modelo de se fazer filosofia decretaria também o seu fim, denotando a sua autossuperação, sua insuficiência frente às descobertas das ciências e a incapacidade de unificar o plural viver contemporâneo. Sobre isso, o filósofo polonês Leszek Kolakowski, na obra *Horror metafísico* (1988), afirma que a filosofia: “seguramente e felizmente pode sobreviver à sua própria morte mantendo-se ocupada em provar que de fato morreu”; além disso, “um filósofo moderno que nunca experimentou a sensação de ser um charlatão é tão superficial que sua obra não merece ser lida”. No entanto, é bem verdade que no cenário mundial da filosofia, a crítica da racionalidade moderna conduziu a elaborações filosóficas revolucionárias, basta pensarmos nas contribuições de Nietzsche, Wittgenstein, Husserl, Gramsci, Sartre, Derrida, Deleuze, Rorty, Foucault, Habermas, Judith Butler, Achille Mbembe, para citarmos apenas alguns que me veem à memória.

No Brasil, essa orientação não passou de uma caricatura das diversas perspectivas de superação da filosofia europeia tradicional. Assim, a filosofia que se formava no país também afirmou esse ocaso, mas sem uma apropriação adequada dos problemas que esse tipo de orientação envolve, permanecendo firme nos velhos e bons comentários, importantes, mas limitados aos restritos círculos acadêmicos e sem uma conexão direta com a opinião pública. O negar a si mesmo tem que ser ao menos autofágico porque afastar-se das ideias que estão na ordem da discussão, sem construir outro projeto ou reflexão filosófica profunda sobre o próprio Brasil, é abrir a possibilidade para que aventureiros ocupem o espaço inerte. Obviamente que a ditadura militar imprimiu um pessimismo muito forte, obras de grandes filósofos do século XX tratam do fim da filosofia, sua ausência no currículo escolar brasileiro aprofundava a desilusão. Ao problema de Paulo Arantes sobre a inexistência de uma filosofia brasileira, podemos propor: para que uma filosofia brasileira se a mesma estaria em estado de autoderrisão?

Mas, em nossa época, podemos pensar, se a filosofia estava rindo de si mesma, por que “de repente” uma dita “filosofia” está aí dominando as orientações educacionais do MEC, os contornos gerais das

políticas do Palácio do Planalto e a atuação da chancelaria brasileira? A esse respeito, é sintomático que parte significativa da vida política e social brasileira tenha elegido um astrólogo embusteiro para o papel de “o filósofo da nação”; o qual dá as cartas, demite ministros e vai moldando a feição da sociedade em torno de confabulações grotescas. Não é por acaso que o “filósofo brasileiro” seja uma pessoa que acredita na terra plana, que classifica Albert Einstein de picareta, advoga serem os refrigerantes adoçados com fetos abortados e até mesmo que haja um plano comunista em curso e bem sucedido para dominar o mundo e o atual presidente seria o bastião da reação planetária. Mais recentemente, contra a Organização Mundial da Saúde (OMS), a comunidade científica e contra todas as evidências da pandemia de Covid-19, o nosso Rasputin afirmou que a doença não existiria e que seria a “mais vasta manipulação de opinião pública que já aconteceu na história humana” (Carta Capital, 23/03/2020). Após esse comentário, o presidente brasileiro também passou a assumir de forma mais firme uma postura negacionista da doença e do caos sanitário que ela tem causado em diversos países, e que poderá se repetir no Brasil. Tudo não passa de uma “gripezinha”!

A pior ignorância é aquela que se traveste de racionalidade! E contra a ignorância e a irracionalidade das posições só a boa filosofia pode combater. Isso porque os homens não vivem sem ideias, sem a necessidade de ideologias, como Cazuza bem nos lembrou há décadas... Independente das escolas, dos debates profundos, dos relativismos, das orientações discordantes da filosofia, do aprofundamento da explicação científicante, as pessoas continuam com as mesmas necessidades de “filosofias” as quais, no mínimo, forneçam estruturas de pensamentos coerentes e válidas sobre o mundo natural, a moral e a política. Então, onde existe um vazio de ideias, alguém ou alguma coisa tende a preenchê-lo; ou melhor, lembrando Goya, “*El sueño de la razón produce monstruos*”.

Enfim, no Brasil, esse vazio foi em partes preenchido por quem menos era afeito ao efetivo filosofar, uma investigação rigorosa, comprometida com a veracidade daquilo que discorre e não com retalhos

de preconceitos oriundos de uma mente obscurantista. Fica a lição, a filosofia não morre, mas da sua ausência brota a deplorável ignomínia!

*Abril / 2020*

## 8.

### O CORONAVÍRUS E AS PRIORIDADES DO POVO BRASILEIRO

O problema de saúde pública oriundo do Coronavírus, outrora da Dengue, Chikungunya ou Zika, entre outros vírus que frequentemente assolam a população brasileira, demonstra algo que sempre me pareceu muito evidente. As prioridades do Brasil não deveriam ser as pautas que são postas pelos figurões do governo. Seja a ignóbil cruzada da justiça contra a corrupção, conforme propagandeada por Sérgio Moro e seus sequazes, ou a tese falso moralista de empoderamento de forças milicianas para atenuar os índices da insegurança pública, como é frequente em muitos discursos de autoridades políticas e agitadores militares. Muito menos é uma agenda positiva a redução da importância do Estado na vida das pessoas que mais precisam de serviços públicos e direitos civis.

Na verdade, a prioridade do Brasil deveria ser a resolução da discrepância social absurda que o posiciona entre os países mais desiguais do mundo. Porém, o que temos visto é o aparelhamento do governo nacional para ampliar o avanço da precarização do trabalho e promover a redução da economia pública aos interesses do sistema financeiro e dos grandes conglomerados empresariais. Somos governados por gananciosos embusteiros que, aliados aos setores mais tacanhos da burguesia, desejam transformar a república em uma autêntica cleptocracia! Não existe uma só proposta do atual governo que vise resolver problemas verdadeiramente urgentes e que melhore de fato as condições materiais

de seu povo. Não é por acaso que todas as reformas, as máximas econômicas do governo, o sucateamento dos serviços públicos e a retirada de direitos trabalhistas têm por objetivo distanciar a população da participação no todo da riqueza pública, cada vez mais concentrada em uma pequena percentagem de ricos da população.

Sobre esse assunto, segundo o banco Credit Suisse, em seu décimo *Global wealth report* (2019), “enquanto mais da metade de todos os adultos do mundo tem um patrimônio líquido abaixo de 10,000 US\$, aproximadamente 1% de adultos são milionários que coletivamente possuem 44% da riqueza global” (p. 5). Quando analisamos os dados particulares do Brasil, alcançamos índices bizarros de desigualdade, “[...] estimamos que 1% dos brasileiros mais ricos possuem 49% da riqueza familiar do país” (p. 56). Segundo o mesmo relatório, “dois fatores que contribuem para a persistência da elevada desigualdade de renda são o desnível educacional da força de trabalho e a separação entre os setores formais e informais da economia”. Em outras palavras, aqueles que trabalham e que de fato produzem a riqueza têm acesso a parquíssimos bens por eles mesmos produzidos; é a grande maioria da população, mas não há justiça distributiva e nem políticas efetivas e duradouras para resolver essa miséria secular.

Dessa forma, em dias tão funestos, quando novamente a classe trabalhadora é posta contra a parede por meio de ameaças de perdas de empregos e cortes de salários, não podemos esquecer os números acima e tampouco contemporizar a agenda de reformas neoliberais que distorcem as feições mínimas de uma constituição republicana. O problema está, portanto, na desvalorização da Rede Pública de Educação, no descrédito obscurantista pela ciência. Sobretudo nesses tempos de avanço da Covid-19, uma das necessidades mais urgentes do país é o investimento na promoção da saúde pública, salvaguardando definitivamente das tentativas de privatização o Sistema Único de Saúde (SUS), sempre na mira dos tentáculos usurpadores que norteiam as reformas neoliberais.

Ao fim e ao cabo, as prioridades do governo, que não são aquelas de seu povo, denotam que estamos sendo conduzidos pelas pessoas menos confiáveis para a administração da justiça pública a qual, pre-

ferencialmente, deve ser distributiva e não comutativa. Desprezando todos os valores de prudência, fraternidade, solidariedade e equidade, o timão do governo está nas mãos dos piores.

Junho / 2020

## 9.

### DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS, A CIÊNCIA MODERNA E A URGÊNCIA DA ÉTICA AMBIENTAL

Se não bastasse o caos sanitário instalado pelo avanço da pandemia no Brasil, os últimos tempos também foram de terríveis desastres ambientais, e cujas causas podem ter sido criminosas e amparadas na ideia de que o avanço da economia está ligado à destruição das florestas.

Mas, afinal, por que é preciso submeter o equilíbrio ecológico do planeta ao lucro irascível dos capitalistas? Como essa orientação capturou o avanço tecnológico para a produção dos instrumentos necessário ao domínio irrefletido do mundo natural?

O ambiente espiritual da modernidade instaurou a concepção segundo a qual o conhecimento científico é o meio por onde o homem pode dominar a natureza; tal utilidade estava sintonizada com a ampliação do comércio e o aprofundamento do desenvolvimento da técnica. O pensamento sobre as ciências e a técnica ajuizava justamente a possibilidade de o homem vencer as forças ocultas da natureza e instaurar seu domínio sobre o que antes era pura obscuridade ou compreendido por meio da frágil filosofia especulativa dos escolásticos.

Dessa orientação, as sociedades contemporâneas herdaram o desenvolvimento da razão instrumental, o avanço desenfreado do homem sobre a natureza, a reificação da cultura e das necessidades humanas<sup>1</sup>.

---

1 Max Horkheimer, na obra *Eclipse da razão* (1947), mostra como o racionalismo cientificista moderno solapou as bases de todo pensamento especulativo. Para o filósofo da Escola de

Sobre esse diagnóstico, existem algumas premissas básicas, a saber,  
a) A ciência moderna deve desvelar o funcionamento da natureza e iluminar as trevas medievais.

b) O desencanto da natureza consiste no conhecimento de suas regras.

c) O conhecimento do funcionamento da ordem natural possibilitaria o domínio do homem sobre a natureza.

d) Dominar a natureza significa ao mesmo tempo ocupar os espaços vazios e torná-la mais produtiva.

e) Para tanto, é preciso aprofundar o avanço da técnica como uma maneira de tronar possível esse domínio.

Francis Bacon e René Descartes são pensadores fundamentais para compreendermos essas orientações que delineiam as faces da filosofia moderna. Suas obras afirmam que a ciência deveria ser desenvolvida como uma maneira de emancipar os homens das forças obscuras da natureza, para isso será preciso conhecê-la, pois o domínio brota do conhecimento das suas leis.

Assim, os domínios humanos seriam ampliados e instaurar-se-ia o reino da ciência moderna, compreendida como um saber prático e aplicável, mas que também geraria, além do aumento na produção, o ganho derivado do aperfeiçoamento das experiências sobre como se apropriar desses bens naturais. Exemplo dessa concepção social moderna está no pensamento político e social de John Locke. O filósofo inglês trata de maneira detalhada o significado de propriedade e porque ela contribui de maneira decisiva para a origem da sociedade civil. Para o ambiente espiritual desses autores, o domínio dos bens naturais e a exploração do trabalho correspondem às faces diferentes da mesma moeda; a ciência moderna implementa a modificação no padrão natural em que as espécies e os frutos da terra reproduzem, por meio do trabalho e do recurso à técnica.

---

Frankfurt, “[...] a filosofia por trás dela, a ideia de que a razão, a mais alta faculdade intelectual do homem, interessa-se apenas pelos instrumentos, ou melhor, é ela mesma apenas um instrumento, é formulada de modo mais claro e aceita mais amplamente hoje do que no passado”.

O consumo da vida moderna estabeleceu uma sociedade em contexto de risco ambiental, o qual está relacionado diretamente com os danos causados pela ação humana de apropriação, transformação e depredação dos ambientes naturais. Com a clareza dos primeiros sintomas de degradação das condições que permitem a vida, sugeriram as preocupações iniciais com a preservação do planeta e a necessidade de equacionar o progresso científico com a preservação/conservação das condições ambientais. A ética ambiental, disciplina que se constituiu no século XX, tem mostrado que a preservação das condições climáticas do planeta não está no desenvolvimento do raciocínio frio e calculista, mas na capacidade de compreender o ambiente planetário a partir de um ponto de vista de ético. Equilibrando a ação apropriatória do homem com a necessidade de preservação dos ambientes ainda incultos. Dessa forma, a ética e a educação ambiental formam um conjunto de discussões que visam modificar os padrões sociais, a relação das sociedades com o meio ambiente e com o equilíbrio climático, a necessidade de preservar os ecossistemas, impedir o avanço predatório sobre as florestas, etc.

Em outras palavras, é precioso reaproximar o homem da natureza e criar alternativas sociais ante crise civilizatória pela qual os bens naturais são compreendidos como uma mera mercadoria para uso e descartes dos humanos.

*Outubro / 2020*

## 10.

### AS MULHERES E AS ELEIÇÕES: A CONQUISTA DA VIDA PÚBLICA

Estamos na reta final das eleições municipais, trata-se do primeiro processo eleitoral após o aprofundamento da crise democrática no Brasil. Não é uma eleição qualquer haja vista ocorrer em um perío-

do de pandemia e onde as discussões envolvem temas caros, e que estão na ordem do dia entre o debate de concepções compreendidas como conservadoras da política e aquelas que são consideradas progressistas.

Além do debate sobre questões éticas, como, por exemplo, o aborto, ou mesmo temas sociais como a garantia da cidadania a grupos marginalizados, temos a questão fundamental da representação política de setores sociais que sempre estiveram fora dos espaços de decisões, ou em um número demasiadamente diminuto, seja no poder legislativo ou executivo, como, por exemplo, as mulheres, a população negra, e a LGBT. A necessidade democrática de que exista uma efetiva representação política da diversidade da população brasileira levou, recentemente, à implementação de recursos específicos do financiamento público de campanha para candidatos negros e mulheres.

Apesar dessa legislação economicamente inclusiva, a grande maioria dos partidos não cumpre a legislação e tenta burlar a regra por meio de estratagemas ilegais. Ao fazer isso, esses partidos agem não somente contra a legislação, mas também contra uma luta histórica dessas populações por reconhecimento e participação nas decisões políticas.

Tomemos por exemplo a luta das mulheres. Até recentemente, na maioria dos países ocidentais, as mulheres não podiam participar da vida política haja vista serem cerceadas à atividade doméstica. Porém, com muita luta, tanto nas ruas, quanto nas ideias, as mulheres conquistaram seus direitos políticos. Mesmo sendo uma luta antiga, a conquista ampla de direitos políticos pelas mulheres foi efetivada apenas no século XX, e são vários os casos na história política dos estados ocidentais onde as mulheres foram retiradas da possibilidade de exercer o comando político.

Um exemplo clássico dessa luta pela igualdade política entre os gêneros é a obra *A vindication of the right of woman* (1792) da filósofa inglesa Mary Wollstonecraft que ainda no século XVIII combateu a constituição francesa de 1791 por excluir as mulheres da cidadania política na França revolucionária. Essas ideias de Mary



eram compartilhadas com sua contemporânea francesa, Olympe de Gouges que publicou em (1791) a *Declaração dos direitos da mulher e da cidadã* em contraposição à *Declaração dos direitos do homem e do cidadão*, texto que reforçava a cidadania política aos indivíduos do sexo masculino. No Brasil, os primórdios dessa discussão remetem-se ao século XIX e à figura de Dionísia Lisboa, conhecida como Nísia Floresta, que publicou em 1832 *Direito das mulheres e injustiça dos homens*, em um país que, segundo Maria de Moraes, “o baixo padrão cultural das classes dominantes e as regras patriarcais vigentes à época reduziam a educação própria para mulheres às chamadas prendas domésticas” (p. 15).

Fruto dessas discussões feministas que se iniciaram no final do século XVII, o sufrágio feminino ganhou eco de movimento social vigoroso em metade do século XIX, quando o movimento das sufragistas se espalhou pelos chamados países democráticos cobrando a emancipação feminina e reivindicando os seus plenos direitos políticos. Desde então, o movimento foi colecionando vitórias importantes que se iniciam na Nova Zelândia ao reconhecer o direito ao sufrágio feminino, no ano de 1893, a Austrália em 1903, Rússia em 1917, Inglaterra 1918, EUA 1920, Brasil 1932, na França apenas 1945.

Essas conquistas foram importantes para a emancipação feminina, sobretudo no Brasil elitista e autoritário, porém as mulheres ainda ocupam posições minoritárias na vida política brasileira que ainda tem um amplo domínio masculino que é herança de tantos anos de tradição patriarcal. Portanto, a luta das mulheres, como a luta dos negros e da comunidade LGBT, é contínua, precisa ser reafirmada a cada dia; é essa luta que alargar os contornos democráticos e amplia a isonomia social.

Novembro / 2020

## OS IMPACTOS DAS REDES SOCIAIS NA DINÂMICA DAS SOCIEDADES CONECTADAS

Faz algum tempo que as tecnologias digitais e a amplidão da influência das redes sociais têm provocado análises profundas a respeito do seu impacto na vida dos indivíduos e na dinâmica do tecido social. Essas reflexões aparecem tanto em filmes e séries, como o recente “Dilema das redes” (2020) ou na produção nacional “Onisciente” (2020), quanto na clássica série “Black Mirror” (2011). Como também é tema de diversas investigações acadêmicas a respeito do modo pelo qual os indivíduos e as sociedades se relacionam com essas tecnologias.

Esse tema dá ensejo a uma vertente da filosofia da tecnologia que trata da crítica à maneira como ocorrem as interações sociais no âmbito dessas mídias sociais. Dessa forma, as questões abordam desde a relação entre redes sociais e liberdade de expressão, redes sociais e emoções, como o problema da verdade sobre os conteúdos veiculados, o problema da massificação de conteúdos e opiniões determinadas, do controle dos dados por parte dessas plataformas, bem como dos chamados linchamentos digitais. Todos esses temas estão interligados e são fenômenos decorrentes dessa nova praça pública que são as redes sociais.

A crítica dessas ferramentas tem denotado mais problemas que soluções no uso dessas plataformas de interações e propagação de conteúdo. E o grande motivador é o fato de que ao fornecermos nossos interesses, opiniões e informações de nossas vidas, esses mecanismos, que articulam algoritmos responsáveis por calcular grandes volumes de dados, ou *big data*, passam a manipular aquilo que nos aparece, que nos é ofertado. Além disso, por meio dessa mesma inteligência artificial, é possível manipular as ideias, posições e opiniões que nos chegam; da mesma forma, ela controla o que é a verdade, bem como o crédito de quem é o seu portador.

No entanto, entre o que é a verdade, o que nos é oferecido, e o portador da mesma, as redes vão moldando as nossas emoções, controlando

a nossa felicidade, vigiando as nossas atividades, definindo padrões de pensamento, maneiras de atuações, de modo que catapultam boa parte de nosso tempo, de nossas atenções. Tudo é feito pela exposição, para ser veiculado na rede, difundido em busca de curtidas e visualizações. E no final, todas as esferas de nossas vidas ou ocorrem nas redes ou para serem expostas nas redes.

Essa espécie de controle sobre a dinâmica da vida das pessoas em sociedades conectadas da origem a um comportamento padronizado pelo que o algoritmo nos define; dessa forma, modifica completamente nossos modos de ação e estabelece novas maneiras de interações, cujo algoritmo é o intermediário. Todo esse controle foi amplamente explorado na emblemática série “Black Mirror”, bem como é tema do recente documentário o “Dilema das redes”, esse último protagonizado por engenheiros de empresas como Facebook e Youtube.

Assim, manifestações políticas deixam as ruas e tomam as redes, mas a redes têm dono e, portanto, interesses próprios e peculiares, por isso, manipulam as ideias e opiniões, excluem contas e bloqueiam indivíduos. Por conta dessa massificação e controle social proporcionado pelas redes, nossas felicidades e sucessos futuros devem ser medidos pela quantidade de seguidores, curtidas e visualizações do que fazemos e expomos, como também é lá o ambiente do julgamento que torna as redes espaços de exposições e linchamentos públicos sobre as mais diversas questões.

Ao fim e ao cabo, na medida em que essas redes avançam, o ambiente virtual vai se sobrepondo à vida real, e no futuro próximo as consequências podem ser bem catastróficas.

*Janeiro / 2021*

## **Referências**

- BENJAMIN, W. *A Paris do Segundo Império em Baudelaire*. São Paulo: Editora Ática, 1991.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

- Carta Capital, site da revista. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/saude/olavo-de-carvalho-renega-coronavirus-essa-epidemia-nao-existe/>, acesso em 23/03/2020.
- Credit Suisse, *Global wealth report*, 2019.
- DIDEROT, D. Sedição. In: *Verbetes políticos da Enciclopédia*. São Paulo: Editora Unesp, 2015.
- GILSON, É. *História da filosofia cristã*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- HORKHEIMER, M. *Eclipse da razão*. São Paulo: Editora Unesp, 2015.
- KOLAKOWSKI, L. *Horror metafísico*. Campinas: Papyryus, 1990.
- LEFORT, C. *Desafios da escrita política*. São Paulo: Discurso Editorial, 1999.
- LOCKE, J. *Ensaio sobre o entendimento humano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.
- MARRAMAO, G. *Céu e terra*. São Paulo: Unesp, 1994.
- PLATÃO. *A República*. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- Projeto de lei do Future-se – Primeira versão. [https://ufrj.br/sites/default/files/img-noticia/2019/07/projeto\\_de\\_lei\\_do\\_programa\\_future-se.pdf](https://ufrj.br/sites/default/files/img-noticia/2019/07/projeto_de_lei_do_programa_future-se.pdf)
- ROSSI, P. *O nascimento da ciência moderna na Europa*. Bauru: EDUSC, 2001.
- VERNANT, J-P. *As origens do pensamento grego*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989.
- WOLLSTONECRAFT, M. *Reivindicação dos direitos da mulher*. São Paulo: Boitempo, 2016.

## SOBRE OS AUTORES

### **ANTÔNIO CARLOS DOS SANTOS**

Professor Titular de Ética e Filosofia Política do Departamento de Filosofia da UFS. Foi Professor Convidado junto à Université de Paris I – Sorbonne (2017-2018), graças ao Programa de Estágio Sênior no Exterior da CAPES. Pós-doutor em Filosofia pela Université de Sherbrooke, Canadá (2008-2009) e pela Universidade de São Paulo (2011). Doutor em Filosofia pela Université de Paris X, Nanterre (2003), em cotutela com a Universidade de São Paulo. Mestre, também em Filosofia, pela Universidade de São Paulo (1997). Professor do Departamento de Filosofia da UFS desde 1992. Foi coordenador nacional do GT Filosofia da História e Modernidade (vinculado à ANPOF). É membro do corpo permanente dos Programas de Pós-graduação em Desenvolvimento e meio ambiente (Rede PRODEMA) e do Programa em Filosofia, ambos da UFS. Foi membro do Comitê Assessor da Presidência da CAPES (Portaria 104, de 9/5/2018). Foi Coordenador Adjunto e, depois, Presidente da Câmara II (Ciências Humanas e Sociais) da Área Interdisciplinar da CAPES (2013-2017). É avaliador do Programa de Capacitação do Banco do SINAES/INEP. É pesquisador da Fundação de Amparo à Pesquisa de Sergipe (FAPITEC-SE), onde já atuou por 3 mandatos na condição de membro do conselho científico. Publicou e organizou vários livros. Tem artigos e capítulos de livros publicados no Canadá, França, Bulgária, Peru e Chile, além de periódicos nacionais e internacionais.

### **ANTÔNIO JOSÉ PEREIRA FILHO**

Possui graduação em Filosofia pela Universidade de São Paulo (2000), com mestrado (2005) e doutorado (2010) pela mesma instituição. Foi membro do projeto temático “Ruptura e Continuidade: investigações sobre a relação entre natureza e história” (USP), com financiamento da FAPESP. Foi coordenador do curso de especialização lato sensu Residência Agrária da Universidade Federal de Sergipe, projeto de pesquisa e extensão financiado pelo CNPq e destinado ao aperfeiçoamento da formação de pesquisadores camponeses, entre os anos de 2013 a 2017. Atualmente é professor adjunto do DFL/UFS e do Programa de Pós-Graduação em Filosofia (PPGF-UFS), onde desenvolve pesquisas sobre história da filosofia moderna, filosofia da história, filosofia e literatura, ética e filosofia política, com ênfase no pensamento da renascença e do iluminismo, especialmente sobre a obra do pensador italiano Giambattista Vico. Dedicar-se também a temas e problemas que convergem para os estudos interdisciplinares e transdisciplinares vinculados às humanidades, em especial às relações entre filosofia e psicologia, com ênfase nos estudos referentes à psicologia das massas e ao problema do fascismo.

#### **CHRISTIAN LINDBERG LOPES NASCIMENTO**

É natural de Paulo Afonso (BA). Graduado em Filosofia (UFS). Doutor em Filosofia da Educação (UNICAMP), com financiamento da FAPESP, e pós-doutor em Educação (UNICAMP). Atualmente é docente do Departamento de Filosofia e faz parte dos programas de pós-graduação em Filosofia da UFS e UFPE. É integrante do GT Filosofar e ensinar a filosofar (ANPOF) e do Grupo de Ética e Filosofia Política da UFS. Faz parte da comissão organizadora do Encontro ANPOF Ensino Médio, coordena o Observatório do Ensino de Filosofia em Sergipe e é pesquisador da FAPITEC. Desenvolve pesquisas nas seguintes áreas: Ética e Filosofia Política, Filosofia da Educação e Ensino de Filosofia.

#### **IVALDO BECKER**

Doutor em Filosofia pela Universidade de São Paulo – USP. Professor de Ética e Filosofia Política da Universidade Federal de Sergipe – UFS. Atualmente desenvolve o Projeto de Pós-doutorado intitulado: “Das coisas de uso comum aos bens comuns globais: raízes modernas da ética das águas”, junto à Université du Québec à Trois-Rivières (UQTR/Canadá), sob a supervisão da Prof<sup>a</sup>. Dra. Syliane Malinowski-Charles.

#### **MARCOS BALIEIRO**

Professor do Departamento de Filosofia e do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Doutor em filosofia pela Universidade de São Paulo (USP). Pesquisador do Grupo Hume, do Viva Vox e do GEFELIT, tendo desenvolvido trabalhos dedicados, principalmente, à filosofia britânica do século XVIII, com destaque para temas como a relação entre filosofia e vida comum em David Hume, as teorias morais da filosofia das luzes britânicas, a imagem da mulher na filosofia e as relações entre filosofia e literatura.

#### **MARCELO DE SANT'ANNA ALVES PRIMO**

Possui graduação em Filosofia pela Universidade Federal de Sergipe (2005), mestrado em Filosofia pela Universidade Federal da Bahia (2008) e Doutorado em Filosofia na Universidade Federal da Bahia (2014) com período sanduíche como bolsista do programa PDSE da CAPES, na École Pratique des Hautes Études (EPHE), Paris. Atualmente é professor titular do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe (CODAP-UFS). Tem experiência na área de Filosofia, com ênfase em Ética e Filosofia Política e atuando principalmente nos seguintes temas: Pierre Bayle, Holbach, Iluminismo, filosofia, tolerância, ateísmo, política e moral.

#### **MARIA ISABEL DE MAGALHÃES PAPTERRA LIMONGI**

É pesquisadora do CNPq. Possui graduação, mestrado e doutorado em Filosofia pela Universidade de São Paulo. É professora adjunta da Universidade Federal do Paraná e membro de corpo editorial da *Revista Dois Pontos* (UFPR). Tem experiência na área de História da Filosofia, pesquisando de modo particular, Hobbes e David Hume. Tem vasta publicação em artigos, capítulos de livros e livros, com destaque para “O homem excêntrico: Paixões e virtudes em Thomas Hobbes”, publicado pelas Edições Loyola.

### SAULO HENRIQUE SOUZA SILVA

Licenciado em Filosofia pela Universidade Federal de Sergipe, Mestre e Doutor em Filosofia pela Universidade Federal da Bahia e possui estágio de Pós-Doutorado na Universidade de São Paulo. Professor de Filosofia do Colégio de Aplicação (CODAP), pesquisador permanente do Programa de Pós-Graduação em Filosofia (PPGF) e do Programa de Pós-Graduação em Rede Nacional Para Ensino das Ciências Ambientais (PROFCIAMB), ambos da UFS. É autor dos livros *Tolerância civil e religiosa em John Locke* (EDUFS, 2013) e *Os fundamentos da tolerância na modernidade* (EDUFS, 2020), organizou os livros *Moral, ciência e história no pensamento moderno* (EDUFS, 2018) e *Ética e filosofia política: interlocuções entre a modernidade e a contemporaneidade* (República do Livro, 2020). Interesses prioritários de pesquisa são: Filosofia Política inglesa seiscentista, ética ambiental e crítica da modernidade, ensino de filosofia.





TÍTULOS PUBLICADOS

AÇÃO, REPRESENTAÇÃO E O FETICHISMO DA MERCADORIA  
Gabriela Doll Ghelere

COSTUMES E POLÍTICA NO *DISCURSO SOBRE A DESIGUALDADE DE*  
JEAN-JACQUES ROUSSEAU  
Luís Fábio Guerra Spira

CALEIDOSCÓPIO: REFLEXÕES SOBRE ÉTICA E POLÍTICA  
Antônio Carlos dos Santos  
Antônio José Pereira Filho  
*Organizadores*

PERCURSOS DA INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA  
Antônio Carlos dos Santos  
Sílvia Maria Santos Matos  
*Organizadores*